

FUNDAMENTOS

SAO PAULO - Junho - 1948

BIOTECA NACIONAL
Rio
de
Janeiro

Nº 1

PETRÓLEO

F. L. Lobo Carneiro
Cel. Arthur Carnaúba

INDÚSTRIAS ELÉTRICAS

Catulo Branco

LITERATURA

Aníbal M. Machado
Graciliano Ramos
Otto Maria Carpeaux

FOLCLORE

Alceu Maynard Araújo

MÚSICA

H. J. Koellreutter
Eunice Catunda

CIENCIA

Paulo T. Bittencourt

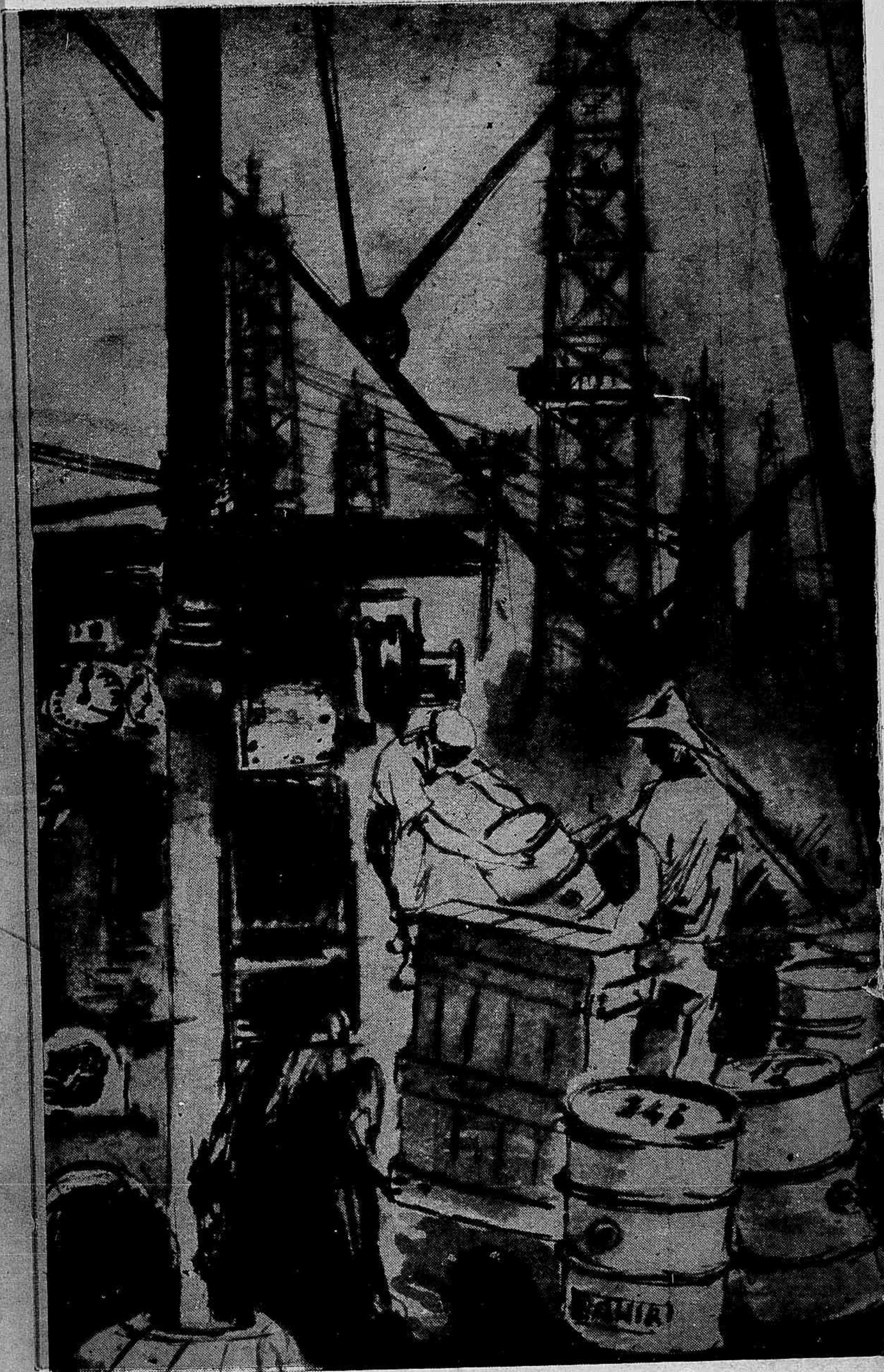
ARTES PLÁSTICAS

Y. Takaóka
Ciro Mendes

CRÍTICA

BIBLIOGRAFIA

NOTAS



JUNHO - 1948

FUNDAMENTOS

N.º 1 - VOL. I

Revista de cultura moderna
São Paulo

Diretor-Responsável
RUY BARBOSA CARDOSO

Redator-Chefe :
MONTEIRO LOBATO

Secretários :
G. NONNENBERG — J. E. FERNANDES

Administração :
JOÃO BATISTA LEMOS

Colaboram neste Número:

FERNANDO LUIZ LOBO CARNEIRO — engenheiro especializado em assuntos de petróleo; do Instituto Nacional de Tecnologia; ex-técnico do Conselho Nacional do Petróleo.

CEL. ARTHUR CARNAÚBA, do Exército Nacional, vice-presidente da Comissão Nacional de Estudo e Defesa do Petróleo.

CATULO BRANCO — engenheiro eletricitista; autor de vários trabalhos e monografias sobre a energia elétrica no Brasil.

ANNIBAL MACHADO — contista e crítico literário, autor de "Vida Feliz". Regressou há pouco da Europa, onde esteve, em missão cultural, visitando a França, Itália, Checoslováquia, Polônia e outros países.

GRACILIANO RAMOS — romancista, autor de "Vidas Sêcas", "Angústia", "Infância". Considerado por muitos críticos o maior romancista moderno do Brasil. E' com satisfação que FUNDAMENTOS publica uma página inédita de seu próximo livro.

OTTO MARIA CARPEAUX — ensaísta e crítico católico, autor de "Cinzas do Purgatório", e de trabalhos que constituem importante contribuição para as letras brasileiras.

PAULO TAQUES BITTENCOURT — Físico do Grupo de S. Paulo, professor assistente da cadeira de Física da Faculdade de Filosofia, U. S. P., (cadeira do prof. M. D. S. Santos). Especialista em Física Eletrônica.

ALCEU MAYNARD ARAUJO — Técnico em pesquisas sociais, especializado em folclore; do Instituto de Administração da Universidade de S. Paulo.

H. J. KOELLREUTTER — compositor e flautista de renome internacional; criador de escola entre os modernos brasileiros. Organizador do movimento "Música Viva", no Brasil.

EUNICE CATUNDA — pianista e compositora; estudiosa do folclore musical latino-americano; do movimento "Música Viva".

Y. TAKAOKA, pintor de renome e professor de artes plásticas.

CIRO MENDES — crítico de arte; estudioso de nossos problemas de folclore e etnologia.

JOÃO CUNHA ANDRADE — Assistente de Filosofia na Universidade de S. Paulo.

Capa de **DI PRETE** — Charge de **LARA**

FUNDAMENTOS só publica colaboração solicitada e não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

FUNDAMENTOS, com Redação e Administração à Rua Barão de Itapetininga, 275, 9.º andar, sala 93, é publicada no dia 15 de cada mês.

Venda avulsa: Cr\$ 6,00 — Assinatura anual: Cr\$ 70,00

— SÃO PAULO —

O mundo todo assiste e vive a luta entre o progresso e o obscurantismo. O choque culminante de 1939-45, não conseguiu arrancar, em muitos países, as raízes anti-democráticas. Mais do que nunca é, hoje, grande e difundido o interesse pelo conhecimento, cada vez mais aprofundado, dos problemas que afetam o bem-estar e a segurança dos povos. Tais problemas não podem ser conhecidos apenas através de fatos superficiais, ou, da atuação de indivíduos, por mais proeminentes que sejam, como se a história não fosse escrita por tôdas as forças da sociedade.

Os acontecimentos são complexos e têm relações, no tempo e no espaço, que precisam ser conhecidas. E' necessário, para interpretá-los, saber distinguir o principal do secundário, estudar os fatos à luz da realidade.

FUNDAMENTOS se propõe proporcionar, com a cooperação de todos os intelectuais democratas, honestos e consequentes, o material necessário ao pensamento racional e objetivo, e assim contribuir para a análise dos problemas básicos do Brasil e para a compreensão do presente momento histórico no mundo.

Declara, francamente, não alimentar qualquer ilusão quanto à posição dos chamados intelectuais imparciais, que se dizem situar filosoficamente em campo neutro. As diversas tendências intelectuais não aparecem por acaso; elas representam e traduzem a orientação ideológica de grupos sociais; o pensamento exprime sempre a mentalidade determinada por forças econômicas poderosas e, consciente ou inconscientemente, persegue objetivos do interesse dessas forças.

FUNDAMENTOS considera a vigência das liberdades públicas e dos direitos fundamentais do homem como o único clima em que a cultura pode desenvolver-se e frutificar. Repudia, por esse motivo, quaisquer atentados ou restrições à democracia e à liberdade do cidadão. Está certa de que, assim, poderá reunir em torno de si os que efetivamente amam a cultura.

* * *

Com as graves dificuldades econômicas e políticas, surgidas no cenário internacional, como resultado, principalmente, de um novo equilíbrio de forças entre as grandes potências, apareceu a tendência anti-nacionalista, em favor de grandes federações de caráter multi-nacional. A propaganda anti-nacionalista invadiu principalmente os países de economia atrasada e dotados de grandes riquezas potenciais, visando criar a ilusão de um mundo sem fronteiras em que os bens econômicos sejam distribuídos equitativamente. Entretanto, contrastando com essa pregação por uma estreita solidariedade entre as nações, o esmagamento impiedoso da independência de países nascentes, denuncia o verdadeiro caráter desse movimento "internacionalista". A verdade é que atrás de toda essa campanha de "unificação" econômica estão as grandes empresas monopolistas, empenhadas na redistribuição das fontes de matérias primas e mercados consumidores, bem como na solução dos seus graves problemas de produção.

Entre nós, os arautos dessa campanha estão por aí a exigir do Brasil que abdique de todas as suas prerrogativas de país soberano, que faça grandes sacrifícios em benefício dos trustes internacionais. E com que descaramento o fazem! Defendem a civilização e não se sabe quanta coisa mais, menos a própria pátria que, essa, querem vender a qualquer preço.

No momento em que se decide o futuro do Brasil, pois está em discussão o destino a ser dado ao seu petróleo, FUNDAMENTOS, faz a sua escolha, publica e subscreve documentada matéria sobre o palpitante assunto, provando que a tese nacionalista é a única compatível com a dignidade nacional.

O Brasil pode e deve, sem fazer concessões perigosas aos capitais estrangeiros, explorar o seu petróleo e outras riquezas naturais do seu imenso território. O capital estrangeiro, sob a forma de empréstimos, tem aqui inúmeras possibilidades. A experiência das concessões a empresas estrangeiras para explorar

as riquezas e o povo dêste país é um capítulo sombrio da vida brasileira. Agora, se inicia uma fase decisiva na história econômica do Brasil, que o levará à condição de país soberano e rico ou de país colônia.

* * *

FUNDAMENTOS, neste seu primeiro número, conclama seus leitores a refletir sôbre os problemas fundamentais da pátria, a estudá-los com afinco e a lutar pela sua solução.

Leva a todos sua palavra de fé nos destinos do povo brasileiro.

Recursos Naturais

A luta pelo Petróleo Brasileiro

Fernando Luiz Lobo Carneiro

I — Introdução

- 1 — Importância do petróleo no mundo moderno
- 2 — A ofensiva imperialista contra o petróleo brasileiro
- 3 — A reação nacionalista

II — Os grandes monopólios petrolíferos

- 1 — Caracter monopolista da indústria do petróleo
- 2 — O truste norte-americano
- 3 — Monopólio do Estado

III — Solução do problema da exploração do petróleo brasileiro

- 1 — Custo da pesquisa
- 2 — Os lucros da indústria de refinação devem custear as pesquisas

IV — Análise do ante-projeto de Estatuto do Petróleo

V — Conclusão

I — Introdução

1 — Importância do petróleo no mundo moderno

O petróleo, principalmente a partir da guerra de 1914-18, é, de todos os recursos naturais, o mais cobiçado. A invenção da máquina a vapor, que permitiu transformar em energia mecânica a energia térmica resultante da combustão do carvão, foi responsável pela revolução industrial do século passado. Com a eletricidade foi possível transportar a energia mecânica, produzida pela máquina a vapor ou pelas quedas d'água, a grandes distâncias;

essa energia, depois de transformada em energia elétrica, é conduzida por fios de cobre com impressionante maleabilidade, ramificando-se e subdividindo-se, até atingir um número considerável de locais de consumo, onde é novamente transformada em energia mecânica, ou utilizada na iluminação e em outras aplicações as mais diversas.

Só o petróleo tornou no entanto possível o motor autônomo de pequeno pêso, base do moderno sistema de transportes; só o petróleo tornou possível a aviação. A princípio um de seus derivados, o querosene, foi empregado em larga escala, como iluminante. Foi a invenção do motor de explosão que lhe deu, mais tarde, o lugar preponderante que ainda hoje ocupa, entre tôdas as fontes de energia.

A gasolina alimenta os motores de explosão dos caminhões, dos automóveis, dos auto-ônibus, dos aviões civis e militares. O óleo diesel é utilizado em outro tipo de motor de combustão interna, o motor diesel, empregado em navios, submarinos, caminhões e auto-ônibus de grande capacidade, tratores, tanques de guerra, locomotivas diesel-elétricas, e instalações industriais fixas. O querosene, além de iluminante, tem grande emprêgo como combustível doméstico, para fogareiros e pequenos fogões. O resíduo de destilação conhecido como óleo combustível ou "fuel oil" substitui com vantagem o carvão, nas caldeiras de vapor e nos fornos industriais. E os óleos minerais lubrificantes, também derivados do petróleo, são indispensáveis à indústria moderna. Há mesmo quem considere os óleos lubrificantes como os mais importantes derivados do petróleo.

Além desses produtos principais, há numerosíssimos sub-produtos. E grandes setores da indústria química utilizam o petróleo como matéria prima.

Com o petróleo o sistema de transportes se liberou dos trilhos das estradas de ferro ou dos carris urbanos. Os navios tiveram consideravelmente simplificado o seu abastecimento de combustível. Os submarinos deceram às profundezas do oceano e os aviões galgaram os céus. Mecanizou-se a agricultura com o emprêgo do trator. Os lubrificantes aumentaram a eficiência e a durabilidade das máquinas.

E a guerra também se modificou. O petróleo passou a ser o principal fator da vitória militar. Assistimos então nas duas guerras mundiais, a um fenômeno interessantíssimo. De meio indispensável para a guerra moderna, o petróleo passa a ser o objetivo visado pela própria guerra. A fome de petróleo, gerada pela guerra, passa a ser a causa preponderante do desenvolvimento posterior da própria guerra.

O mundo moderno escravizou-se assim ao petróleo. Se êste faltasse subitamente, o mundo pararia. Só são verdadeiramente independentes as nações que controlam a indústria do petróleo. O petróleo tornou-se um dos principais fatores de dominação imperialista. Não é mais indispensável ocupar militarmente os países semi-coloniais. A necessidade vital de consumir combustíveis líquidos, torna-os submissos às nações que dominam o petróleo. E o petróleo é pago a preços de monopólio drenando para as grandes oligarquias financeiras o fruto do trabalho dos povos, cada vez mais explorados.

2 — A ofensiva imperialista contra o petróleo brasileiro

A legislação brasileira ainda em vigor é nacionalista. Desde 1938, ano em que foi criado o Conselho Nacional do Petróleo, só o Estado ou brasileiros natos podem explorar as jazidas de petróleo, consideradas como propriedade da Nação.

Antes da vigência dessa legislação nacionalista as grandes empresas petrolíferas estrangeiras tiveram ampla liberdade para pesquisar em nosso território. Não o fizeram, ou mantiveram em segredo os resultados de seus trabalhos. Quem afirmava haver petróleo no Brasil era ridicularizado como charlatão; dessa campanha foi vítima Oscar Cordeiro, descobridor da primeira exudação do precioso líquido em Lobato, no Recôncavo Baiano.

A pressão da opinião pública, se bem que, nessa época, frequentemente mal orientada, e a pressão das altas autoridades militares, preocupadas com a nossa segurança, forçaram o Governo do sr. Getúlio Vargas a encarar seriamente o problema. E assim surgiu, sob os auspícios do Estado Maior do Exército, o Conselho Nacional do Petróleo, confiado à direção do General Julio C. Horta Barbosa. Apesar de ser inteiramente livre a iniciativa particular, foi esse órgão da administração pública que realmente evidenciou a existência do petróleo em condições de ser explorado comercialmente, dentro de um círculo com 60 quilômetros de raio, em torno do primeiro poço do Recôncavo Baiano, considerado por decreto como área de reserva nacional.

E' verdade que a política petrolífera do Conselho Nacional do Petróleo não foi cem por cento completa, pois deveria ter sido iniciada com a construção de refinarias, como desejava o General Horta Barbosa. Não conseguiu ele no entanto levar ao Governo de então a convicção de que esse seria o caminho mais acertado. As refinarias trabalhariam a princípio com petróleo bruto importado, o qual seria gradativamente substituído pelo de produção nacional. Obteve no entanto verbas para pesquisas, a princípio por demais exíguas. Contratou firmas norte-americanas especializadas em perfurações e em prospecção geofísica, independentes dos trustes petrolíferos. E os resultados obtidos foram os mais animadores. Gastamos menos, no Brasil, para descobrir as primeiras jazidas, e em tempo menor, que as grandes empresas petrolíferas na Venezuela, na Colombia e no Perú. O petróleo e o gaz natural já evidenciados compensam fartamente tôdas as despesas realizadas, e proporcionarão uma base de grande solidês para iniciar a nossa indústria de refinação. Estudos posteriores revelaram condições altamente favoráveis à existência de petróleo na bacia do Parnaíba, nos estados de Maranhão e Piauí, na ilha de Marajó, no Paraná, sem falar em outras regiões do país nas quais o difícil acesso contrabalança os indícios favoráveis já de há muito conhecidos.

Chegamos assim a uma situação altamente favorável à exploração do nosso petróleo com nossos próprios recursos e em nosso próprio benefício. E essa exploração, aliada à instalação, em Volta Redonda, da grande siderurgia, far-nos-á dar um passo gigantesco no sentido de nossa libertação econômica.

Foi isso que perceberam os trustes petrolíferos. O petróleo brasileiro descoberto por nós mesmos, despertou a sua cobiça, e, principalmente, o temor de virem a perder o nosso crescente mercado de combustíveis líquidos e de terem no futuro um concorrente para abalar o seu monopólio. As grandes oligarquias financeiras, ligadas aos trustes petrolíferos, sentiram que o petróleo daria ao Brasil uma arma poderosa para se libertar do seu domínio imperialista e da triste condição de semi-colônia exportadora de matérias primas e produtos agrícolas elementares, e importadora de produtos manufacturados. Começou então a atual ofensiva dos grandes monopólios estrangeiros, principalmente norte-americanos, contra o petróleo do Brasil.

A primeira brecha foi aberta na própria Constituição de 1946, graças à redação capciosa de um de seus artigos, que reserva a exploração do petróleo "exclusivamente a brasileiros, ou a empresas organizadas no País". Foi suprimida a exigência da Constituição anterior de que tais empresas deveriam ser constituídas exclusivamente por acionistas brasileiros. Dessa maneira, empresas "organizadas no Brasil", mas com capital cem por cento estrangeiro, poderão obter concessões petrolíferas. A' abertura dessa brecha na própria Constituição não foi estranho o hábil agente da Standard Oil, de nome Chopel, que durante meses aqui residiu e recebeu até, de nosso Governo, uma homenagem excepcional — a grande Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Mas não bastava a alteração constitucional. Para que essa produza os efeitos desejados, é preciso alterar a lei ordinária. Começou então, e sem que a princípio o povo disso se apercebesse, a ofensiva dos trustes petrolíferos contra a legislação ainda em vigor. Não faltou a essa ofensiva o vigoroso apoio diplomático que, como o confessa a própria Comissão incumbida de estudar a nova legislação, o Departamento de Estado do Governo Norte-Americano dá às empresas de petróleo de seu país. O interesse do embaixador

Pawley por essa nova legislação foi por demais evidente para poder ser negado.

Os boatos de que se cogitava da alteração de nossas leis nacionalistas sobre petróleo começaram a se intensificar. Soube-se que o Governo havia nomeado uma Comissão para elaborar um ante-projeto de Estatuto do Petróleo. Dois técnicos norte-americanos, Herbert Hoover Jor. e Curtice, este último sabidamente ligado à Standard Oil, aqui aportaram, como conselheiros técnicos da Presidência da República, para colaborar na nova legislação. Alguns de seus pareceres constam da publicação oficial do Congresso que contém o ante-projeto de Estatuto do Petróleo. O acôrdo João Neves, em Londres, fazia em um de seus itens, uma referência direta à possibilidade de participação de capitais britânicos na exploração de nosso petróleo.

Foi então que o General Juarez Távora, em duas conferências realizadas no Clube Militar, abriu o debate público da questão, confirmando os boatos correntes de que o Governo cogitava de permitir a participação de capitais estrangeiros na indústria petrolífera brasileira. A atitude do General Juarez Távora teve todos os característicos de uma capitulação. Descrente da capacidade do Brasil e impressionado com os argumentos enganosos da propaganda dos trustes petrolíferos, procurou o General Juarez uma solução "intermediária", com algumas restrições ao capital estrangeiro que, a seu vêr, resguardariam os interesses nacionais. A tese do General Juarez Távora serviu de base ao ante-projeto de Estatuto do Petróleo. Este ante-projeto no entanto faz mais concessões ao capital estrangeiro que as sugeridas inicialmente; e as pretendidas restrições são, como mostraremos, inteiramente ilusórias.

3 — A reação nacionalista

Ante o perigo, e em defesa do Brasil, levantou-se a reação nacionalista. Liderou-a desde o início o próprio General Julio C. Horta Barbosa, já há alguns anos afastado da direção do Conselho Nacional do Petróleo. Em duas memoráveis conferências realizadas, também no Clube Militar, em Julho e Agosto de 1947, e em uma terceira conferência, pronunciada no Instituto de Engenharia de São Paulo, em Outubro de 1947, lançou êle a sua tese nacionalista.

Opõe-se o General Horta Barbosa, e intransigentemente, a qualquer participação de capitais estrangeiros na exploração de nosso petróleo, seja ela parcial ou total, aberta ou disfarçada. Capitais estrangeiros só poderiam ser admitidos, nessa indústria, sob a forma de empréstimo. Além de justificar, com impressionante documentação, essa atitude, demonstrou o General Horta Barbosa que o Brasil pôde perfeitamente explorar o seu petróleo com seus próprios recursos, refutando um a um todos os argumentos "entreguistas". Mas o General Horta Barbosa foi além: sustentou, baseado em razões técnicas, econômicas, e políticas, que a indústria do petróleo deve ser explorada pelo Governo, sob a forma de monopólio do Estado, abrangendo todos os seus ramos.

Durante meses seguidos a questão do petróleo foi amplamente debatida, em artigos, conferências, sabatinas e mesas redondas. E é interessante salientar que, ao passo que os defensores da tese "entreguista" utilizavam como argumentos simples afirmações vagas e imprecisas, os defensores da tese Horta Barbosa apoiavam-se em dados numéricos exatos, balanços econômicos, e na análise justa da experiência de outras nações. Nenhum dos argumentos citados foi jamais contestado pelos defensores da participação estrangeira. Incapazes de rebater a argumentação cerrada dos nacionalistas, os entreguistas foram pouco a pouco silenciando, limitando-se de quando em quando a simples ofensas ou calúnias contra seus adversários. A tese Horta Barbosa conquistou a opinião pública, num dos mais empolgantes e mais amplos movimentos populares de que dá notícia a nossa história.

Em Fevereiro do corrente ano foi enviado ao Congresso, pelo Presidente da República, o ante-projeto de Estatuto do Petróleo, organizado por

uma Comissão designada pelo Conselho Nacional do Petróleo e presidida pelo sr. Odilon Braga.

Com a apresentação desse ante-projeto o perigo estava, mais que nunca, iminente. Para combatê-lo, com a indispensável eficiência, o movimento popular de apoio à tese Horta Barbosa começou a organizar-se, tendo, a princípio, como vanguarda, os estudantes. Figuras proeminentes da política, como o ex-presidente Arthur Bernardes, nele se integraram. “Crime monstruoso contra a Pátria”, foi a classificação por êle dada ao ante-projeto de Estatuto do Petróleo. O General José Pessoa também fustigou com palavras candentes a entrega de nossas jazidas petrolíferas aos trustes estrangeiros, caracterizando-a como verdadeiro crime de traição à Pátria. Em diversos pontos do País as próprias Câmaras Municipais se pronunciaram favoravelmente à tese do monopólio do Estado. E finalmente, para coordenar a campanha, foi fundado no Rio de Janeiro o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, sob a Presidência do General Horta Barbosa e do Deputado Arthur Bernardes.

E’ preciso que todos os brasileiros verdadeiramente concientes e patriotas cerrem fileiras em torno desse Centro. Só a mobilização enérgica e organizada da opinião pública poderá evitar a entrega do nosso petróleo aos monopólios estrangeiros. O Brasil está na iminência de tomar uma das mais graves decisões de sua história. E’ preciso impedir que seja tomada a decisão errada.

II — Os grandes monopólios petrolíferos

1 — Carater monopolista da indústria do petróleo

A indústria do petróleo é monopolista em todo o mundo. E’ dominada por dois grandes grupos, o norteamericano, liderado pela Standard Oil, e a ânglo-holandês, liderado pela Royal Dutch Shell. Escapam a êsses dois grandes trustes, além da União Soviética, apenas alguns países que souberam resistir, instituindo monopólios de Estado: o México, a Argentina, a Bolívia, o Chile, e, parcialmente, o Uruguai.

A indústria do petróleo se divide em quatro grandes ramos: a extração de petróleo bruto, ou lavra das jazidas; o transporte; a refinação ou industrialização propriamente dita; e o comércio distribuidor dos derivados.

Dentro dos Estados Unidos as grandes emprêsas que constituem o truste norteamericano controlam apenas a refinação, o transporte especializado, e, principalmente, o comércio distribuidor. A produção de petróleo bruto é livre. Deve-se isso ao sistema legal norteamericano que faz coincidir a posse do sub-solo com a posse da superfície. Em consequência disso há dezenas de milhares de pequenos produtores de petróleo bruto, em concorrência desenfreada, mas todos escravizados às grandes empresas que dominam a indústria de refinação

Fora dos Estados Unidos, ao contrário, as grandes jazidas são inteiramente controladas pelos trustes, como na Venezuela, na Colombia, no Perú, no Oriente Médio, na Indonésia.

O petróleo bruto, como tôdas as matérias primas, tem preço baixo. Os grandes lucros dos trustes são obtidos na indústria de refinação no transporte, e no comércio distribuidor, isto é, fóra dos países semi-coloniais cujas jazidas exploram. E’ uma ilusão supor que da exportação em larga escala de petróleo bruto, feita por emprêsa estrangeira, possa resultar algum benefício para o país. Aquí só ficariam miseráveis “royalties”, compensação de mesquinhês ridícula em face do esgotamento de nossas reservas e dos lucros fabulosos obtidos no exterior por meio da industrialização desse petróleo.

A história das lutas dos trustes petrolíferos pelo domínio das fontes de matérias primas é tristemente célebre. Todos os processos têm sido utilizados, desde o suborno e a difamação até o assassinio, as revoluções e as guerras. A experiência histórica dos últimos oitenta anos mostra que a presença de

petróleo no sub-solo de uma nação pode ser tanto uma fonte de progresso como um fator de escravização. Tudo depende da capacidade de seu povo para resistir à voracidade dos grandes monopólios internacionais. Basta meditar sobre os exemplos da Indonésia, dos países arabes do Oriente Médio, da Venezuela, do Perú e da Colombia, para concluir que, a êsses países, o petróleo só trouxe desgraças, miséria, e agravação da condição de nações coloniais. O General Horta Barbosa relatou, em sua conferência de São Paulo, as graves atribuições causadas no passado ao México pelos trustes petrolíferos. A análise da experiência das outras nações tem sido feita à base de documentação tão impressionante e irrefutável que a própria Comissão encarregada de redigir o ante-projeto de Estatuto do Petróleo fêz questão de demonstrar que não desconhecia êsses fatos. Dedicou longas páginas de seu relatório a uma crítica severa da ação dos trustes na Venezuela e no México.

Não seria possível examinar aqui detalhadamente os numerosos fatores técnicos e econômicos que condicionaram o processo histórico excepcionalmente rápido, de concentração da produção na indústria do petróleo. O fato é que esta indústria é dominada por empresas gigantescas e poucas numerosas que se associam, com a maior facilidade, em alianças monopolistas, para se apoderarem dos mercados e das principais fontes de matérias primas.

E' preciso não esquecer que a concentração da produção em grandes empresas redundou em um imenso progresso dos métodos de produção, e permite um planejamento eficaz do abastecimento no espaço e no tempo. Voltar artificialmente à livre concorrência de pequenas empresas seria dar um passo atrás, seria tentar ir de encontro a uma lei natural, pois o monopólio surgiu precisamente da livre concorrência. A solução é outra: a socialização da produção. E' por isso que atualmente, para resistir aos trustes estrangeiros, que operam em escala mundial, é preciso opor-lhes um monopólio de Estado. E' o que têm feito nações que nada têm de socialistas, como a Argentina.

Já no próprio ramo extrativo da indústria petrolífera tornam-se evidentes as vantagens da exploração por uma grande empresa, de caráter monopolista. E' que as jazidas de petróleo apresentam características singulares, que as distinguem de qualquer outra jazida mineral. Resultam êsses caracteres do fato de ser o petróleo um líquido, contendo gases em dissolução, que impregna os poros das rochas-reservatório. Cada jazida de petróleo deve pois ser explorada como um todo indivisível, sob pena de ficar perdida no sub-solo uma grande quantidade de matéria prima, por esgotamento prematuro da energia que a faz fluir aos poços. Nos Estados Unidos, onde cada jazida é explorada frequentemente por inúmeros proprietários de terras na superfície, calcula-se que em média só se tem extraído 15 a 20% do petróleo existente, ao passo que com uma exploração racional se poderia extrair até 80%. O Governo norte-americano tem tentado infrutiferamente resolver êsse problema, e o grande professor Uren avalia que as atuais reservas conhecidas daquele país dobrariam ou triplicariam se fosse possível a unificação da exploração das jazidas. Além disso, o custo de extração é variável de jazida para jazida, e, numa mesma jazida, é variável com o tempo. A princípio o petróleo é extraído por simples surgência, ou bombeamento; mais tarde, ao diminuírem as pressões, torna-se necessário injetar água ou gás. Onde os trustes controlam as jazidas é possível estabelecer-se um preço médio, por meio do que os norte-americanos chamam "pool".

Na indústria de refinação é sabido que o custo de uma refinaria não é proporcional à sua capacidade, e que, portanto, são mais econômicas as refinarias de grande capacidade. Essa tendência no sentido de construir refinarias cada vez maiores tem-se acentuado continuamente, e, hoje em dia, é absurdo instalar pequenas refinarias. O mesmo se dá nos outros ramos da indústria: o transporte e a distribuição.

Mas os trustes não se limitam a estabelecer o monopólio "horizontal"; adquirem impressionante estabilidade e capacidade de luta contra a concorrência graças ao monopólio "vertical", isto é, ao monopólio combinado de todos os ramos da indústria, desde a extração até o comércio. E é com os

fabulosos lucros da refinação e do comércio que financiam a pesquisa de novas jazidas, pesquisa esta altamente dispendiosa e demorada, e na qual, apesar do aperfeiçoamento dos métodos, os insucessos ainda são frequentes. "Pesquisa, lavra, e refinação são as partes de um todo cuja separação não se admite em virtude de motivos técnicos, econômicos, e políticos", afirmou o General Horta Barbosa em sua conferência de São Paulo.

2 — O truste norte-americano

E' quase evidente que quem ambiciona o nosso petróleo atualmente é o truste norte-americano. O próprio relatório da Comissão presidida pelo sr. Odilon Braga faz apêlos ao Presidente Truman e ao General Marshall para que aconselhem aos dirigentes das grandes emprêsas de seu país afim de que não reproduzam aqui o que fizeram na Venezuela, na Colômbia, e no México. Esquece-se no entanto a Comissão de fazer identicos apêlos ao rei da Inglaterra, ao primeiro ministro Attlee, ou a rainha da Holanda.

E' pois oportuno fornecer alguns dados sôbre o truste norte-americano, para que não seja subestimado o poder do inimigo a enfrentar.

O truste norte-americano é constituído por cinco grandes emprêsas que atuam em escala mundial. Essas emprêsas formam uma aliança monopolista tão íntima que, em alguns casos, chegam a fundir-se em uma emprêsa única, como na Arábia. Isso não significa que essas emprêsas sejam de fato uma emprêsa única; formam, no entanto, em sua ação fóra dos Estados Unidos, uma aliança monopolista. E essa aliança é forte e vigorosamente apoiada pelo Departamento de Estado, de acôrdo com documentos transcritos no próprio relatório da Comissão do Estatuto do Petróleo.

A liderança do grupo cabe a STANDARD OIL COMPANY (NEW JERSEY), e a sua grande e íntima associada na exploração do petróleo da Indonésia, a SOCONY VACUUM OIL COMPANY. As outras componentes do grupo são a STANDARD OIL COMPANY OF CALIFORNIA, a THE TEXAS COMPANY e a GULF OIL CORPORATION.

Essas emprêsas têm inúmeras subsidiárias, com sédes em diferentes países. Controlam 98% da capacidade das refinarias norte-americanas situadas fora dos Estados Unidos, sendo que só a Standard Oil Co. (New Jersey) controla 75% dessa capacidade.

A Standard Oil Co. (New Jersey) tem três subsidiárias no Brasil, a Standard Oil Co. of Brasil, a The Caloric Company e a Companhia Nacional de Gas-Esso. Desta última possui a Standard 75% das ações, contando ainda como acionistas brasileiros, entre vários outros, os ministros Morvan Figueiredo e Daniel de Carvalho. A Gulf Oil Corporation tem como subsidiária no Brasil a Companhia Gulf de Petróleo, sucessora da firma Correia e Castro S. A., do atual ministro da Fazenda.

O ativo da Standard Oil de New Jersey é superior a 50 bilhões de cruzeiros, isto é, a duas vezes e meia o dinheiro em circulação no Brasil. Só existem nos Estados Unidos seis emprêsas com ativo superior a um bilhão de dolares. Pois bem, a maior dessas seis, isto é, a maior emprêsa industrial norte-americana, é a Standard Oil de New Jersey. E no quinto lugar aparece a Socony Vacuum. A Standard é maior que o truste do aço, a United States Steel, maior que a General Motors, maior que o truste da indústria química, a Du Pont de Nemours, maior que a Ford.

A Standard e a Socony Vacuum pertencem à grande oligarquia financeira conhecida como grupo Rockefeller, proprietária do maior banco do mundo, o Chase National Bank. Essa oligarquia domina o atual govêrno norte-americano através do Secretário da Defesa, James Forrestal, e do conselheiro do General Marshall, John Foster Dulles. Tem funcionários seus "plantados" no Departamento de Estado, como ficou demonstrado num inquérito há pouco realizado por senadores norte-americanos. E' porisso que quando a Comissão do Estatuto do Petróleo afirma que hoje em dia nada devemos temer das emprêsas petrolíferas porquanto estas atualmente são controladas

pelo governo norte-americano, está evidentemente invertendo os fatos. E' um argumento para justificar a entrega de nosso petróleo que só poderia ser aceite por ingênuos. Foi o que muito bem demonstrou o professor Hermes Lima na análise que fez na tribuna da Câmara, do relatório Odilon Braga.

Ninguém ignora nos Estados Unidos que os trustes petrolíferos desrespeitam as leis de seu próprio país, sonegam impostos de renda, subornam altos funcionários e parlamentares. Já responderam e continuam respondendo a milhares de processos perante a Justiça norte-americana.

3 — Monopólio do Estado

Da análise do caráter monopolista da indústria do petróleo resultam as seguintes conclusões: 1) quando se fala em participação de capitais estrangeiros na exploração do nosso petróleo, não se está usando o termo justo, pois trata-se do capital monopolista dos grandes trustes; e em particular, no caso atual, "capitais estrangeiros" é um pseudônimo de capitais da Standard Oil e das empresas de seu grupo; 2) por razões técnicas, econômicas, e políticas, só é possível explorarmos de modo eficiente o nosso petróleo, com nossos próprios recursos, através de uma grande empresa do Governo, um monopólio do Estado.

Essa empresa estatal teria naturalmente de ser organizada nos moldes de uma empresa particular, com plena autonomia, como a "Y. P. F." da Argentina, a "Petroleos Mexicanos" do México, e a "A. N. C. A. P." do Uruguai. E essa empresa, para não ser desvirtuada, teria de ser apoiada pelo povo, e fiscalizada pelo povo. Se a pressão da opinião pública forçar o Governo a adotar essa solução, em lugar de entregar nosso petróleo aos trustes estrangeiros, a campanha do petróleo não estará encerrada, estará apenas iniciada. A constante vigilância da opinião pública será indispensável para o êxito do empreendimento. A luta não cessará com a simples derrota do Estatuto do Petróleo. E temos, a nos animar, o exemplo de Volta Redonda, que está vendendo aço a Argentina, inclusive para a sua indústria petrolífera. E' preciso reagir contra o derrotismo e o pessimismo, pois não podemos admitir que somos incapazes de realizar aquilo de que foram capazes os argentinos, os mexicanos e os uruguaios, e cujo exemplo está sendo corajosamente imitado pelos bolivianos e pelos chilenos.

III — Solução do problema da exploração do petróleo brasileiro

1 — Custo da pesquisa

Um dos principais argumentos dos "entreguistas" é baseado no vulto dos capitais necessários, principalmente para a pesquisa. Esses capitais estariam inteiramente fóra das possibilidades financeiras do Brasil, afirmam.

Um dos característicos fundamentais da indústria do petróleo é o seu auto-financiamento. Seus lucros são tão grandes que, além de proporcionarem aos acionistas bons dividendos, fornecem recursos mais que suficientes para a sua própria expansão. Os capitais das empresas crescem continuamente por meio da simples capitalização desses lucros. E' o que afirma Eugene Holman, presidente da Standard Oil, no relatório apresentado aos acionistas em 1946: "O crescimento da empresa Jersey tem sido largamente financiado com fundos gerados pelo próprio negócio".

Um dos truques utilizados pela propaganda dos trustes para impressionar as nações que, como o Brasil, desejam instalar a sua indústria petrolífera, é apresentar o capital total assim acumulado através dos anos. Só se fala nas inversões totais a realizar e omite-se propositadamente que essas inversões são feitas, não em um ou dois anos, mas em vários, e que, nesse período, essas inversões serão financiadas, em proporção crescente, pelos próprios lucros do empreendimento.

A Comissão do Estatuto do Petróleo cita em abono dessa maneira de argumentar o custo inicial da pesquisa em vários países; e cita, de acôrdo

com a técnica já citada, não as quantias médias gastas anualmente, mas as quantias totais gastas até ser levado ao mercado o primeiro óleo. Aparecem assim quantias da ordem do bilhão de cruzeiros. Se dividirmos essas quantias pelo número de anos em que foram gastas, obteremos as inversões médias anuais feitas em diversos países pelas grandes empresas petrolíferas. Veremos mais adiante que, montada a indústria de refinação com petróleo importado, seus lucros serão suficientes para custear as pesquisas. Mas vamos mostrar que, mesmo admitindo que os gastos com pesquisas devessem ser custeados pelo Governo, estariam eles perfeitamente dentro das possibilidades financeiras do Brasil.

Do livro "American Petroleum Interests in Foreign Countries" editado pelo Senado Americano, extraímos os seguintes dados, alguns dos quais são citados pela Comissão presidida pelo sr. Odilon Braga:

Inversões até ser levado o primeiro óleo ao mercado

País	Inversão total em Cr\$ 1.000	Núm. de anos	Inversão média por ano em Cr\$ 1.000
Canadá	37.400	2	18.700
Venezuela			
Creole Petroleum Corp. (subsidiária da Standard)	904.000	10	90.400
outra companhia	824.000	14	58.800
outra companhia	504.000	10	50.400
Colombia			
Internacional Petroleum Co.	908.000	10	90.800
outra companhia	1.128.000	23	49.000
Iraque			
Iraq Petroleum Company	1.160.000	9	129.000
Indonésia	400.000	14	28.600

Ora, a verba atual do Conselho Nacional do Petróleo é de 109.000 milhares de cruzeiros. Vemos que o Governo do Brasil está gastando atualmente em pesquisas uma quantia superior as inversões médias de 7 das oito grandes companhias citadas, e apenas ligeiramente inferior à da empresa do Iraque, na qual se associaram o Governo Inglês, o Governo Francês, a Royal Dutch Shell e Standard. Onde fica então a nossa alegada incapacidade financeira? Nenhuma das grandes empresas estrangeiras viria gastar aqui em pesquisas mais que o Governo Brasileiro está gastando atualmente. Se somássemos as inversões médias das três grandes companhias que exploram o petróleo da Venezuela, obteríamos 199.600 milhares de cruzeiros, quantia ainda ao alcance de simples dotações orçamentárias anuais.

2 — Os lucros da indústria de refinação devem custear as pesquisas

Com a solução proposta pelo General Horta Barbosa obteríamos no entanto recursos mais que suficientes para custear as pesquisas sem onerar os cofres públicos. Consiste essa solução na montagem da indústria de refinação mesmo antes de ter, no país, produção suficiente de petróleo bruto. Esta indústria trabalharia, inicialmente, com matéria prima importada. Como fonte de matéria prima teríamos produtos independentes norte-americanos, a empresa estatal mexicana, ou o governo da Venezuela, que, desde o revolução de 1945, está cobrando aos trustes, em espécie, o "royalty" de 16 2/3-a que tem direito, e pondo-o à venda em concorrência pública. E provavelmente

os próprios trustes, à falta de melhor negócio, se apressariam a nos vender o óleo bruto, como o fazem ao Uruguai, que, sem possuir petróleo, produz na refinaria do Estado todos os derivados consumidos pelo país.

As refinarias não são fabricadas pelos trustes. Compõem-se de elementos produzidos por ramos industriais diversos, tais como bombas, encanamentos, caldeiras de vapor, alambiques tubulares, torres fracionadoras, tanques de armazenamento. Normalmente não há dificuldades para adquirir êsses equipamentos; diversos países, entre os quais o México e a Bolívia, e o próprio Conselho Nacional do Petróleo, estão montando refinarias fabricadas por firmas norte-americanas. E' claro que não devemos subestimar as dificuldades que os monopólis petrolíferos procurariam nos criar para importar êsses materiais, valendo-se principalmente das medidas restritivas adotadas nos Estados Unidos para exportação de produtos siderúrgicos. Essas dificuldades seriam no entanto facilmente contornadas por meio de uma política enérgica, principalmente si se tratar de uma empresa do Governo Brasileiro. E não devemos nos esquecer que equipamentos para a indústria do petróleo são também produzidos por vários países europeus. O fato é que outras nações, que se opuzeram aos trustes petrolíferos, não estão encontrando dificuldades para importar refinarias dos Estados Unidos. E muita coisa já poderia ser feita no Brasil, como por exemplo os tanques de armazenamento, utilizando chapas produzidas por Volta Redonda.

O custo de uma refinaria com a capacidade de 10.000 barris por dia é da ordem de 180 milhões de cruzeiros. Uma refinaria de 20.000 barris diários não custaria no entanto o dobro dessa quantia, mas apenas cerca de 320 milhões de cruzeiros. Para atender ao consumo atual do Brasil, que é de quasi 50.000 barris por dia, o capital total necessário seria da ordem de 800 milhões de cruzeiros, a ser gasto, não em um ano, mas em dois ou três, e, assim mesmo, se quiséssemos instalar de súbito tôdas as refinarias necessárias. Poderíamos fazê-lo em duas etapas.

O cálculo dos lucros de uma refinaria trabalhando com petróleo bruto importado tem sido feito, pelos defensores da tese nacionalista, sem levar em conta os elevados lucros do comércio de derivados, que atingem em nosso país, depois de tôdas as deduções, quantia superior a 250 milhões de cruzeiros, anualmente. Faz-se a hipótese de que a refinaria importa o petróleo bruto, refina-o, e entrega os produtos derivados ao atual aparelho distribuidor pelos atuais preços CIF, isto é, pelos preços por que são atualmente importados. A economia em divisas, diferença entre o preço CIF dos derivados produzidos, e o preço CIF do petróleo bruto, é da ordem de 100 milhões de cruzeiros por ano para uma refinaria de 10.000 barris diários. Esse cálculo é confirmado pela mensagem presidencial n.º 61, anexa ao ante-projeto do Estatuto, que afirma que a indústria de refinação "poderia ter proporcionado, durante o ano findo, economia de divisas superior a quatrocentos milhões de cruzeiros, se estivessemos então aparelhados para destilar a totalidade do petróleo que importamos". Isso quer dizer que a simples economia em divisas compensaria em menos de dois anos o custo das refinarias.

Deduzindo da referida economia em divisas os gastos de operação e a amortização dos equipamentos, teríamos um lucro líquido de pelo menos 65 milhões de cruzeiros anuais para cada refinaria de 10.000 barris diários; uma vez montadas tôdas as refinarias, êsse lucro acenderia a mais de 300 milhões de cruzeiros anuais, quantia suficiente para incrementar de modo extraordinário e sem qualquer risco para o Tesouro, as pesquisas de petróleo em nosso território.

A' proporção que o petróleo nacional fosse sendo produzido, iria ôle substituindo, nas refinarias já em funcionamento, o petróleo importado. Não assistiríamos ao que se passa atualmente na Bahia — campos de petróleo com seus poços todos prontos para entrar em produção, mas mantidos fechados por falta de refinaria.

O lucro de uma refinaria trabalhando com petróleo nacional será muito maior. O Conselho Nacional do Petróleo avaliou o lucro líquido anual

da pequena refinaria de 2.500 barris diários que está construindo na Bahia em 40 milhões de cruzeiros. Nessa base, uma refinaria de 10.000 barris diários produzirá um lucro anual de 160 milhões de cruzeiros. E' quando estivermos produzindo 50.000 barris diários, o lucro anual será da ordem de 800 milhões de cruzeiros, se forem mantidos os preços atuais dos derivados.

Êsses dados numéricos não foram até hoje contestados. Com 300 milhões de cruzeiros anuais obtidos graças à refinação de petróleo bruto importado, em cinco anos poderíamos inverter em pesquisas cerca de um bilhão e meio de cruzeiros, quantia superior à avaliada como necessária para desenvolver a produção até 50.000 barris por dia.

Além de construir as refinarias teríamos de arrendar ou comprar navios tanques. O Govêrno, premido pela dificuldade de transportes, já está começando a adquirir petroleiros. Também neste setor não existem as apregoadas dificuldades.

Vemos que a instalação da nossa indústria petrolífera está inteiramente ao alcance de nossas possibilidades financeiras.

Mais, tarde, se a amplitude de nossas reservas o permitir, poderemos encarar a possibilidade e a conveniência de exportar petróleo bruto. Por enquanto é prematuro pensar nisso, pois as jazidas já medidas na Bahia são suficientes apenas para cerca de 10% do nosso consumo.

A economia em divisas resultante da produção e refinação no país dos 50.000 barris diários de petróleo correspondentes ao nosso consumo atual seria da ordem de um bilhão e meio de cruzeiros. A exportação de igual quantidade de petróleo bruto nos daria apenas meio bilhão de cruzeiros. E se essa exportação fosse feita por empresa estrangeira, nos termos do Estatuto do Petróleo, receberíamos apenas como "royalty" 12% do preço de custo, na boca do poço, desse petróleo bruto, isto é, apenas cerca de 20 ou 30 milhões de cruzeiros. O nosso petróleo, depois de refinado, proporcionaria ao truste uma renda bruta superior a 50 vezes o "royalty" miserável com o qual nos contentaríamos.

A simples comparação desses números mostra que nenhum benefício nos traria a exportação de petróleo bruto por empresas estrangeiras. Por outro lado demonstramos que o auxílio dessas empresas, para a montagem de nossa própria indústria petrolífera, é desnecessário, além de perigoso. Nada pois justifica a modificação da legislação nacionalista atualmente em vigor.

IV — Análise do ante-projeto de Estatuto do Petróleo

Uma análise completa do ante-projeto de Estatuto do Petróleo exigiria um trabalho especial. Trata-se de um projeto de lei com mais de cem artigos, redigido de modo confuso. Frequentemente, para compreender um dado aspecto desse projeto, é preciso reunir três ou quatro artigos, espalhados em diferentes títulos. O leitor desprevenido não percebe assim, em um primeiro exame, o caráter eminentemente anti-patriótico desse Estatuto.

O projeto tem como linha mestra a entrega de nossas jazidas petrolíferas aos trustes estrangeiros, proporcionando-lhes por um lado tôdas as facilidades para exportar petróleo bruto em larga escala, e por outro lado, a possibilidade de manter essas jazidas improdutivas durante muitos anos, como reserva para o futuro.

O artigo primeiro afirma enfaticamente que as jazidas de petróleo "são mantidas no domínio privado da União, como bens inalienáveis e imprescritíveis". A exploração dessas jazidas poderá no entanto ser concedida a empresa "organizadas no país", mas com capital cem por cento estrangeiro (art. 1, § 3; art. 4; art. 5, alinea a; art. 13, alinea b). Os concessionários poderão ser investidos dos direitos sobre a propriedade privada que, para fins de utilidade pública, a Constituição confere à União, e do direito de cessão e hipoteca (art. 8). O decreto de concessão cria um direito real de posse, administração e exploração econômica dos bens que tenha por objeto (art. 12). A autorização de

pesquisa, que póde ser prolongada por periodo superior a 10 anos (art. 31; art. 35; art. 39; art. 54; art. 36, § 1), garante ao seu titular o direito exclusivo de obter a concessão de lavra na metade das áreas de pesquisa, à sua escolha (art. 29; art. 36, § 1). Essa restrição nada significa, já que só excepcionalmente as jazidas descobertas ocupariam mais de metade da área pesquisada, e que a escolha das áreas de lavra caberá ao concessionário.

O prazo da concessão de lavra será de 30 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 (art. 49). E se, ao fim da concessão, o Conselho Nacional do Petróleo não se interessar pela exploração direta das jazidas, o concessionário terá preferência para nova concessão (art. 50).

Terminada a concessão os bens e instalações reverterão gratuitamente à União (art. 17), mas o contrato poderá estabelecer que, no último quinquênio, metade das despesas de conservação e renovação serão pagas pelo Governo (art. 17, § 3). Um prazo de trinta anos é suficiente para exgotar normalmente qualquer jazida de petróleo. Ao fim da concessão receberíamos apenas poços secos e instalações de superfície obsoletas e de pouco valor. Ou, na melhor das hipóteses, receberíamos jazidas em fim de exploração, já sem pressão, exigindo injeção de água ou de gaz, e portanto com custo de extração onerosíssimo.

E se quisséssemos, antes de terminada a concessão, desapropriá-la, como fêz o México, teríamos que pagar, além de todo o capital empregado e ainda não amortizado, mais o valor de todo o petróleo ainda por extrair, medido nas jazidas (art. 15, alinea f e § 5; art. 17, n.o 2; art. 13). Este dispositivo, habilmente disfarçado em três artigos, é um dos mais escandalosos do ante-projeto. Nunca poderíamos seguir o exemplo do México, que, ao efetuar a desapropriação, comprometeu-se a pagar apenas o capital empregado, já que as jazidas eram consideradas pela Constituição mexicana como propriedade da Nação.

Mas, a propósito de indenizações, o ante-projeto contém ainda cousas mais estranhas. Se o concessionário renunciar espontaneamente à concessão antes de findo o prazo (art. 15, alinea c), o Governo lhe pagará uma indenização total ou parcial, desde que isso fique estabelecido no contrato (art. 17, § 1). E de acôrdo com o art. 54, o titular de autorização de pesquisa que não cumprir certas exigências, será considerado “decaído de seus direitos”, e receberá, como recompensa, uma indenização por tôdas as despesas realizadas, mais 20%.

A exportação do petróleo bruto, depois de atendido o consumo nacional, será livre desde que haja no país reservas conhecidas e medidas suficientes apenas para êsse consumo durante três anos, (art. 70). A Comissão que elaborou o ante-projeto considera escassas as reservas norte-americanas, calculadas como suficientes para atender ao consumo dos Estados Unidos durante doze anos. No entanto, tratando-se do Brasil, considera a Comissão suficiente uma reserva para três anos apenas. Os autores do Estatuto procuram defender-se apelando para o § 2 do art. 24, de acôrdo com o qual só serão dadas concessões na metade da área presumivelmente petrolífera do país. As “áreas de reserva” não podem no entanto ser equiparadas a reservas conhecidas e medidas. São reservas hipotéticas, que podem existir ou não. Também nos Estados Unidos, além das referidas reservas medidas que a Comissão considera insuficientes, há reservas hipotéticas em áreas ainda não pesquisadas. E é a própria Comissão que afirma em seu relatório — “Há ainda a observar que o petróleo que assegura a vitória na guerra não é o problemático, que existe não se sabe onde...; e sim o já pesquisado e em lavra franca, se não em franca industrialização”.

Em troca da concessão para lavra de nossas jazidas receberemos apenas miseráveis “royalties” de 10 a 14% (art. 58), inferiores aos que cobra atualmente a Venezuela, que atingem 16 2/3 %. E, de acôrdo com o § 3 do art. 57, os concessionários poderão efetuar o pagamento em dinheiro, calculado, não sôbre o preço de venda do petróleo bruto, mas sôbre o infimo custo de extração na bôca dos poços.

Todos os favores serão concedidos aos trustes que ambicionam o nosso petróleo, inclusive o direito de livre passagem e permanência na propriedade pública ou privada para reconhecimento geológico preliminar, sem limitação de área (art. 26, § 2).

Fica assim demonstrado o caráter criminoso do ante-projeto do Estatuto de Petróleo.

Para justificar a entrega de nossas jazidas aos trustes internacionais, faz-lhes o projeto uma única restrição, considerada pela Comissão como o "verdadeiro preço" que cobraremos antes de conceder-lhes tudo o mais que desejam. De acôrdo com o § 1 do artigo 6 as emprêsas de refinação e transporte interno que se destinarem ao abastecimento do país deverão ter pelo menos 60% de suas ações com direito a voto em mãos de particulares brasileiros. O ex-presidente Arthur Bernardes já demonstrou que com menos de 40% do capital os grupos financeiros controlam qualquer sociedade anônima. Mas essa restrição cessará logo que seja atendido o consumo atual "de gasolina" (art. 6, § 2). Note-se que, para atender, com refinarias modernas, o atual consumo de gasolina, poderão estar preenchidas apenas 80% das necessidades totais de derivados do petróleo; e que o ante-projeto não obriga as primeiras refinarias, com predominância de capitais nacionais, a produzirem óleos lubrificantes, tão indispensáveis como a gasolina a segurança do país.

Construídas assim as duas primeiras refinarias necessárias para atender ao consumo atual de gasolina, os trustes poderão montar outras refinarias, ditas "para exportação", com capital cem por cento estrangeiro. E de acôrdo com o § 3 do art. 6, com o crescimento inevitável das necessidades brasileiras de derivados do petróleo, os produtos dessas refinarias, cem por cento estrangeiras, poderão ser vendidos no país.

Eis a que ficam reduzidas as únicas restrições ao capital estrangeiro constantes do ante-projeto. O auxílio dos trustes para a montagem das refinarias nacionais, com o qual pretende a Comissão justificar as concessões, chamando-o mesmo "o verdadeiro preço" que cobraremos, é desnecessário. Se a Comissão admite que possuímos 60% dos oitocentos milhões de cruzeiros necessários, não seria por falta dos outros 40% que iríamos entregar nossas jazidas a êsses trustes. Essa quantia é memo inferior à metade do empréstimo que o Govêrno pretende avaliar para a Light no Banco Internacional, e que viria desfalcar as cotas de empréstimos a que temos direito, como acionistas que somos dêsse banco.

V — Conclusão

A questão do petróleo já foi amplamente debatida. Todos os brasileiros honestos e concientes consideram verdadeiro ato de traição nacional a entrega de nossa riqueza petrolífera aos grandes monopólios estrangeiros, preconizada pelo ante-projeto de Estatuto do Petróleo. Se houver liberdade para discutir e criticar publicamente êsse ante-projeto, será impossível sua aprovação pelo Congresso. E' porisso que a luta em defesa do nosso petróleo se confunde com a luta em defesa das liberdades democráticas em nosso país. Que todos se organizem e se unam, portanto, em torno dessa campanha.

“Ergue a América Latina Barreiras ao Capital Estrangeiro”

Cel. ARTHUR CARNAÚBA

Um estudo recente do semanário “U. S. NEWS & WORLD REPORT”, de Washington, merece muita atenção por parte de todos os brasileiros que se interessam pelas questões referentes à defesa da economia nacional.

Marshall, no seu discurso de Bogotá, de 1.º de abril último, preconizou a inversão do capital privado estrangeiro nos países latino-americanos. O plano do Secretário de Estado americano parece haver fracassado.

“A idéia de que alguns bilhões de dólares de capitais privados norte-americanos possam ser atraídos à América Latina — comenta o semanário — afim de financiar o desenvolvimento econômico do Hemisfério, principia a debilitar-se”.

De fato, nota-se uma resistência tenaz — em muitos países latino-americanos — contra o capital monopolístico que caracteriza a etapa econômica atual da história da humanidade.

“O lugar menos atrativo para os investimentos de particulares — acrescenta o U. S. News — é, no entanto a Argentina, onde o governo lhe é franca e claramente contrário. A diretriz fundamental da política argentina é, de fato, de franca, decidida e decisiva luta contra o imperialismo britânico decadente. Perón adquiriu a rede telefônica de Buenos Aires, as ferrovias inglesas, valores imobiliários e um frigorífico. Além disso, as importações são controladas. E os gigantescos frigoríficos estão também ameaçados”.

O U. S. News focaliza, por outro lado, o problema do nosso petróleo: “O Brasil desejaria utilizar seus vastos recursos minerais, porém o governo ainda não abriu as portas para o capital alienígena. Decide-se agora se as portas deverão ser efetivamente abertas”.

“O Congresso brasileiro está no momento debatendo a lei sobre o petróleo (Estatuto do Petróleo). Se prevalecer o ponto de vista do presidente Eurico Gaspar Dutra, o capital privado terá oportunidade de extrair o “ouro negro” da terra. Porém, se a oposição for vitoriosa, êsses recursos continua-

rão somente abertos aos empreendimentos de brasileiros natos, e haverá assim pequeno desenvolvimento. O que o Congresso deliberar acerca do óleo servirá de base para a exploração dos outros recursos minerais”.

“Quaisquer obstáculos farão os investidores estrangeiros hesitar em se meter nos negócios ora a êles abertos no Brasil. Não residentes devem pagar uma taxa especial de 10% sôbre a renda de títulos brasileiros, de que estejam de posse. Demais, existem limites de lucros e de capital. E dois terços dos empregados de firmas comerciais e industriais devem ser brasileiros”.

Esse comentário mostra, àqueles que chamam de demagógica a nossa luta pelo petróleo e que não acreditam na voracidade dos trustes, como, na realidade, as grandes emprêsas petrolíferas cobiçam — não só o nosso ouro negro — como tôdas as nossas riquezas minerais.

Diante de provas tão eloquentes, haverá ainda brasileiros que não queiram lutar contra as terríveis ameaças que pesam sôbre o nosso país?

Não parece bem claro que chegou o momento histórico de pugnarmos galhardamente, pela nossa independência econômica? Sigamos o exemplo daqueles países a que se refere melancolicamente o semanário de Washington: “... na América Latina, os países que facilitam a entrada do capital norte-americano o estão obtendo. Mas, numerosas repúblicas o estão barrando. A menos que os obstáculos criados sejam removidos, não haverá fluxo de investimentos dos EE. UU. para aquela parte do Continente, tal como o general Marshall sugeria em Bogotá”.

Eis aí...

Fechar as portas à entrada dêsse capital colonizador — a exemplo do que sábiamente está fazendo a grande pátria de Rivadávia, — eis a boa política.

Nova etapa da indústria elétrica em São Paulo

Catulo Branco

COMO SE DESENVOLVERAM AS USINAS — Assistimos a duas fazes bem distintas do desenvolvimento da indústria elétrica e estamos prestes a assistir a uma terceira. No início, cêrca de 1900, eram as cidades supridas por pequenas usinas, às vezes térmicas, com antigas máquinas a vapor de pistão e biela. Ainda me lembro de uma usina dêste tipo que havia em São Paulo, na rua Araujo, até cêrca de 1905.

Em 1900 foram iniciadas no Estado algumas usinas de maior potência, sendo a mais importante delas construída pela Light no Tieté, em Parnaíba, e para 16.000 KVA.

O PLENO DESENVOLVIMENTO E A INTERLIGAÇÃO — O desenvolvimento processou-se nesta base até por volta de 1924, época em que conhecemos a primeira grande crise de energia elétrica. Entramos então em outra época, caracterizada pela interligação de rêdes e sistemas e formação de grandes companhias, de tipo denominado pelos americanos de "Holdings".

A Light desenvolveu-se entre Sorocaba-Jundiaí e tôda a região da Central do Brasil, iniciando ao mesmo tempo sua grande usina do Cubatão.

Cobrando quase tôda a região do interior surgiu uma grande "Holding", as Emprêsas Elétricas Brasileiras, nome nacional da "Bond and Share" americana. Como recurso para atender ao aumento de consumo, lançou mão apenas da interligação, limitando-se a comprar as usinas então existentes. Só 20 anos depois de formada é que montaram a primeira grande usina, a do Avandava, para 42.000 C. V.

AS GRANDES USINAS DO FUTURO — A segunda etapa do desenvolvimento da indústria elétrica acha-se em seu estágio final — tôdas as usinas estão plenamente desenvolvidas e plenamente utilizadas. A interligação já não resolve mais o problema da atual crise. Estamos frente a uma nova etapa de desen-

volvimento — a das grandes usinas, porquanto enormes são as atuais deficiências, mesmo considerando apenas o consumidor já existente, aquele que se acha na fila do racionamento.

De acôrdo com avaliações feitas, precisaríamos ter: no interior, mais 300.000 C. V. instalados e na Capital mais 100.000, isto é, cêrca de 60% a mais na potência atualmente instalada em todo o Estado.

Criou-se, portanto, uma nova situação. Já não poderá mais ser o problema resolvido com pequenas usinas. Sómente aquelas de mais de 50.000 C. V. poderão ser consideradas em um planejamento destinado a suprir a atual deficiência.

Estas grandes usinas só poderão ser montadas em represamentos a serem efetuados nos grandes rios do interior do Estado — Tieté — Mogí-Guassú — Paranapanema. O que acontecerá, porém, quando represarmos êstes grandes rios? Surgirão os problemas de irrigação, regularização e navegação, além dos de produção de energia elétrica. Mesmo no rio Paraíba (que pode ser lançado Serra abaixo em Caraguatatuba), as barragens projetadas neste empreendimento irão promover um represamento de grande influência na agricultura do Vale do Paraíba.

Cabe aqui então uma pergunta: Poderá uma emprêsa particular enfrentar um empreendimento interessando ao mesmo tempo a problemas de navegação, irrigação, saneamento, regularização do rio para o plantío em suas várzeas e ainda os da indústria elétrica? Evidentemente não. E as emprêsas sabem que, entrando por êste caminho, irão terminar na encampação.

Esta análise da fase de desenvolvimento, que ora defrontamos, mostra-nos que só o próprio Estado poderá levar a cabo tal empreendimento. Só o Estado poderá dar solução à atual crise de energia elétrica, desenvolvendo um planejamento de grande interêsse para tôda a população, sob os vários prismas em que seja considerado. Foi êste um dos grandes ensinamentos que nos deixou Roosevelt com a sua experiência no Vale do Tennessee.

Literatura

A lista de Job

Annibal M. Machado

"C'est grand dommage pour ce rêve
Que l'on soit seul à l'achever".
(Lacenaire — "Mémoires, révélations et poésies")

Dentre os milhares de documentos que venho juntando para começar a viver, sempre me falta um na hora necessária.

Mais de meio século já passou, e estou na mesma, sempre em preparativos.

As vezes espreito pelo buraco: as galerias estão aflitas, querem que eu me apresente assim mesmo. Mas como, se os papéis ainda não estão em ordem?

Saio sempre cêdo para obtê-los. Se os consigo, que alegria! Fico habilitado a largar o país, a negociar, a casar, a fazer o que entendo! Mas, à hora de apresentá-los, nunca estão em condições: falta uma assinatura, há rabiscos em excesso aqui, o selo alí afastou-se dois centímetros do local designado, ou foi apostado em posição aflitiva de nadador a afogar-se, o que é de facto incômodo, e êles têm razão.

Há longos anos venho juntando êsses documentos, afóra os que recebi de herança, tão amarelinhos.

Organizo-os com cuidado. Quando tudo me parece pronto, saio satisfeito e digo: Ah! agora sim, vou começar de verdade a minha vida.

Mas qual! Barram-me de novo as pretensões, alegando que não dispõem de tempo para examinar tanta papelada. Para que eu não fique sem ocupação, pedem-me novos documentos e saem mais que depressa para alcançar o último páreo das corridas. E eu volto para casa sem esperança de poder recomeçar minha vida. Toda ela tem sido isso: juntar papéis. Minhas malas estão cheias; meu quarto também.

Já penso em dormir ao ar livre para ceder a casa aos documentos.

O fáto é que, quando me faltam alguns, sou expulso dos lugares onde me agrada ficar. Só me admitem — e assim mesmo com que desconfiança — em albergues e cais onde a mão do guarda me acorda de minuto em minuto para o exame dos títulos. Como me falte o documento para dormir, põem-me de pé e começo a cair de sono. Como também não estou habilitado a cair, devido ao atestado de bôa saúde, obrigam-me a caminhar, a caminhar até o amanhecer, até ser detido como vagabundo na linha odiosa da fronteira.

Aí me exigem a prova de nacionalidade. Abro o saco, retiro um papel, que é recusado sob alegação de que meu país deixou novamente de existir. Pergunto então a que pátria devo pertencer. Peço que me emprestem alguma. Respondem que o assunto ainda não foi discutido. Sempre assim: tudo para depois...

Embrulho meus papeis, toco a andar de volta. As vezes, à sombra de alguma árvore ou ponte, me distraio a relê-los. Alguns são estrelados de estampilhas, com riscos fulgurantes em zigue-zagues pelas margens, as insígnias de alguma república ou império em cima...

Dá até vontade de lambê-los e só de contemplá-los a gente se sente bem. Quando a fome aperta, devóro alguns. Se o frio aumenta, cubro-me com êles.

À mínima alteração de fisionomia ou de conduta, correspondem novos documentos. Alegam que é para evitar surpresas. Tive assim que fazer prova dos dentes e cabelos que me caíram, da roupa usada, da minha cicatriz de guerra...

Minha coleção vai aumentar muito agora. Devido à natureza dos últimos acontecimentos, devo fazer declarações de tudo o que pensei fazer e não fiz. Ah! vai ser assim até a morte.

Dei começo à tarefa. Paciencia não me falta. Venho anotando milhares de coisas que deixei de fazer. Só de crimes a lista sobe a centenas.

Estou terminando o terceiro caderno dos prazeres. Muitos dêstes são tirados da coluna dos crimes.

Oh, como é perigoso e como embriaga o viver! Só agora o percebo, ao levantar a relação dos desejos segundo uma técnica especial que consiste em registrar tudo o que se quis praticar debaixo da rubrica geral "Deixei de fazer", de modo a que, depois de certo tempo, a dita rubrica começa a distanciar-se tanto das frases, que é logo esquecida e ninguem se lembra mais se ela as está negando. E' quando se opera o maravilhoso fenômeno: — o ato pensado passa a ser praticado, a vida sonhada se realiza na vida manuscrita.

E' tão agradável êsse jogo que são capazes de proibí-lo.

Onde quer que esteja, paro para escrever, para aumentar minha lista. Não sei fazer outra coisa. Escrevo agora como quem se masturba. Já não me interessa o mundo imediato. Minha vida vazia enche-se de vidas possíveis. Construo o meu destino.

Quemei os velhos documentos. Disseram-me que foi imprudência; que depois disso é que não poderei mesmo ser nem ter nada. Que não existo. Pouco me importa! Censurar-me é fácil. Vá alguém experimentar o frio no alto da serra de Turuí. Tôda a minha vida civil em chamas deu um calorzinho miserável de alguns minutos apenas!

O que quero é preencher minha lista.

Habito um bairro pobre. O dono do bar cedeu-me uma mezinha ao canto. Alí trabalho até a madrugada.

E' a reforma do mundo! E' o meu projéto.

Organizo primeiro a lista do que deve ser destruído. O dono não tira os olhos de mim. Manda-me servir de graça frios e cerveja. A freguesia está suspensa ao meu lápis mágico. Minha fôrça é grande. Alguns me oferecem cigarros e parecem querer insinuar pedidos de caráter privado. O dono está pálido e tremulo. Mandou perguntar-me se posso poupar o seu bar.

E se possível, uma negra de nome Joanhinha...

Página Inédita

de "MEMÓRIAS DA CADEIA"

GRACILIANO RAMOS

.....

Finda a repulsão causada por aquêlê desabamento, pus-me a refletir sério na origem dêle. Covardia apenas, doença? Talvez houvesse ali coisa mais grave: a repentina supressão de uma certeza, mergulho na treva, impossibilidade completa de achar qualquer luz. O advogado N. L. redigira um pedido de habeas-corpus, defendera presos políticos. Vistas as alegações, etc., o juiz lançara no requerimento uma penada benigna. Em consequência, fugira, os suplicantes mofavam à sombra e N. L., embrulhado, necessitava habeas-corpus. Recurso inútil, evidentemente: agora a toga não se arriscaria, considerando isto ou aquilo, a assinar um mandado de soltura. Irrisório pretender ela ordenar, mas essa reviravolta desorientava uma alma serena, habituada à audiência, ao despacho, à petição. Certo as ordens sempre tinham sido aparentes: a judicatura servia de espantalho, e na farda havia muque bastante para desobedecer. Isso, porém, não convinha. E os actores representavam os seus papéis, às vezes se identificavam com êles. O excesso de minúcias, a lentidão, a língua arcaica, a sisudez, a redundância davam àquilo um ar de velhice e estabilidade. E N. L. se sentia bem requerendo ao poder competente, ao co-

lendo tribunal, ao meritíssimo juiz. Se isso tivesse desaparecido lentamente, êle se acomodaria a novas formalidades legais, dirigir-se-ia a fôrças diversas, meritíssimas e colendas. A rapidez o desnorteava. N. L. se movera entre firmes pedregulhos, julgara-os eternos; êsses blocos se tinham evaporado — e êle se achava num deserto. A estampilha, a fórmula, as razões, necessidades veneráveis, sumiam-se. Isso o desvairava. Uma prepotência num instante surgira — e aluíam sagradas muralhas de papel. Como viver se se afastavam da vida o embargo, a diligência, a precatória? Como admitir o desrespeito a uma sentença? Todos os caminhos fechados. E o infeliz soluçava. Impossível sustentar o direito de alguém. Própriamente já não havia direito. A lei fôra supressa, a lei velha e sonolenta, imóvel carancismo exposto em duros volumes redigidos em linguagem morta. Em troca, impunha-se uma lei verbal e móvel, alheia aos textos, caprichosa, sujeita a erros, interêsses e paixões. E depois? que viria depois? O caos, provavelmente. Se os defensores da ordem a violavam, que devíamos esperar? Tumulto e ruína. Desejando atacar a revolução, trabalhavam na verdade em favor dela. Era por isso talvez que o bacharel N. L. chorava.

Arthur Koestler, Romancista

Otto Maria CARPEAUX

Koestler está conhecidíssimo. Antes de escrever sobre ele pela primeira vez, no "Correio da Manhã", em 1943 — creio que foi o primeiro artigo sobre Koestler, publicado no Brasil — reuni alguma documentação, espécie de "bibliografia koestleriana"; continuei esse trabalho, e depois de ter registrado mais de 300 livros, ensaios e artigos perdi a paciência. Não é preciso apresentar este autor; basta verificar-lhe o êxito.

Êxito e valor não são fatalmente idênticos; daí o erro dos que apreciam os escritores conforme os resultados da contabilidade das casas editoras. Mas erram igualmente os "high-brows" que consideram o êxito de livraria como sintoma de futilidade, atestada pelas massas de leitores estúpidos. Koestler não é nada desprezível. Os ensaios políticos reunidos no volume "O Yogi e o comissário" são os mais brilhantes panfletos da época, apenas superados por aquele panfleto inesquecível que se chama "Les grands cimetières sous la lune", de Bernanos. Quanto à cultura e à seriedade, Koestler está inconmensuravelmente acima dos sub-Koestlers mirins e levianos que o imitam em toda parte. Mas esse panfletista Koestler também escreve romances (o que por enquanto ainda não fazem, felizmente, os outros). Bernanos também escreve romances; mas sabe quando o assunto exige aquela ou esta forma. Os romances de Bernanos não têm nada que ver com os seus panfletos. Koestler porém trata os mesmos assuntos às vezes em forma de panfleto e às vezes em forma de romance. Daí se justifica a pergunta: por que escreve Koestler romances?

A resposta seria fácil aos sub-anti-Koestlers, espécie que também existe: "Koestler, diriam, escreve romances para os fins de propaganda política; e os que estão interessados na sua propaganda anti-comunista garantem-lhe a publicidade e o êxito". Então, a escolha do gênero "ficção" seria apenas determinada pela consideração de que um romance bem escrito atinge público muito maior do que o melhor ensaio do mundo. Quanto aos "amigos" de Koestler, estes congratulam-se certamente com as preferências literárias do seu menino dos olhos. Mas quanto ao próprio Koestler, não creio que seja isso. Se fosse apenas questão de eficiência publicitária, por que então ele não dramatiza os seus romances? O êxito no teatro ainda é mais eficiente; e os romances de Koestler são tão "dramáticos", até sensacionais, que convidam à dramatização. Por que ainda não vimos no palco a sessão do tribunal que vai condenar Rubachov?

Mas essa pergunta é hipotética. O fato é que Arthur Koestler escreve romances; e que são, sempre, romances políticos; e que alcançam êxito enorme. Todo mundo os leu. E quase todo mundo acredita que esses "romans à clef" não são mera "ficção" mas sim documentos de informação exata sobre a política russa e as repercussões mundiais dela. Os críticos favoráveis não deixam de observar que a riquíssima documentação existente nos panfletos e ensaios do autor garante a exatidão das descrições novelescas do mesmo autor. Mas esse argumento não vale muito porque a documentação do romance só pesa enquanto está no próprio romance; se romance e panfleto são idênticos, então o romance não é romance, e essa verificação desvalorizaria o autor como romancista; — mas se o romance

contém mais outras coisas do que o panfleto bem documentado, então essas “mais outras coisas” já não merecem a mesma confiança. Sentindo essa dificuldade, outros críticos preferem assinalar a sólida cultura científica de Koestler, particularmente quanto às ciências naturais, quer dizer, as mais exatas. Com efeito, as soluções das equações matemático-físicas são exatas; mas não são evidentes, enquanto as “soluções” de um romance se impõem a nós outros como evidentes: e êste último resultado não se baseia na exatidão do documentário novelístico e sim na capacidade do romancista de convencer-nos. E’ questão de retórica. Ora, Koestler é um grande retórico. Convince muita gente. Até se pode afirmar que na retórica está a sua importância.

O retor é homem que aparece perante o público para convencê-lo da veracidade das suas afirmações, da legitimidade das suas reivindicações. O público tem de acreditar que o orador é o representante do que êle diz, assim como o público tem de acreditar que o ator Fulano “representa” Hamlet ou Iago. No teatro, foi considerada como excessiva a atitude daquele espectador inculto que, irritado pela perversidade de Iago, se levantou dando um tiro contra o ator; o retor não poderia desejar êxito maior, embora prefira ao tiro as grandes tiragens do seu discurso. Quer dizer, no orador tem sempre algo de ator: êste e aquele encenam-se perante o público. O retor Arthur Koestler também é “metteur-en-scène” de si mesmo, e ótimo: conseguiu ser considerado como “o representante” (etimologia: de “representar”) dos intelectuais radicais, zangados com o marxismo. Daí já não é preciso perguntar a serviço de que opinião Koestler põe a sua eloquência: a serviço da sua própria pessoa como figura representativa, símbolo do destino da “Intelligentzia” em nosso tempo. Se isso é realmente assim, então os seus ensaios não são meros desabafos de desiludido e sim verdadeiros panfletos políticos, iluminando a situação histórica da Humanidade neste século; e os seus romances, então, já são mais do que romances políticos e sim romances históricos.

“Romance histórico” é gênero difícil; o destino das maiores obras da espécie é prova disso. As obras de Walter Scott, cujos êxitos enormes (3.000.000 exemplares vendidos em vida do autor, e isso por volta de 1820!) ainda inspirariam inveja aos editores de Koestler — desceram depois para a categoria “literatura infantil” (o que certamente nunca acontecerá com “Darkness at Noon”); até os “Promessi sposi” do grande Manzoni, essa obra-prima permanente da literatura universal, é hoje usada como prêmio de fim do ano letivo nas escolas salesianas. Os meninos, se diz, ainda acreditam na veracidade dessas histórias; nós, adultos, já não. Ninguém duvida da sólida documentação histórica de um Scott, de um Manzoni; mas então por que não escreveram obras historiográficas? Em vez disso, misturaram documentação e ficção, acrescentando às coisas certas “mais outras coisas” que não merecem a mesma fé; num romance “puro” seriam boas invenções novelísticas, mas ao lado dos personagens históricos os inventados parecem bonecos, e ao lado dos acontecimentos documentados os inventados parecem contos de fadas. Coisa para as crianças, ainda dotadas de capacidade de acreditar piamente. Os “Promessi sposi” são uma obra-prima da literatura universal? Bom, mas não porque romance histórico e sim apesar de ser romance histórico. Podemos apreciar essa obra, mas não como documento da história do povo italiano e sim como espécie de “saga” do povo italiano, quer dizer, enquanto não exige fé. Dêste ponto de vista, os romances históricos de Koestler já estariam condenados. Mas seria condenação leviana, baseada em meras definições de gêneros e em experiências literárias do passado que podem ou não podem repetir-se.

Na verdade, não pretendo aderir a essa argumentação contra o romance histórico como produto híbrido entre a lenda e a historiografia, que acabo de apresentar em “discurso direto”; não me parece justa. A distinção entre “lenda” e “verdade histórica” é muito mais sutil. Assim como a “lenda”, embora exigindo fé, pode basear-se em fatos históricos, assim o historiador, embora baseando-se em documentação bem examinada não dei-

xa de exigir a nossa fé nos seus resultados. “Saga” e “História”, as duas têm qualquer relação com a fé; apenas são relações diferentes.

As “*Vitae sanctorum*” pertencem ao tipo das “sagas” religiosas; muitas já foram eliminadas da história eclesiástica pelos eruditos monges bollandistas, êsses “*dénicheurs*” terríveis. Todavia, baseiam-se em fatos históricos: os cristãos dos primeiros séculos foram perseguidos pelo Estado pagão; e muitas “*vitae sanctorum*” são historicíssimas. Mas literariamente pertencem todas elas ao tipo “saga” porque o narrador já acreditava na veracidade dos acontecimentos antes de os ter examinado. Nas biografias dos santos não é a fé que garante os acontecimentos, mas sim são os acontecimentos que confirmam a fé, já pre-existente. Daí a atitude do narrador e a própria narração são inequívocas: de um lado, os perseguidores; doutro lado, os mártires. Trata-se de panfletos religiosos.

A atitude do historiador é diferente. O assunto é dado, mas não de maneira inequívoca; os motivos dos personagens são duvidosos, as atitudes às vezes inexplicáveis, os documentos contraditórios. Ninguém ainda conseguiu verificar exatamente quem foi o culpado ou “o primeiro culpado” desta ou daquela guerra. Como decifrar, para dar um exemplo de história contemporânea, as atitudes de Chamberlain? Estupidez ou má fé ou “política” super-sutil, fracassando pela própria sutileza? O historiador que não quer descer para o nível do panfletário, tem de tirar dos próprios fatos as suas conclusões, a sua convicção definitiva, a sua fé que organizará, “a posteriori”, o caos informe da “História”. Mas nunca conseguirá saber os fatos todos nem explicá-los com a exatidão das equações matemáticas, nem eliminar completamente os seus próprios preconceitos. Sempre ficará um resto de “saga”. Justamente as maiores obras historiográficas de todos os tempos — Tucídides, Maquiavel, Gibbon, Michelet, Burckhardt, Mommsen — sobrevivem como obras literárias; são “sagas” escritas por romancistas eruditíssimos. Em toda obra historiográfica existe um elemento de “saga”, e em toda “saga” existe um elemento de historiografia. Afirmar que o romance histórico é um gênero híbrido entre elas é inexato. Não é o grau de veracidade histórica que pode valorizar ou desvalorizar um romance.

Mas o que será, então? Aquela observação sobre a atitude inequívoca do hagiógrafo oferece uma pista. Ele sabe de antemão o que é direito e o que não é direito. Em virtude da sua fé, é moralista; os seus conceitos morais são imutáveis. O historiador não é, por profissão, amoralista; mas também pouco é moralista. Prefere abster-se de julgamentos morais justamente porque têm base imutável enquanto a índole da História é a mobilidade. E a mobilidade do assunto exclui as interpretações baseadas em conceitos imutáveis, dos quais só uma espécie é o julgamento moralístico.

E Koestler? Reparem bem que todos os seus romances tratam de “mártires”. Koestler é moralista. Se não fosse, não podia ser panfletário. Ele mesmo alega motivos de moralista para explicar por que abandonou o marxismo, que é dialético e portanto não admite conceitos morais imutáveis. No caso, não se trata de dialética “sans phrase” e sim de determinada espécie, do materialismo dialético. Deste, Koestler não quer saber mais. Agora, é idealista. Como “idealista” no sentido trivial da palavra, no sentido de lutador desinteressado e corajoso, Koestler é realmente considerado pela massa dos leitores. E se ele não tivesse nunca sido marxista, estaria muito bom. Mas foi. Foi materialista dialético. Tornando-se ele idealista, a primeira etapa da sua marcha à ré devia ser o idealismo dialético, o de Hegel. Mas não aconteceu isso. Koestler foi logo para o idealismo absoluto, o de moralista que não admite discussão das bases do seu pensamento. Será que algo não lhe permite a discussão?

Esse “algo” é sua antropologia. Koestler defende contra o bolchevismo a dignidade humana, sobretudo a do intelectual considerado como portador principal dos valores da “persona”. Mas o que é a “persona” de Koestler? Vejam agora a sólida cultura científica do nosso romancista: o “homem” de Koestler é um tecido de músculos e nervos, movimentado pelos instintos

que a psicanálise definiu. E essa entidade, composta de elementos dos três reinos da Natureza e distinguindo-se dos animais apenas pela organização particular do aparelho neuro-psíquico, teria uma dignidade especial? Koestler não quer ser materialista. Diz-se idealista. Mas não é idealista hegeliano nem idealista religioso nem de qualquer outra espécie; ao seu idealismo falta o adjetivo. Mas justamente no adjetivo teria de assentar-se a argumentação que atribui dignidade à pessoa humana. O moralismo de Koestler não é uma filosofia e sim um exigência, uma reivindicação sem base em qualquer realidade. Daí, o nosso autor precisa lançar os fundamentos do seu idealismo em cima de uma outra realidade, diferente da nossa. Entre esta e aquela o autor traça uma fronteira, comparável à moldura que separa o quadro da parede, uma fronteira estética. Aquém dessa fronteira estão os panfletos de Koestler; além, os seus romances.

Poder-se-ia escrever um ensaio: "Como Arthur Koestler se tornou romancista". O último parágrafo desse ensaio trataria a questão por que não se tornou dramaturgo. No teatro, a "fronteira estética" é mais frágil do que nas outras artes; tanto mais forte é o poder de outro fenômeno estético, da "identificação" em virtude da qual os espectadores sentem os acontecimentos no palco como experiências suas. Rubachov e os seus juizes no palco — e a platéia transformar-se-ia em comício. Só haveria a oposição irreduzível de opinião e contra-opinião, mas nunca a dialética de forças contraditórias que é a índole da tragédia. A "identificação" revelaria o idealismo de Koestler como mera afirmação que não admite a realidade dos contra-argumentos nem sequer admite a presença real dos contendores. Peças de Koestler seriam monólogos no espaço vazio. As peças teatrais são "presentes" de mais. Koestler prefere o romance.

No romance porém o elemento "identificação" também aparece; no romance histórico, depende disso a credibilidade dos elementos inventados. Para tanto o romancista precisa de uma fé. A fé de Manzoni, idealista religioso e democrata sobreviverá enquanto existem democratas católicos; mas isso não seria critério literário — é preciso acrescentar que sua fé foi tão profunda que bastava para organizar, além da "fronteira estética", um imperecível "mundo lírico-épico" (a expressão é de De Sanctis), o mundo dos "Promessi sposi". A fé de Scott, "tory" escocês "post festum", depois do desaparecimento da Escócia antiga, foi a de um burguês que organizou literariamente as veleidades aristocráticas da burguesia em ascensão; aí as inegáveis capacidades de um grande narrador de histórias não bastavam — as suas ficções perderam a credibilidade: são hoje "sagas", literatura infantil. E a fé de Koestler?

Suponho que Koestler acredita sinceramente na dignidade humana que defende; mas não tem força para impôr a sua afirmação. Substitue a "identificação" pela persuasão, a dialética pela retórica, a fé trágica pelo sensacionalismo dramático. Falando do grandíssimo panfletário Rousseau, Faguet começou um capítulo da maneira seguinte: "Jean-Jacques Rousseau, romancier français..." O capítulo sobre o famoso romancista Koestler poderia terminar: "Arthur Koestler, panfletário internacional..." — se êle não fosse realmente panfletário, e dos mais notáveis do tempo. Notável pelo que faz o panfletário: pela eloquência. E' esta que convence os leitores, e não a documentação que não podem examinar. Já está na hora para acabar com toda essa história de literatura documentada. O anti-comunista Koestler representa a vingança da literatura contra os críticos comunistas que nos quiseram impôr certos romances ruins porque estavam tão bem documentados. Na verdade a documentação não adianta. Os romances de Koestler poderiam conter toda a verdade histórica, e são no entanto inacreditáveis como romances. Os seus panfletos podem ter todas as qualidades de romances sensacionais; mas a falta de fé definida priva-os da força de documentos filosóficos. Na verdade, os panfletos de Koestler são novelas; e os seus romances são panfletos.

Política

A SITUAÇÃO POLITICA

Aloysius

NO MUNDO

O grande acontecimento da política internacional neste último período foi, sem dúvida, o estabelecimento de contato entre os Estados Unidos e a União Soviética, com a finalidade declarada de se encontrar solução para as divergências pendentes.

Antes de analisar o fato, é preciso destacar-se que êle foi acolhido com as mais vivas demonstrações de entusiasmo e esperança pelos povos de todo o mundo. Os telegramas de todos os recantos da terra transmitiram o sentimento de profunda satisfação das nações ante a perspectiva do afastamento da guerra de nervos que tolda o horizonte internacional, e do estabelecimento de uma paz duradoura.

Quando o General Marshall abandonou repentinamente a Conferência de Bogotá, os eternos pregoeiros e beneficiários da "eminência de uma nova guerra" soltaram rojões e falaram, abertamente, num possível "ultimatum" americano a URSS. Poucos dias depois, entretanto, tomávamos conhecimento da troca de notas entre o Embaixador Bedell Smith e o Snr. Molotov. E podíamos constatar que os aproveitadores da guerra não só haviam errado em seus trágicos vaticínios, como também viam denunciados seus propósitos inconfessáveis.

A troca de notas entre os Estados Unidos e a União Soviética — apesar do ponto morto em que os reacionários mais empedernidos procuraram colocar o assunto — é a demonstração mais cabal de que existem, no mundo de hoje, para felicidade de todos os povos, tôdas as condições para o estabelecimento de uma paz duradoura. As diferenças de regime e métodos entre o mundo capitalista e o mundo socialista, não constituem causa de guerra. E, por outro lado, dentro das grandes linhas traçadas em Yalta e Potsdam, as divergências pendentes podem encontrar solução. A verdade destas afirmações ficou totalmente estabelecida. Ficou demonstrado, também, que em meio a avanços e recuos, a tendência predominante é a de sua transformação em realidade.

A publicidade feita pela União Soviética, das negociações que se realizavam, teve o grande mérito de atrair a atenção dos povos e de denunciar os que pretendiam tratar dos grandes problemas do mundo — problemas de todos conhecidos — no ambiente suspeito da diplomacia secreta. Esse ambiente só serve, evidentemente, aos que procuram solucionar suas dificuldades à custa da vida e da independência das nações, e, não é êsse, evidentemente, o desejo dos povos da URSS ou dos Estados Unidos. Aliás, isso ficou perfeitamente claro com as palavras de Wallace e Stalin.

A pesar de as negociações terem sido suspensas — e isso mostra o quanto ainda são fortes as forças da guerra — a causa da paz ganhou um tento. A tese da “eminência” de um conflito entre os Estados Unidos e a URSS, tão grosseiramente explorada pelos agentes de trustes internacionais para obter concessões econômicas e políticas, ficou suficientemente denunciada e caracterizada como contrária aos interesses mais legítimos de todos os povos. Os povos de todos os continentes compreenderam que seus esforços estão frutificando e é evidente que, assim, as garantias de uma paz duradoura aumentam de dia para dia.

Palestina

Os acontecimentos da Palestina, quase ao mesmo tempo, pôr em evidência quanto ainda são poderosos os donos do petróleo, fabricantes de armamentos e os banqueiros, como os interesses do imperialismo conduzem à guerra. Mostraram também que as grandes nações ocidentais estão sempre dispostas a abandonar os princípios da organização internacional por elas criada e por elas apoiadas de público, desde que se trate de “defender” seus interesses materiais.

A origem da luta entre árabes e judeus na Palestina não é diferente da que levou a guerras intermináveis os povos árabes, uns contra outros, a saber: as intrigas dos grandes trustes petrolíferos, interessados em dividir para dominar. As contradições naturais entre aqueles países de economia atrasada, feudal, eram habilmente exploradas por aventureiros do tipo de Lawrence. E as guerras intestinas abriram caminho para as grandes concessões aos trustes internacionais do petróleo.

Um estado multi-nacional na Palestina, seria perfeitamente possível se a intervenção daquelas mesmas forças não tivesse ocorrido. Mas, diante da situação de fato criada por tais fatores externos, a única solução possível diante do término do mandato inglês era o estabelecimento de dois estados diferentes, um árabe e outro judeu, no território da Palestina. Isso mesmo foi compreendido pelas Nações Unidas que aprovaram a proposta nesse sentido.

Mas, essa proposta não servia nem aos grandes trustes petrolíferos nem aos armamentistas, que se viam na eminência de perder o controle dos portos por onde enormes quantidades de petróleo são exportadas, bem como a causa aparente de novos conflitos. Daí a cerrada oposição inglesa e o recuo norte-americano diante da resolução já aprovada. Daí o impasse, o estímulo aberto a uma nova guerra, daí o estarmos assistindo hoje a mais uma sangueira no Oriente Próximo.

A República de Israel nasceu, assim, sob o signo da traição das grandes potências aos seus compromissos internacionais. E essa traição — é a única palavra que podemos empregar — continua. O apressado reconhecimento do novo governo pelo presidente Truman, não tem impedido que, nos bastidores, continue ele a apoiar os negociatas do petróleo e dos armamentos. Nem tem outro significado a posição norte-americana diante da clara proposta soviética de uma firme intervenção da ONU na Palestina para estabelecer a paz. As manobras protelatórias da “trégua” inglesa, e os apelos líricos para a boa vontade dos beligerantes, apenas visam consolidar as posições do imperialismo, a impedir de fato que os povos árabe e judeu conquistem uma verdadeira independência.

Mas, os povos do mundo que assistiram ao fim trágico da Sociedade das Nações, por culpa dos mesmos que, naquele tempo apoiaram as agressões do Japão à China, da Itália à Abissínia, da Alemanha e da Itália à Espanha, já não assistem impassíveis, desta vez, às novas traições. Saberão, sem dúvida, enfrentar as responsabilidades da construção de uma paz duradoura.

Banho de sangue

O banho de sangue que os ferozes governistas gregos estão dando em seu próprio país para agradar aos seus senhores americanos, dá bem a me-

dida do fracasso do Plano Truman e do desespero do govêrno títere e corrupto de Atenas. Milhões de dólares, armamentos em quantidade, técnicos e aviões, fusilamentos em massa, prisões e campos de concentração — uma cópia real do terror gestapiano — nada disso tem sido suficiente para abater o ânimo do povo grego que continua lutando nas montanhas e nas cidades. Os tremendos crimes que alí se cometem em nome da “defesa da democracia” levam os próprios círculos conservadores da Europa a protestar veementemente. Ao mesmo tempo cresce a onda dos protestos populares — única fórmula de luta através da qual poderão ser salvas as vidas de outros milhares de patriotas gregos, heróis da resistência contra a ocupação alemã e contra a ocupação norte-americana.

Golpe no Paraguai

O golpe de Estado de que resultou a deposição de Morinigo não passou, até agora, de uma simples substituição de homens no poder. O grupo do “Guion Rojo” continua a controlar a vida do país. E a menos que grandes demonstrações populares levem a uma modificação da atual orientação do govêrno, dezenas de milhares de paraguaios continuarão no exílio, as cadeias e campos de concentração continuarão cheios, os assassinatos de líderes políticos continuarão a se verificar. E’ indispensável que os intelectuais brasileiros façam sentir o seu repúdio aos crimes da reação na Grécia e no Paraguai. São crimes que atingem a própria dignidade humana. Os telegramas diários em que nos vêm as trágicas notícias de fusilamentos na Grécia ou as informações filtradas através da férrea censura paraguaia e que nos dizem do assassinato dos estudantes Acosta Mena e Augusto Franco, do líder Alberto Cândia, dos operários Aguaya e Leiva, das mulheres Isabel Alderete e Mercedes Salimbert não constitue apenas uma violação berrante aos direitos do homem mas representam também uma ameaça direta a quantos aspiram viver e pensar livremente.

No Brasil

A apresentação do projeto das chamadas Leis Complementares; os debates em torno do Plano Salte e do Estatuto do Petróleo; a situação financeira de São Paulo, a que se liga, novamente, a questão da intervenção; a inoperância da Assembléia Estadual e o interrogatório dos líderes comunistas presos por se terem manifestado a favor da autonomia de São Paulo, são alguns dos fatos marcantes dos últimos trinta dias.

O que mais chama a atenção na atividade da Comissão Interpartidária encarregada de elaborar o projeto das chamadas Leis Complementares, é que toda ela se tem contralisado, até agora, na feitura de leis de restrição às liberdades públicas. Os projetos de lei de reforma dos militares e de “segurança nacional”, contra os quais se levantaram os protestos de todos os democratas, ultrapassam de muito, em reacionarismo, os seus equivalentes do tempo da ditadura estadonovista. E, entretanto, foram elaboradas e subscritas por homens da UDN que pretenderam ser os melhores campeões da luta contra a ditadura getuliana.

Acreditamos ser desnecessário descer aqui a detalhes da demonstração de que tais leis representam a negação absoluta das liberdades consagradas em nossa Constituição. Uma lei que erige a delação em virtude e que pune por suspeita, que transforma a ironia em crime, ultrapassa, sem dúvida, seus modelos estadonovistas. E sobre o projeto de lei de imprensa, de autoria do Snr. Plinio Barreto, a vós insuspeita de esquerdismo do “Correio da Manhã” já proclamou: Trata-se de uma “lei contra a imprensa”.

Estamos vivendo a mesma marcha para a ditadura aberta, que caracterizou os anos de 1936 e 1937. Sob o pretêxto luta de contra o comunismo, o Parlamento da República concedeu todas as medidas de exceção pleiteadas pelo grupo reacionário. Com isso aquele Parlamento negou a si próprio e a 10 de novembro não encontrou quem o defendesse. Hoje repetem-se as ameaças, repete-se a chantage e repetem-se as concessões mais vergonhosas.

Os homens que se pretendiam heróis da democracia, armam com suas próprias mãos as fôrças para as liberdades públicas. Esta é uma clara demonstração e um profundo ensinamento para o povo.

Ao mesmo tempo, os preceitos constitucionais de pagamento de domingos e feriados aos trabalhadores, de participação dos operários nos lucros das emprêsas, de liberdade sindical etc., são sistematicamente solapados sob o pretêxto de que ainda não existem as leis especiais sôbre a matéria, e as leis especiais sôbre a matéria não existem porque a maioria da Câmara e do Senado tem outras coisas em que pensar...

Os discursos pronunciados pelo Snr. José Américo no Senado constituem prova cabal da resistência das camadas médias e dos democratas ao processo de fascistização para o qual vem colaborando os reacionários de todos os partidos que apoiam o govêrno Dutra. Tentou o presidente da UDN dar uma satisfação aos protestos que se fazem ouvir cada vez mais fortemente. Mas, o êxito de sua iniciativa é muito duvidoso, já que ao invêz de tomar uma atitude firme em defesa da democracia, apenas procurou assegurar-se um novo crédito de confiança, crédito de confiança que, segundo se pode deduzir de suas próprias palavras, será ainda uma vez transferido ao presidente Dutra.

As cartas do General Juarez Távora

As cartas escritas pelo General Juarez Távora ao Deputado Domingos Velasco a propósito do problema da Light, vieram fazer luz sôbre muitos aspectos das relações entre essa emprêsa estrangeira e o nosso país. Com a autoridade de antigo ministro da agricultura denunciou êle que a Light se tem, sistematicamente, furtado a cumprir as leis brasileiras. E afinal afirmou que desde o término do contrato, em 1945, deveria o acêrvo da emprêsa ter passado para as mãos do govêrno. E dizer-se que é precisamente para essa emprêsa que o govêrno brasileiro procura facilitar e endossar um empréstimo de 90 milhões de dólares! Para uma emprêsa que exporta anualmente, de lucros líquidos, cêrca de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros)!

O Petróleo

O problema do petróleo desperta cada vez mais o interesse do povo. Parlamentares, generais e almirantes colocam-se ao lado de industriais, comerciantes, operários, funcionários públicos, para a defesa dessa grande riqueza do nosso sub-sólo. A organização de centros de estudo e defesa do petróleo no Rio, nos estados, nos municípios e vilas; as centenas de conferências realizadas e de folhetos distribuídos; o apôio de centenas de câmaras municipais e de muitas assembleias legislativas aos patriótas que procuram impedir a entrega do nosso petróleo aos trustes internacionais são fatos marcantes e que bem demonstram o amadurecimento da consciência nacionalista do nosso povo.

Uma grande linha divisória separa neste momento os dois campos: de um lado os que se colocam a favor da tese oficial do chamado Estatuto do Petróleo, de outro os que o combatem. De acôrdo com os primeiros, nosso petróleo só poderá ser explorado se os capitalistas estrangeiros tomarem a iniciativa do negócio, isto é, se os banqueiros e as grandes companhias petrolíferas dos Estados Unidos se interessarem pelo assunto — e êstes só se interessarão por êle se tiverem os postos-chaves de sua exploração. A segunda corrente combate o estatuto e propugna por uma solução nacionalista: o monopólio de estado ou a conjugação de esforços do Estado e dos capitalistas nacionais. A possibilidade técnica e econômica dessa solução foi amplamente demonstrada por ilustres engenheiros e homens de estado.

Trata-se de um assunto que interessa a todos os brasileiros e por isso mesmo a responsabilidade dos intelectuais diante dêle é enorme. Impõe-se a sua definição e sua militância ao lado dos demais patriótas que defendem realmente os interesses nacionais.

Autonomia de São Paulo

Volta-se, nestes dias, a falar insistentemente na possibilidade de uma intervenção em São Paulo. Agora busca-se a justificativa no exame da situação financeira do Estado. Mas, acaso a gravidade desta situação não é consequência de uma série de erros políticos e administrativos que vêm sendo acumulados pelos últimos governos? A situação do próprio governo federal não se assemelha muito a do Estado de São Paulo? Além disso, a política financeira do governo federal, de restrição ao crédito, segundo alega a administração do Estado, estaria contribuindo para o agravamento da situação.

Mas — e isso é o pior — tudo indica que o pretêxto de que o governo federal procura agora lançar mão não passa mesmo de um simples pretêxto. Afirma-se para quem quizer ouvir que o General Dutra apenas está a espera do momento apropriado e de uma justificativa que dê menos repercussão à intervenção no Estado.

E' certo que os desmandos do governador tem contribuido para enfraquecer sua posição política tanto na esfera federal como no Estado de São Paulo. Mas justificaria tal fato a consumação de outro, de gravidade ainda maior para a preservação da Constituição e da democracia em nosso terra?

Filosofia

Do legado de Demócrito

Tradução e comentário de João Cunha Andrade

- * A terra inteira está aberta para o homem sábio, pois a pátria de u'a alma elevada é o Universo.
- * Guarda-te, mesmo quando estás só, de dizer ou de fazer o que é mal, mas aprende a te sentir mais envergonhado diante de ti mesmo do que diante dos outros.
- * Aquele que comete uma ação vergonhosa deve antes de tudo enrubecer-se diante de si mesmo.
- * Aquele que se deixa dominar inteiramente pelas riquezas não pode nunca ser justo.
- * Muitos eruditos são privados de inteligência.
- * O homem é um pequeno mundo.
- * A natureza e a educação se assemelham sob certos aspectos: a educação tranforma muito o homem mas ao fazê-lo ela lhe cria uma segunda natureza.
- * E' qualquer coisa de grande cumprir seus deveres no infortúnio.
- * E' melhor refletir antes de agir do que depois.
- * Os homens fabricaram o ídolo do azar para terem uma desculpa para sua própria imprudência.
- * A palavra é a sombra da ação.
- * Viver de um modo mau, ininteligente, impudico e impuro, não é viver mal, mas morrer continuamente.
- * O esquecimento dos próprios defeitos gera a arrogância.
- * Os homens que fogem da morte correm atrás dela.
- * Um excelente discurso não apaga uma ação má, e uma boa ação não pode ser maculada pela calúnia.

Demócrito, um dos maiores investigadores da natureza na Antiguidade, nasceu e viveu na Abdera (Trácia) entre 460 a 360 A. C.. Legou-nos as mais ousadas e as mais saudáveis concepções filosóficas. E' o filósofo dos "átomos" e da alegria. Átomos, vácuo e movimento são os princípios físicos do Universo, onde nada existe por acaso ou por milagre, mas segundo rígidas causas mecânicas. Os átomos em movimento geram e destroem mundos e humanidades em ciclos perpétuos sem serem perturbados ou ordenados por fins ou por vontades divinas ou humanas. O conhecimento racional é o que ultrapassa as aparências sensíveis e liberta o homem das suas paixões e superstições. O homem livre é o homem cheio de alegria, porque a "eutimía" (alegria) — supremo ideal da ética de Demócrito, — é filha da sabedoria e exprime a tranquila paz das almas lúcidas. Com seu famoso "sorriso", Demócrito enfrentou a estupidez do seus contemporâneos, porque sabia que o seu átomo e a sua alegria haveriam de triunfar um dia das melancólicas místicas e ficções que a ignorância gera no coração dos homens.

Duas expressões do espírito americano

Guillén e Revueltas

Eunice Catunda

A poesia e a música são artes irmãs. Ambas contam, como um de seus elementos principais, o ritmo. Os contrastes de altura e intensidade entre os sons, tanto na palavra falada como na música, constituem um dos mais eficientes meios de que dispõe o homem para exprimir-se artisticamente, atingindo com sua arte o que há de comum entre o sentimento e o espírito do artista e o complexo de sentimentos e sensações que forma essa entidade única, á qual todos pertencemos e que denominamos de humanidade.

A poesia e a música, talvez as mais espiritualizadas das artes, têm em comum seus dois elementos principais: o ritmo e o som. E é dessas duas artes divinas que o homem lança mão ao desejar exprimir o mais elevado sentimento de que é capaz: o amor, sob tôdas as suas formas e aspectos.

Por isso é que é tão difícil que a música deixe de ser poética e que a poesia deixe de ser musical. Só que êsses extravasamentos, essa falta de limites definidos entre as duas artes passam geralmente despercebidos do artista criador. Por isso, as fronteiras aparentes permanecem. Mas agora surgiu, nas milagrosas terras da América, um artista que derrubou tôdas as barreiras entre a poesia e a música. Um artista que faz, da palavra falada, música; que dá um sentido musical ao ritmo e aos sons da palavra.

De tal modo Nicolàs Guillén se realizou em música que acontece essa coisa inaudita: um músico, ao desejar musicar suas poesias, chega à conclusão de que tal coisa é quase impossível. Qualquer música alí é supérflua, desnecessária, inútil do ponto de vista funcional, já que nada viria acrescentar à fôrça sugestiva e à intensidade musical dos versos...

Estive folheando o último livro de Guillén. Dêsse livro consta um suplemento musical em que figuram composições de vários músicos americanos que compuseram peças para canto com letra de Guillén.

Em tôdas elas observei o seguinte: seu papel é sempre secundário em relação à poesia. Ficaram tôdas submetidas ao ritmo e à entonação das palavras de Guillén. Mas submetidas de tal modo que nem mesmo conseguiram contribuir para realçar a beleza dos versos. Nenhuma chegou a adquirir um valor próprio, definidamente musical. Guillén surge sempre como a expressão mais forte, de uma fôrça absorvente. Algumas das músicas, de certo modo, até entravam a poesia; tornam-se um verdadeiro impecilho à expansão ampla e livre da palavra poderosa e comovida do grande cubano.

De tôdas as tentativas musicais só uma resultou, conservando um senso verdadeiramente musical, num sentido sonoro próprio que persistiria mesmo que dela se eliminasse a poesia. Foi uma composição de Silvestre Revueltas, o compositor mexicano cuja morte inspirou a Pablo Neruda um de seus mais belos poemas. Revueltas atribuiu à sua música um senso mais melódico que rítmico. Com isto êle confiou à palavra a determinação do ritmo e enriqueceu-a com uma linha melódica definida. Embora nada alí tenha sido acrescentado, em matéria de riqueza expressiva, ao tesouro poético que é a composição de Guillén, manifesta-se nela completa afinidade entre sons musicais e ritmo poético, que foi conservado intacto e puro. E isto já é, por si só, uma grande realização artística, em se tratando de poesia musicada. A melodía (som claramente definido, essência exclusivamente musical) se adapta à inflexão da palavra falada sem se deixar absorver por ela; fundindo-se naquela de tal maneira que uma arte apoia e realça a outra sem que qualquer das duas fique em posição de inferioridade.

Essa realização musical-poética, tão difícil de ser atingida principalmente quando se trata de música para uma poesia de Guillén, tem sua explicação, como veremos depois.

Guillén, apesar de sua espontaneidade, de sua aparente libertação em matéria de forma, é um artista profundo. Um artista possuidor de conceitos perfeitamente definidos em matéria de tradição estética. Não é um arrebatado "modernista" que se deixe levar por entusiasmos de momento. E' um homem que trabalha, aperfeiçoa, completa e analisa friamente sua poesia. Não é um artista satisfeito consigo mesmo, auto-suficiente. Sabe que pode errar, sabe que a criação da obra de arte só se verifica realmente depois que a inspiração, que o impulso criador inicial foi superado, sendo substituído pela capacidade de elaboração, pelo poder intelectual do artista que pesa, julga, elimina aqui e acrescenta alí, em contribuições conscientes que darão a forma definitiva ao material artístico com o qual trabalha. Sabe que a criação artística é a organização do caos onde pairam as formas confusas, as idéias ainda não definidas conscientemente.

Guillén é um homem que conhece o passado de sua arte. Um artista que conhece a tradição, que a tem em sí como parte da própria personalidade artística. Sabe que a arte é uma só através dos tempos. E que toda renovação artística tem uma razão de ser no passado. Ele compreende e enriquece êsse passado, sintetisa-o, atribue-lhe novo sentido, fazendo surgir disso tudo uma expressão de vida (e portanto de arte) completamente nova. Como todo grande artista, conhece o misterioso caminho que conduz à fonte de riquezas espirituais e artísticas que existe no inconsciente coletivo da humanidade, que é também o seu. Sua arte surge como uma nova poesia dentro da poesia eterna e sem idade, que reside e sempre residiu inteira, tanto na alma do povo cubano como na alma da América; tão completa na alma do Artista como na Alma do Mundo.

A música de Revueltas, composta num estilo que poder-se-ia chamar de novo estilo americano também está penetrada dêsse senso do passado tradicional. Não é uma música feita à maneira antiga. E' uma música que realmente se acha dentro do sentido da expressão artístico musical da Amé-

rica contemporânea. A tradição deixou na música americana um aspecto modal que se conservou, principalmente na música popular. No Brasil, em Cuba, no México, as melodias populares evidenciam muito bem esse aspecto que fundindo-se a outros elementos (como por exemplo os elementos rítmicos, bárbaros, primitivos, das velhas civilizações e da poderosíssima raça negra) se integrou para sempre nessas características essenciais que definem o que chamamos de nova arte americana. Esse caráter modal da música americana não é mais cousa do passado. Nosso modalismo não é o mesmo do modalismo europeu da escola impressionista. É outra cousa, cousa do presente, expressão inteiramente nova e bem nossa. É ainda uma prova de como as mesmas cousas se renovam e se transformam em cousas novas. Nas antigas civilizações ocidentais houve um tempo em que a expressão poética estava absolutamente ligada à expressão musical. Em que uma era complemento da outra. A música antiga, linear, a antiga música baseada nos modos litúrgicos prestava-se mais que a moderna para a expressão poética; porque não se submetia à divisão métrica do tempo como aconteceu depois que ela evoluiu mais e sim às inflexões da palavra. Dêste modo, os ritmos musicais eram mais amplos, mais libertos. Nós não falamos em ritmo de valsa, nem de marcha, em forma simétrica nenhuma representada por compassos binários ou ternários.

A marcação, a métrica serve simplesmente como ponto de referência para apoio das grandes inflexões do fraseado. É um meio para se atingir a clareza do fraseado e não um fim em si. O ritmo da palavra é livre. O que não quer dizer que a palavra seja arrítmica... Ora, na música modal o que não havia era justamente isso: esse achatamento que traz a simetria rígida da subdivisão do ritmo em compassos simétricos: um-dois-três. Ou então: um-dois, um-dois.

A poesia essencialmente rítmica de um Guillen é também uma poesia livre, expressão absoluta de vida. Seu ritmo portanto é também livre, amplo independente da métrica (se bem que essa exista ali porém ocupando seu devido lugar: a de simples organizadora do grande ritmo que a supera e absorve). Por isso a poesia de Guillén não se submeteu às outras músicas e ficou como cousa aparte, inatingível. Só se aliou à música de Revueltas porque este penetrou o profundo sentido da poética de Guillén atribuindo-lhe também uma existência melódica. Revueltas compreendeu essa amplitude da idéia, essa simplicidade linear que não tropeça nas partículas da métrica mas prossegue inteira, cantante, pura. Sua música simples, quase ingênua, é também linear, inteiramente cantável e poética.

Ambos os artistas penetraram mais que outros na expressão artística popular americana. Ambos se exprimem num estilo latino que, apesar de profundamente pessoal é bem popular. Ambos atribuem à sua arte esse senso de vida, essa pureza de linhas, essa simplicidade em exprimir os mais intensos sentimentos, cousas tão característicos da arte americana, tão nova livre dos rebuscamentos estéreis das civilizações mais antigas e decadentes...

Guillén e Revueltas conseguem realizar em arte essa cousa que está prestes a se realizar em todo o mundo. O fato dessa unificação das duas artes numa só é como que um prenúncio da grande unificação que está por surgir.

Aspectos econômicos da música

H. J. Koellreutter

A arte, como todos os outros aspectos econômico-culturais da sociedade contemporânea, se encontra numa crise cujas sérias consequências ainda não podem ser calculadas. A vida do artista de nosso tempo se caracteriza por uma forma de conflito entre o capital e o trabalho, pois, na sociedade moderna, o artista tem uma situação semelhante a do operário. Como este, ele também depende da inescrupulosa exploração de sua força de trabalho por intermediários — empresários e organizações financeiras — e pelo comércio da obra-de-arte. No Brasil, a classe dos artistas, músicos em particular, se caracteriza, como a classe operária, pela falta de instrução e preparação profissional. Desta maneira, do ponto de vista da insegurança, da dependência de intermediários, da exploração da força de trabalho, as queixas que os músicos, como os artistas em geral, têm contra o regime capitalista, assemelham-se as dos demais trabalhadores. Assim essas queixas aumentam constantemente à medida que o capitalismo se estende pela imprensa, pelo teatro, pelo rádio, pelas agências de concertos, pelas empresas editoriais e sociedades comercializadas.

Divide-se a classe dos músicos em dois tipos profissionais produtivos principais: os compositores e os executantes. Quanto aos primeiros, as dificuldades que obstruem o caminho de seu trabalho crescem diariamente. Com exceção do ramo comercial rendoso — o da música popular — suas obras acham-se na maior parte por publicar, sendo rarissimamente executadas. Pode-se dizer, sem exagero, que cerca de noventa por cento da música brasileira permanece inteiramente desconhecida do público, por falta de divulgação. Por outro lado, não há dinheiro algum para recompensar o compositor de música erudita. Este, impossibilitado de viver do seu trabalho, é obrigado a dar a maior parte de seu tempo a atividades de outros gêneros.

Mesmo os compositores que trabalham no rádio — o único meio que garante algumas possibilidades materiais — têm que fazer face ao problema econômico-social resultante de um lado, da sempre crescente busca de boa música popular por parte do público, e de outro da monopolização das publicações musicais por um pequeno número de poderosas companhias editoras. Dêsse monopólio resulta uma política editorial cada vez mais conservadora e, culturalmente, desastrosa. Os grandes interesses financeiros aconselham a insistência na exploração dos grandes nomes, e no “arranjo” de números e estilos que já passaram. Os compositores novos e desconhecidos, assim como as formas e os estilos “experimentais”, são considerados, riscos perigosos. Assim, a luta do compositor que trabalha no rádio e também no cinema, para subsistir, se torna cada vez mais premente, sua exploração pelas grandes companhias cada vez mais dura. E, cada

vez menores as possibilidades para as novas idéias e para os novos talentos. Os agentes, diretores e regentes, cujo principal interêsse é o de ganhar dinheiro, procuram evitar a programação de obras novas, preferindo a música do passado, sem inovações nem riscos. A grande maioria das obras que hoje se toca nos concertos de importância é de compositores falecidos, enquanto que a nova música se defronta com uma barreira de hostilidade. Os compositores vivos são relegados a uma posição de importância secundária comparados aos virtuosos de orquestra, do canto ou do piano.

Quanto aos músicos — intérpretes, os problemas são semelhantes. Os atuais empreiteiros da indústria de música, consórcios de diretores e agências de empresários, assim como sociedades comercializadas, sem os quais nenhuma atividade musical de importância pode funcionar hoje em dia, têm demonstrado sua incapacidade de provêr as largas necessidades, tanto dos produtores como dos consumidores de música. Seu sistema, baseado por um lado no financiamento particular e, por outro, no lucro particular, é ineficiente e não pode organizar a indústria da música de maneira a satisfazer as necessidades da sociedade contemporânea.

Grave se apresenta a situação do músico de orquestra, principalmente em nosso meio, pequeno e sem razoável organização sindical ou proteção oficial. As possibilidades de emprêgo dos músicos profissionais, nos últimos decênios, têm sido drástica e trágicamente reduzidas, em virtude, não só de transformações tecnológicas — rádio e cinema sonoro — como das condições econômico-políticas em geral, e, no Brasil, por causa do fechamento dos casinos que resultou numa crise tremenda, de consequências desastrosas sob os pontos de vista econômico e cultural. Desemprego, desvalorização do trabalho, atraso, e até não-efetuação de pagamentos, caracterizam a situação precária dos que vivem da música. No Brasil, a indústria da música emprega um número surpreendentemente diminuto de músicos, cuja maioria se encontra atualmente a braços com o desemprego. É um fato incontestado que, em nossa indústria de música, o produtor e o consumidor estão longe de ajustar-se um ao outro. Não devemos procurar, entretanto, as causas dessa situação em qualquer espécie de penúria de recursos artísticos ou de capacidade econômica, mas na distribuição, tal como esta se encontra estabelecida, incapaz de organizar as forças da música, de maneira a poderem funcionar racionalmente, pelas mesmas razões por que é incapaz de organizar a distribuição do trigo e da carne.

A crise atual, em qualquer um de seus aspectos, não existe em virtude das falhas da técnica da produção, nem do desaparecimento da necessidade ou do desejo de consumir, que me parece, neste momento, extraordinariamente grande (A colaboração e o interesse dos ouvintes das transmissões "Música Viva" da PRA-2, Rádio do Ministério da Educação e Saúde, por exemplo, demonstram que a música de nosso tempo não está tão fora das preocupações culturais do povo e, principalmente, da juventude, como nô-lo querem fazer crêr determinados círculos interessados em impedir o progresso do pensamento e da técnica): o êrro, a causa da crise atual reside num sistema de distribuição que se baseia no lucro, em vez de basear-se no consumo.

Não se pode negar que o sistema capitalista criou, para a produção, distribuição e consumo da música o aparato mais estupendo que o mundo já viu: a música mecânica, rádio, cinema sonoro e gravação de discos. Esses meios se fossem racionalmente organizados, poderiam ser as mais poderosas forças auxiliares da música. E não há dúvida de que tanto o rádio e o cinema como a gravação de discos contribuem enormemente para a difusão da cultura musical entre as vastas camadas do povo, que nunca tiveram contáto com o concerto público. Estas novas agências distribuidoras, sim, substituirão um dia o concerto público, cuja inutilidade em sua forma atual torna-se cada vez mais evi-

dente. Acontece, entretanto, que essas novas agências distribuidoras só cumprirão sua função econômico-artístico-social, quando estiverem em mãos do Estado. Em sua organização atual, crivadas das contradições de base econômica em sua origem, negam até suas próprias potencialidades.

A solução desse atual estado de coisas, sem dúvida, está unicamente numa organização social em que os principais meios de produção constituam patrimônio coletivo, em vez de serem a base de um domínio de classe. O desenvolvimento da arte pública, junto com a intervenção da coletividade através do Estado, criará a arte como instrumento de democracia, arte funcional e representativa. A organização planificada da vida cultural de um país oferece aos artistas profissionais campos de ação amplos e proveitosos. É verdade que a arte oficial, em muitos casos, pode coincidir com a arte acadêmica, orientada pelo mau gosto e corrompida pelo favoritismo burocrático. O Estado democrático, porém, não é “uma só” pessoa moral, que faz prevalecer uma vontade única, as mesmas tendências em todos os domínios; mas é um conjunto de pessoas morais, das quais umas talvez se liguem ainda a formas do passado, enquanto que outras já anunciam as formas do futuro.

Urge uma organização da vida cultural que relacione definitivamente a música com a vida do povo, criando condições em que a arte possa evoluir e seu progresso tornar-se uma realidade.

Folclore

O Jongo de São Luiz do Paraitinga

Alceu Maynard Araujo

“Foi São Benedito quem inventou o Jongo no tempo em que êle foi gente e era cativo”, afirmou Luiz Caié de 65 anos de idade, preto, roceiro, residente em São Luiz do Paraitinga, um dos mais afamados jongueiros.

O Jongo é dançado em São Luiz do Paraitinga desde o tempo do cativo. Naquela época os escravos podiam, através dos pontos, fazer suas combinações, contar suas amarguras e criticar seus senhores. O sr. Joaquim Honório dos Santos, afamado jongoeiro sãoluizense, roceiro, de 80 anos de idade, filho de pais africanos de Angola, afirmou que, na língua de seu pai, “Jongo quer dizer divertimento”.

Trata-se de uma dança de terreiro, de roda, da qual participam homens e mulheres, e é sempre dançada à noite. Geralmente, as danças têm início às 21 horas e se prolongam até às 8 horas da manhã do dia seguinte. São usados instrumentos de percussão, membranofones, que vibram por golpe direto ao couro: Tambu e Candongueiro, sendo o Tambu a alma do Jongo.

O Tambu mede, mais ou menos, 60 a 70 cm. de comprimento e 20 cm. de diâmetro. E' uma peça de páu ôco, obturada por um couro numa das extremidades, tendo a outra livre para estar em contato com o ar. O Candongueiro é uma peça de madeira ôca, medindo mais ou menos 40 cm. de comprimento, e um diâmetro de 15 a 20 cm. afunilando-se para uma das extremidades na qual a abertura não tem mais que 10 cm. de diâmetro. Na extremidade de maior diâmetro é colocado um couro, onde o tocador bate com as mãos, tirando sons dessa membrana estirada. Tanto no Tambu como no Candongueiro, pregam alças de couro crú pelas quais passa uma corda que serve para prender o instrumento à cintura do tocador; assim êle pode locomover-se, tocar e cantar, movimentando-se livremente dentro da roda. Outro instrumento empregado é um chocalho que denominam de Angóia ou Anguáia. E' todo feito de taquara, tendo numa das faces uma pequena chapa de latão; dentro desse chocalho colocam contas de rosário de capiá, chumbo ou pequenos seixos. Dizem que, sacudindo a Anguáia, a inspiração para se cantar um “ponto” vem mais facilmente. Para a mudança de um texto-melodia e para a colocação de outro, êles sacodem a anguáia gritando: — “Cachoêra, cachoêra!”, emitida essa voz, que é uma ordem convencional de cessar, o que a gritou, põe o “ponto”, isto é, canta o

texto-melodia e os demais companheiros “suspendem pra cima” o que quer dizer o côro repete cantando até fixar o canto improvisado. Uma vez fixado, Tambu e Candongueiro são tocados animadamente. Mui raro recusam um ponto, embora seja difícil a memorização da melodia “porque todos são irmãos e têm direito de pôr o seu ponto”, (1) portanto não há recusa coletiva e, sim, de um ou outro jongueiro, menos musical, que se não dispõe a aprender aquela cantiga.

Ao ponto colocado, qualquer pessoa pode desatá-lo cantando. Uma vez “desatado ou desamarrado o ponto” passa-se a cantar noutra linha.

Há dois tipos de linhas nas quais se pode cantar o ponto: de “visaria” e de “ingoromenta”. A linha de “visaria” é aquela em que se canta o ponto sem o desejo de “amarrar”. É para saudar, para uma pequena disputa, para experimentar a “fôrça da cabeça” do adversário.

Há sempre no Jongo dois jongueiros mais afamados que procuram disputar a primazia dos aplausos de todos os dançantes presentes. Esta disputa começa “com pontos de visaria” e pode passar para os de “ingoromenta”. É na linha de “ingoromenta” que se verifica quem é o “galo”. Ser “galo” é o que desejam, isto é, ser o melhor de todos. Na linha de “ingoromenta” os pontos são feitos com o intuito de “amarrar” o adversário, isto é, impossibilitá-lo de responder.

Um “ponto de ingoromenta” :

“Eu caminho sete légua,
e sô camarada de Sum Binidito,
meu coração mi dóe
e minha goéla comu tá”.

Um ponto como êste é cantado; se desamarrarem, muito que bem, não desamarrando, a pessoa que o propôs tem que cantar a seguir um de “visaria” e outra qualquer poderá cantar outro, de acôrdo com o que foi cantado. Um “ponto de ingoromenta” cantado e não tendo sido desamarrado, o seu autor poderá cantá-lo em todos os Jongsos que participar, até que um dia venha a ser desamarrado. Devido aos “pontos de ingoromenta” é que os jongueiros ficam afamados.

Luiz Caié, depois de ter cantado um ponto de “ingoromenta” cantou êste de “visaria”:

“Treis dia anti
comecei a maginá,
perdi meu par di anguaia,
mai truxe meu saravá”.

Luiz Caié Filho, pegou a linha de seu pai cantando outro “ponto de visaria”, ficando “emparelhado com êle :

(1) — PONTO — É uma pergunta versificada, cantada, que o adversário precisa adivinhar o que seja, qual o significado. Se, adivinha, ele “desata ou desmarrá o ponto”.
Notamos que há uma correlação entre a adivinha e o “ponto” que os jongueiros cantam. A adivinha como o ponto tomam sempre a forma versificada, rimada, pois é a melhor forma de ser decorada, memorizada.

**“Meu saravá eu truxe,
na banderinha, etc.”**

Quando vão dar início aos cantos e dança é necessário que o jongueiro saúde os santos, peça licença aos presentes, para depois cantar o seu ponto. O dono dos instrumentos, antes de começar o Jongo, faz a “REZA”: “meu premêro ponto é saravá a Deus que tá no céu, e despois nossa Mãi Maria Santíssima e despois o Padritérno, agora por baxo du Padritérno saravá a povaria, piquinininho, garande, agora saravá a terra qui comi nós, e saravá São Luiz qui é nossu padroêru, e saravá Sum Biniditu, agora saravá nosso Reis, saravá nossa Rainha, dibaxo di tudo isso saravá nossa Princesa e agora saravá tudo”.

Após a reza que é meio cantada e meio falada em tom declamatório o jongueiro tira a mão esquerda que estava sôbre o Tambu e ajuda a arrumar o chapéu na cabeça, pois êste, enquanto êle rezava, estava seguro com a direita e era mantido um pouco acima da cabeça descoberta. Durante todo o tempo da reza, olhava para um ponto distante lá no céu; agora noyamente, de chapéu na cabeça, pigarreia e, no meio do silêncio de todos os presentes, que reverenciaram com sua mudês aquele ato de religiosidade, de sincretismo afro-católico romano, êle põe o seu primeiro ponto:

**“Dô lovado pá papai,
e dô lôvado pá mamãi,
pá quano chegá na Angona,
num me chamá macriadu”.**

E o Jongo prossegue, muitos pontos se sucedem. Até hoje a princesa Isabel não foi esquecida, e a Libertadora é louvada num ponto de Jongo pelo Sr. Joaquim Honório :

**“Eu vô mimbora,
santinho leva eu,
a bôa vida,
foi a Rainha qui mi deu”.**

O povo responde com a “suspendida” para afirmar o ponto ou como dizem, “acudir o ponto”, cantando em côro:

**“E lê, lê, lê, ai, lai, lai, (bis)
veja que vô mimbora,
mas a bôa vida,
foi a Rainha qui mi deu”.**

No decorrer da noite, muitos pontos são cantados; uns são improvisados e outros são repetições de pontos já cantados em jongadas anteriores.

As mulheres estão muito alvoroçadas, porque houve farta distribuição de pinga que lhes foi oferecida pelo pesquisador. Por causa dêste presente Luiz Caié põe um ponto de “visaria” :

**“Pega fogo samambaia (solista)
dexa a lua serená (côro)**

A lua é mulher, por isso não se deve preocupar com o seu alvoroço, é o significado do ponto acima.

Um jongueiro de Lagoinha cantou um ponto para desafiar:

**“Tudu u galo desta terra,
num tem bico nem ispora,
cumu é qui qué dá
num galo qui vem di fora”.**

As mulheres que estavam alvoroçadas porque o Jongo não estava animado, e também porque estavam tolhidas com a presença de alguns brancos na dança, lançaram ponto para os homens, e foi cantado por Tia Teresa, preta centenária, rainha de Moçambique, dança afro-cabocla:

**“Angona tá bunitinha, ôcéu (bis)
vamu nós saravá,
saravá nesta angona.
A rainha tá angona,
vamu serená ô Deus,
farta galo neste terrêro,
esti galo é garnizé”.**

Luiz Caié para sobressair o valor da rainha e mostrar que há “galo no terreiro”, isto é, há jongueiro em S. Luiz, cantou:

**“Ai o reis vale muito,
a rainha vale inguá,
o reis vali dinhêro im ôro
e a rainha dinhêro im pó”.**

Muitos brancos tomam parte no Jongo, mas êstes, quase sempre se retiram logo depois da meia noite ou, à uma hora da madrugada o mais tardar. O Jongo fica animado depois das 2 horas da madrugada e os jongueiros afirmam sempre; “a gente só dança dereito despois qui bébi um pôco”. Dessa hora em diante, permanecem sómente os pretos e, então os pontos se sucedem com mais facilidade, acentúa-se a coreografia, não há mais variações que alguns brancos introduzem por não saberem e por não terem aquela quêda natural, “ginga”, que só o negro tem para dançar. A dança torna-se com movimentos uniformes. E’ de fato um bonito espetáculo coreográfico, quando só os negros estão jongando.

Os pontos se sucedem rápidamente. Um canta, logo outro a seguir manda parar, e canta. As vezes, vão respondendo, falando e as últimas palavras é que são cantadas. Por exemplo:

**“São cristão bateu sinu,
Padri vai pá sancristia,
nunca vi batisadu,
im pontu di meu-dia”.**

Joaquim Honório, neste ponto, disse os dois primeiros versos em tom declamatório e, os dois ultimos, êle os cantou. Êste jongueiro parece ser o líder carismático;

domina pela sugestão e pelo prestígio que adquiriu por ser “entendido” nas artes de umbanda e quimbanda, benzedor, capelão, etc., os demais jongueiros da região.

Outro jongueiro para “ir na linha” de Joaquim Honório põe um ponto de “visaria” procurando entrar no assunto que o antecessor “puxara”:

“Rosáriu qui farta misteriu,
num leva alma pru céu”.

Luiz Caié, vendo que há necessidade de alegria, cantou o ponto que desamar-
rado quer dizer: “quero que todos me ajudem a cantar pois é a alegria que é a nossa
necessidade”.

“Oi me faça favô
me ajudai pu caridadi,
tô na minha nicissidadi,
qui aminhá já vô mimbora”.

A seguir cantou um “ponto de ingoromenta” para porfiar com o jongueiro
de Catuçaba que apareceu depois da meia noite, com ares de “galo velho”, isto é, jonguei-
ro famaná.

“Cum geito di meia noiti,
meu galo num bébi agua,
bamu dexá de afrorecê,
pá andá, pá passia,
sô eu afalecidu
nesta grandeza,
pois sô istimadu,
tenhu sua razão”.

Este “ponto de ingoromenta” não foi desamarrado e, noutro dia, o pesqui-
sador pediu-lhe explicação. Recusou-se a dar, porque “senão perderia a força di magi-
nação, num poderia mais ingoromentá si arvelasse a verdadi daquele ponto, nós jon-
guêro têmô qui tê os nosso segredu porque jongo é uma dança di religião”. Mas, em
compensação, desamarrô o ponto das “Sete léguas” (o primeiro citado), porque um
jongueiro havia desatado. “Levantei de madrugada e fui tomar o meu café, fui comer
peixe com farinha e uma espinha enroscou na minha garganta, fiquei impossibilitado
de cantar, tendo feito uma promessa pra S. Benedito trouxe o meu tambu que se ouve
7 léguas e me puz a cantar. Sarei da garganta ficando um pouco rouco”.

COREOGRAFIA

Quando em certas danças, como no Fandango Rufado (2) usam tamancos, no
Cateretê da zona pastoril usam botas com esporas tilintantes, o uso dêstes implementos re-

(2) — Fandango Rufado — Os dançadores de fandango do litoral paulista, costumam
dividir o fandango em duas categorias: rufado e ballado
ou valsado. Aliás, Mário Andrade, também colheu esta
informação em Cananéia (Pequena História da Música,
pág. 189). Segundo informou o Sr. Hipolitinho, e mais tar-
de o Sr. Sancré, meu cicerone, que me acompanhou aos
Fandangos de além rocío, o Fandango RUFADO é um con-

flete na coreografia, o que não se dá com Jongo, onde os jongueiros ou dançam descalços, e é a grande maioria, ou com botinas de uso comum. Usam roupas comuns, alguns dançam com suas capas de boiadeiros, longas e rodadas e de chapéu.

O Jongo é uma dança de roda e os tocadores, um ao lado do outro, carregando seus candongueiros e tambus presos à cintura por tiras de couro crú e corda, andam, em passo normal, dentro do círculo feito pelos jongueiros, seguindo a mesma direção dos dançantes do círculo. Os jongueiros no círculo, dançam em sentido contrário aos ponteiros do relógio, um atrás do outro, com passadas deslisantes, isto é, mudam os passos quase que arrastando os pés no solo. Giram o corpo, ora à direita, ora à esquerda. Quando deslisam com o pé direito, giram, mais ou menos 90 graus voltando o corpo à direita, o mesmo fazendo à esquerda, quando dão um passo com o pé esquerdo. Deslocando sempre para a frente, e é muito raro jongueiro dar um giro em torno de si mesmo, fato só visto no início da jongada quando haviam alguns elementos brancos na dança. Ao parar de cantar u'a melodia, o jongueiro que gritou "cachoêra" fica na frente dos tocadores e andando para trás, procura colocar uma nova melodia. Os tocadores continuam a andar, há como que uma desorganização geral; os jongueiros que estavam no círculo, em passo normal, seguem atrás dos tocadores, dando-nos a impressão de um batalhão que marcha atrás de sua fanfarra. No momento em que memorizam a melodia, voltam a dançar em círculo móvel, batendo animadamente seus instrumentos de percussão.

De quando em vez, um dos tocadores sai e vai até à fogueira para aquecer o couro do instrumento, "afim de que êle fique com a voz mais declarada".

ASSISTÊNCIA E PARTICIPANTES

No início do Jongo há um número bem grande de assistentes, geralmente brancos, que ficam "sapeando", isto é, olhando, com vontade de entrar na dança; com receio, porém, de perderem o status social, dominam o primeiro impulso e não entram na jongada, cujo ritmo, apesar de monótono, é convidativo. Entre os assistentes há também alguns pretos "bem vestidos" que se julgam superiores àquela "negrada velha e desageitada" e, por isso, não se misturam.

Depois de meia-noite, entretanto, os assistentes já são pouquíssimos, porque os que restam estão agora no meio da dança; não há mais preconceitos a serem preserva-

junto de danças em que entram batidas de pés e palmas, e que são dançadas até meia noite, exigindo do fandanguero grande dispêndio de energias. O "Chico", "Sapo", "Farrabio" ou "Sarrabalho", "Vilão", "Querumana", "Anu-velho", "Recortado", são fandangos rufados. O fandango valsado ou bailado é um conjunto de danças na qual não entram batidas de pés e palmas. É dançado de madrugada a dentro, quando já estão mais ou menos cansados. O "Manjerição", "Faxineira", "Chamarrita", "Graciana", "Dandão", são fandangos bailados ou valsados. Ao romper do dia, e como última dança, dançam o "Recortado", que é rufado, ou melhor seria dizer, rufadíssimo, pois o bater de pés é violentíssimo. Entre meia noite e três horas da manhã, alternam os fandangos valsados com os "rufados-valsados", no qual as danças têm partes de batidas de pés e outras de deslisamentos e giros de valsa. Dentre os "rufados-bailados": o "Pipoca", "Anú-corrido", "Pica-pau", "Sinsará" e "Tonta" ou "Tontinha". Esta classificação é colhida entre os folgazões ou fandangueros de Cananéia, Ilhabela, Ubatuba. Em Xiririca e Iguape, em vez de valsado, usam mais o termo bailado e, para os outros, isto é, fandango rufado, o termo "rufado" é comum no litoral paulista e cidades do vale do Rio Ribeira.

dos e é tão natural o tratamento dispensado entre todos os participantes do Jongo que parecem uma só família. Aos pretos idosos lhes é dispensado o carinhoso “meu pai”, às negras velhas, “minha tia”. Dentre a meia centena de jongueiros destaca-se o octogenário Joaquim Honório, varão respeitado, com seu talhe de quase dois metros de altura, bastante erecto a despeito dos anos, e que desde o primeiro instante liderou os jongueiros.

Os participantes são pessoas simples, de condição econômica rudimentar, que se trajam modestamente e quase todos vindos da roça. A grande maioria é de pessoas idosas. Algumas pretas entraram na roda do Jongo, segurando seus filhos, envoltos em cuêros de baeta; outras puseram-nos dormindo, enrolados nos seus trapinhos, nas proximidades da grande fogueira que foi armada e sem a qual o Jongo não se realizaria. O calor do borralho é também apreciado por alguns jongueiros que encheram o “caco de pinga”, isto é, embriagaram-se. Sómente são despertados ao dealbar do dia, para tomarem parte na “Bandeira”.

A “BANDEIRA”

Nas jongadas assistidas em Cunha, Taubaté, Areias, Bananal, Barreiro, Silveiras, não encontramos o cerimonial da “Bandeira” que é, por assim dizer, o fêcho da jongada. Nestas cidades, ouvimos apenas vagas referências a respeito desse cerimonial.

Em São Luiz do Paraitinga tivemos, porém, a oportunidade de participar da “Bandeira”, ponto final de uma jongada que ali se realizava no dia 13 de Maio de 1947.

Quando já é dia claro, os jongueiros que amanheceram na roda do Jongo, fazem um grande retângulo ao redor dos instrumentos. Os organizadores da dança e pessoas que eles desejam homenagear são convidados para ficar no meio desse retângulo. Seguem cantando, andando em cadência quase marcial até à residência do promotor da festa que, sabendo desse costume, aparece bem cedo na jongada, para que realizem a “Bandeira”.

Cada jongueiro, em vez de dar as mãos, como que fazendo um cordão de isolamento, pegam nas pontas de lenços ou pedaços de fita, ligando-os dois a dois, formam, assim, um grande retângulo. Só depois de chegarem defronte a casa do festeiro é que “saltam” de dentro da “bandeira” os homenageados. É o fim da jongada. Todos os presentes abraçam-se efusivamente; os afilhados dão “louvado” aos seus padrinhos, saudando-os assim: “suns Cristu, padrim” ou juntando as mãos, meneando a cabeça para frente, respeitosa e, dizendo engroladamente: — “bença padrim” e depois se retiram.

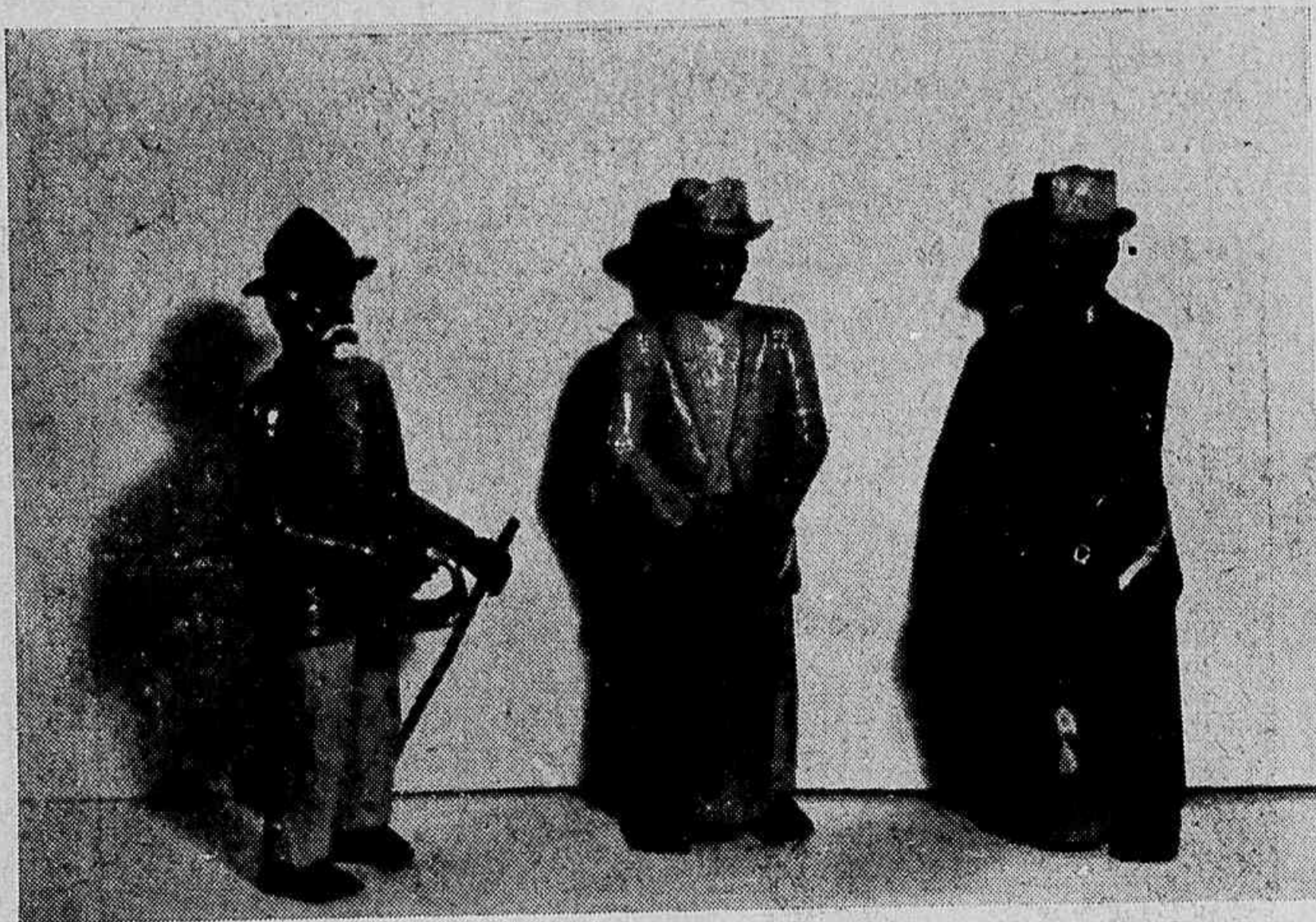


JOAQUIM HONÓRIO DOS SANTOS — o jonqueiro mor de São Luiz do Paraitinga. (Foto do autor)



JONGUEIROS

Luiz Caié Filho, tocando Candongueiro, Pernambuco tocando Anguáia e Sr. Luiz Caié tocando Tambu. (os instrumentos acima figuram na coleção de A. M. A.)



TOCADORES DO JONGO

(da E para D — Anguáia, Candongueiro, Tambu) Escultura popular, em madeira por Amaro de Oliveira Monteiro, cantoneiro da Estrada de Rodagem (D. E. R.) de S. Luiz a Ubatuba — (Coleção de Arte Popular de A. M. A.)



TOCADOR DE ANGUÁIA

(Em barro cru por Lourenço Ceciliato, servente do Grupo Escolar "João Florêncio de Tatuí). Duas Anguáias, presente de Joaquim Honorio e Da Venturosa ao pesquisador. (Coleção de A. M. A.)

Biografia do Meson

A contribuição brasileira - Os trabalhos de Lattes

Paulo Taques Bittencourt

C. T. R. Wilson, em 1897, estudando fenômenos relacionados com o célebre "fog" de Londres, descobriu que uma atmosfera de gás, saturada com vapor de água, quando sujeita a uma brusca expansão, se supersatura, resultando a formação de gotículas de água, ao redor de qualquer poeira existente no gás. Na ausência de poeira, a condensação do vapor de água se fará em torno de átomos de gás, ionizados, i. é., elétrica-mente carregados.

A propriedade acima descrita é a base do aparelho mais possante que os físicos tiveram até bem pouco tempo para o estudo das partículas, a chamada câmara de Wilson.

Uma partícula eletrizada, em movimento, ao passar perto de átomos neutros de um gás, age sobre estes, resultando a sua ionização. Essa partícula, deixa atrás de si uma linha de átomos ionizados. Se, logo depois da passagem da partícula, sofre esse gás uma expansão rápida, estando ele saturado com vapor de água, cada átomo ionizado será o centro de condensação de vapor, e, uma conveniente fotografia, mostrará a trajetória da partícula, como um traço branco num fundo negro. Dêsse modo, tem-se a possibilidade de fotografar a trajetória de uma partícula.

Pelo estudo da trajetória fotografada, pode-se distinguir a natureza da partícula. Um estudo microscópico da trajetória, dará o número de partículas que constitui a mesma, obtendo-se assim, o poder ionizante da partícula. O comprimento total da trajetória, dará o poder de penetração que possui a partícula. Colocando-se um imã perto da câmara, si a partícula estiver carregada de eletricidade, ela tomará uma trajetória curvilínea, e, pelo estudo desta, se poderá obter informações sobre a massa e a carga elétrica da partícula.

Assim, do estudo cuidadoso da trajetória de uma partícula, na câmara de Wilson, se pode ter uma idéia razoável de sua massa, de sua carga e de sua velocidade.

Estudando as partículas ionizantes emitidas pelos corpos rádio-ativos naturais, já em 1936 se conheciam como partículas elementares, i. é., partículas básicas para a constituição da matéria: o elétron; o positron ou elétron positivo; o próton, de massa

1800 vezes a massa do eletron e de carga positiva; o neutron de massa igual a do proton e sem carga elétrica.

Sabia-se que o átomo era formado por uma nuvem de eletrons que giravam ao redor de um centro positivo pesado, que se chamava núcleo. Esse núcleo era constituído por um número aproximadamente igual de protons e de neutrons. Os protons dariam a carga elétrica positiva do núcleo. O seu peso era dado pelo número total de protons e de neutrons, pois o dos eletrons era desprezível.

Outras partículas ionizantes que se encontram na natureza, são provenientes do cósmos interestelar, como ficou estabelecido desde a segunda década deste século, às quais se deu o nome de radiação cósmica. Essa radiação apresentava um poder penetrante extraordinário e sua natureza ainda não estava bem estabelecida. Sabia-se que a radiação cósmica era proveniente do bombardeio de partículas carregadas de electricidade, nas camadas superiores da atmosfera; e cá em baixo, receberíamos os produtos da desintegração dos átomos da atmosfera.

Foi estudando essa radiação cósmica, com câmara de Wilson, em Pike's Peak, nas montanhas Rochosas, que C. D. Anderson e Nedmeyer, em 1936, obtiveram fotografias cujos traços diferenciavam-se de quaisquer dos traços de partículas já então conhecidas. Apresentavam um poder penetrante muito maior e uma ionização menor para a mesma energia. Essa partícula nova deveria ter uma massa intermediária, entre a massa do eletron e a do proton. Isso lhe valeu o nome de meson ou mesotron. A sua carga era a carga do eletron.

Já antes de sua descoberta experimental, um físico japonês, Yukawa, havia desenvolvido uma teoria sobre a natureza das forças nucleares, em que postulava a existência de uma partícula de massa intermediária, entre a massa do eletron e a do proton. A força de ligação entre o proton e o neutron, no núcleo, era realizada por meio dessa partícula, como, no caso das forças colombianas, é o foton o responsável pelas atrações e repulsões elétricas, uma vez que a ação à distância, não póde ser admitida.

O meson de Anderson seria, pois, essa partícula de Yukawa.

Desde sua descoberta, o meson despertou interesse geral, pois poderia ser a chave para abrir a porta do conhecimento das forças de interligação do núcleo dos átomos.

O estudo apresentava, todavia, dificuldades bem grandes. O meson era observado sómente na radiação cósmica, o que punha o observador à espera de sua ocorrência no seu aparelho, para poder estudá-lo.

Apesar disso, um volume maciço de dados sobre o meson foi sendo recolhido, por meio de câmaras de Wilson e de contadores de Geiger Muller, e, em pouco tempo, as propriedades dessa partícula foram sendo conhecidas. A massa foi medida e os resultados davam valores que iam desde 100 a 400 vezes o valor da massa do eletron. Tomou-se o valor médio previsto por Yukawa, de 200, e não faltava também a hipótese de que existiriam diversas modalidades de mesons com massas diferentes.

Babba, mostrou, baseado na teoria das forças nucleares de Yukawa, que o meson deveria ser uma partícula instável, i. e., apresentaria desintegração expontânea, de vida média da ordem de um milionésimo de segundo. Na realidade, medidas sobre a radiação cósmica indicavam essa desintegração do meson; mais tarde, medidas diretas da vida média do meson, davam um valor de 2 milionésimos de segundo.

Nessa fase de estudo da radiação cósmica, tivemos a Universidade de S. Paulo colaborando nas pesquisas sobre o meson. A primeira vez que se observou a desintegração dos mesons, em "showers", foi em trabalhos de P. A. Pompéia, M. D. S. Santos e G. Wataghin, professores da nossa Universidade. Também a vida média do meson foi aqui medida pelo Prof. S. Santos e experiências sobre o poder penetrante dos mesmos foram realizadas pelos Profs. Wataghin e Occhialini.

Observações com câmaras de Wilson mostraram desintegrações de mesons dando origem a eletrons. Obtiveram-se, também, fotografias, em que uma estrêla de traços pesados era observada no fim do trajeto do meson, estrêla essa que foi interpretada como sendo uma explosão do átomo de gás da câmara, produzida pelo meson.

Com a guerra, os estudos ficaram parados ou, pelos menos, sem publicação.

O ano de 1947 trouxe mais luz sobre o meson. Assim, o grupo de Roma mostrou que, tanto os mesons positivos como os negativos, decaem radio-ativamente, i. é., morrem depois de decorrido um certo tempo. Físicos russos, secundados pelo grupo de Manchester, obtiveram evidências de mesons de massa 1000 vezes a massa do eletron.

Uma nova técnica de observação de partículas ionizantes foi desenvolvida em Bristol, na Inglaterra, encabeçada por Powell, tentando evidenciar partículas ionizantes por meio de chapas fotográficas. Por métodos especiais de revelação, ao redor de um átomo ionizado na chapa fotográfica, se podem agrupar grãos de prata, tornando-se êsse átomo um ponto preto. Assim, uma chapa não exposta à luz, mas sim à uma partícula ionizante, por processo especial de revelação, pode dar, como na câmara de Wilson, a trajetória de partículas ionizantes. Essa técnica sómente evidenciava antes, partículas de poder ionizante grande, como protons e partículas alfa. Recentemente, porém, êsse grupo de cientistas, em colaboração com a firma Ilford de material fotográfico, conseguiu desenvolver a sensibilidade das placas a tal ponto que foi possível evidenciar partículas menos ionizantes, como os mesons.

Assim descreve Morrison o método de observação desenvolvido em Bristol. "As experiências de Bristol são simples, poderosas e elegantes. Não usam êles uma série complicada de circuitos de coincidência, nem circuitos complicados de medida de tempo de milionésimos de segundo, nem magnétos colossais. Simplesmente uma chapa fotográfica, um posante microscópio e uma boa dose de paciência e de bôa observação — sempre os melhores aparelhos... Essas fotografias são equivalentes a uma câmara de Wilson congelada... O exâme de uma dessas chapas equivale ao exâme de um bilião de fotografias de câmaras de Wilson, tomadas ao acaso... Tomaria muito espaço para descrever a hábil análise que deve ser feita de cada uma dessas chapas. O espaçamento dos grãos, a tortuosidade das trajetórias, correções estatísticas necessárias para tais experiências, a identificação das diversas espécies de "estrêlas" e "martelos" — marcas de tipos especiais de desintegrações nucleares — correções da observação microscópica e dos traços indesejáveis na emulsão, são fatos que falam pela engenhosidade do grupo de Bristol".

Com essas chapas, foram feitos estudos da radiação cósmica, obtendo-se resultados importantes sobre o meson, resultados êsses que foram publicados em "Nature", de outubro de 1947, por C. M. G. Lattes Dr. G. P. S. Occhialini e Dr. C. F. Powel. Placas fotográficas foram expostas no pico do Midi na França e no pico de Cochabamba na Bolívia. O primeiro a 2.800 metros de altitude e o segundo a 5.500. Essas placas, reveladas, apresentavam grande número de trajetórias de mesons. Do estudo cuidadoso desses traços, obtiveram os autores muitos conhecimentos relativos aos mesons. Assim, conseguiram diferenciar dois tipos de mesons. Uns, pesados, que se convencionou chamar

meson pi e outro leve, meson mu, ambos ocorrendo com carga positiva ou carga negativa, e, provavelmente, também sem carga.

Chegamos, assim, ao conhecimento de uma série de mesons, de carga positiva, negativa e sem carga. Mesons de massas diversas, todos êles como possíveis elementos para se construir a teoria que irá explicar as forças de ligação do núcleo.

Diante dessa situação, certamente, a possibilidade de se fabricar mesons no laboratório, para poder estudá-los convenientemente, seria de grande alcance. E' de se supôr que partículas aceleradas a uma energia de mais de 100 milhões de eletrons-volts, seriam capazes de produzir mesons. Máquinas aceleradoras de partículas com essa energia já existem em funcionamento, como o betatron da G. E. em Schenectady, de 100 milhões de eletrons-volts, e o cyclotron de frequência modulada, de Berkeley, de 380 milhões de eletrons-volts. Esforços têm sido feitos para evidenciar a produção de mesons nessas máquinas aceleradoras de partículas. No entanto, sómente agora, foi isso conseguido, pelo brasileiro Cesar Lattes.

Cesar Lattes, depois de graduado pela Universidade de São Paulo, foi, com uma Bolsa de estudos do British Council, para Bristol, onde, por dois anos, esteve trabalhando com essa nova técnica fotográfica de observação de partículas. Colaborou no desenvolvimento da mesma e foi um dos autores do trabalho a que acabamos de nos referir, o mais conclusivo sôbre o meson, que se tem até agora. De volta ao Brasil, uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller levou-o a Berkeley, onde funciona o maior cyclotron do mundo. Bombardeando então uma placa de carvão com partículas alfa, aceleradas no cyclotron, conseguiu impressionar suas chapas fotográficas por mesons nitidamente reconhecíveis por um especialista no assunto, como tinha êle se tornado. Assim, em 60 minutos, Lattes obteve mais traços de mesons que nos dois anos de trabalhos em radiação cósmica, em Bristol.

Vemos, pois, o alcance da descoberta. A possibilidade de produzir os mesons, para estudá-los. Provavelmente, do estudo aprofundado dos mesons, se terá o conhecimento à fundo das forças nucleares que irão permitir a utilização da energia atômica por meios mais econômicos que os até hoje conhecidos.

Esperemos que essa energia tremenda, que se vislumbra, seja colocada na mão do homem para o bem da humanidade e nunca para a sua destruição.

Progresso da ciência — A pesquisa operacional

J. E. F.

Os comentários feitos entre nós sobre as contribuições mais importantes da ciência para a vitória das Nações Unidas, referem-se, em geral, à bomba atômica e ao radar. Omitem, ou dão lugar subalterno a um desenvolvimento científico da mais alta importância processado durante a guerra: a pesquisa operacional ("Operational research" ou simplesmente OR, para os de língua inglesa). No entanto, desde a fase inicial do conflito a pesquisa operacional (P. O. como a designaremos, abreviadamente, neste artigo) vem sendo objeto de cogitação sistemática nos círculos científicos e oficiais dos países mais adiantados. O governo britânico, impressionado com os resultados obtidos durante a guerra, criava já em 45, serviços de P. O. em ministérios civis e, entregava o estudo de problemas do após guerra aos grandes organizadores da P. O.. Era o caso, por exemplo, do projeto de reconstrução e construção de habitações, entregue a alta competência do professor J. D. Bernal, físico da Universidade de Londres e um dos grandes técnicos ingleses em P. O..

Mas o que é pesquisa operacional? Não seria fácil enquadrá-la em uma definição precisa. Várias foram propostas como se verá. De um modo geral se poderia dizer, hoje, que a pesquisa operacional é o emprêgo do método científico e de suas modalidades de análise na solução racional e prática de problemas concretos da atividade social. E' como se vê, em última análise, o emprêgo do método científico na política. Um rápido histórico, e alguns exemplos, permitirão uma compreensão mais clara do que seja a P. O. A expressão pesquisa operacional foi cunhada por Sir Robert Watson-Watt que iniciou a P. O. na RAF, ligada à aplicação do radar na defesa anti-aérea. A primeira referência pública à cooperação da ciência nos problemas militares da guerra foi feita pelo marechal do ar Sir Philip Joubert em conferência pronunciada em janeiro de 43 na Associação dos Trabalhadores Científicos em Londres (1). Alguns dias antes do início da guerra, Sir Robert, por inspiração do professor Blackett instalou a sessão de P. O. do comando de caça da RAF, encarregada da vigilância e assistência técnica ao aparelhamento de radar que se havia instalado pouco antes. O pequeno grupo inicial era chamado a estudar e corrigir quaisquer situações em que houvesse diminuição na eficiência da defesa, relacionada com o emprêgo do radar. O êxito desse serviço, que em pouco tempo, decuplicou a eficiência da defesa anti-aérea foi tão convincente, que levou outros comandos da aviação, e depois da marinha e do exército, a estabelecer também serviços de P. O.. De um ponto de vista geral a P. O. resolvia problemas concretos, passíveis de solução prática à base da análise científica somada à experiência, e fornecia dados quantitativos, índices matemáticos para as decisões dos comandos. Ela foi mesmo definida, como o emprêgo das técnicas do cientista competente às operações humanas "para ajustá-las aos seus objetivos e medir a eficiência com que eram executadas" (2).

Vejamos desde logo alguns exemplos elucidativos:

1 — As estatísticas do comando de bombardeio da RAF, referentes a perdas de bombardeiros, sobre um grupo selecionado de cidades alemãs, indicavam que as defesas anti-aéreas das mesmas estavam sendo saturadas. Se o número de aviões fosse elevado acima do limite de saturação, o número de perdas deveria manter-se constante, e,

o índice de eficiência — a relação toneladas de bombas/aviões perdidos, — deveria por conseguinte, aumentar. Na base desta análise é que o primeiro bombardeio de 1.000 aviões foi feito pela RAF em 1942. Os resultados deste e de bombardeios subsequentes confirmaram as previsões.

2 — Outro exemplo, este da aviação americana: os esquadrões de bombardeiros pesados B-29, com base nas Ilhas Marianas para ataque ao Japão, podiam efetuar, mensalmente, um número determinado de horas de vôo, distribuídas entre operações de bombardeio e treinamento das tripulações. Sem empregar tempo algum com treinamento verificar-se-ia um baixo nível de precisão de bombardeio (bomba/alvo). Se todas as horas fossem devotadas ao treinamento, nenhuma bomba, é evidente, seria lançada sobre os alvos japoneses. A análise do problema da precisão do bombardeio em função do treinamento das tripulações, revelou que o máximo de bombas sobre o alvo era atingido quando 10% do tempo era empregado em exercícios e 90% em operações. A prática demonstrou que essa distribuição dobrava o peso de bomba sobre o alvo, em relação à distribuição anterior, que era de 4% para treinamento e 96% para operações.

O espírito científico, como diria mais tarde o professor Zuckerman, com a insistência na objetividade e com o método estatístico, chegava a soluções táticas que só acidentalmente poderiam ser alcançadas por outros métodos.

1 — Com relação aos comboios marítimos a P. O. esclareceu fatos fundamentais. Assim a análise estatística revelou que o número de perdas marítimas era constante e independia do tamanho do comboio. Essa análise conduziu a seguinte fórmula:

$$P = \frac{C}{NE}, \text{ onde } P \text{ é a \% de perda, } N, \text{ o número de navios no comboio, } E, \text{ a escolta, e } C,$$

uma constante (3). Com base nesses estudos, o número de navios do comboio foi aumentado, a partir de princípios de 1943, o que permitiu: maior intervalo entre as partidas e aumento da escolta, com a consequente diminuição das perdas.

2 — Os americanos orientaram a guerra naval contra o Japão por interessantes estudos de P. O. Pelo cálculo da relação: Navios japoneses afundados/anos de esforço bélico, resolveram, intensificar a fabricação e o emprêgo de submarinos, ao invés de minas ou aviação, na luta naval contra os nipônicos.

3 — Da mesma forma a utilidade do bombardeio das cidades alemãs, foi analisada segundo a relação: anos de esforço de bombardeio/toneladas de bombas, sobre, anos de esforço de defesa e reparos indispensáveis, inimigos/toneladas de bombas. Essa relação demonstrou a eficiência dos bombardeiros tipo "Mosquito" (léves, de madeira compensada, bi-motores) sobre os aviões Lancaster, e destes sobre os Halifax (quadri-motores, de estrutura metálica, etc).

A P. O. permitiu ainda, o estabelecimento de certos índices de extrema importância que segundo as previsões de Blackett, seriam mais ou menos constantes.

1 — Assim se verificou, por exemplo, que a relação 60 minas/navio afundado era uma constante, em todos os teatros da guerra em que se empregasse o lançamento de minas por via aérea — o minamento dos portos alemães pelos ingleses, dos portos ingleses pelos alemães, das rotas marítimas japonesas pelos americanos, etc.

2 — A média de descargas de uma bateria de destróier, de 5 polegadas, para a destruição de cassamatas inimigas, era a mesma em Tarawa que nas costas da Normandia.

Com o sucessivo desdobramento das pesquisas, o caráter da participação da ciência na guerra começou a se modificar, e com o progredir do conflito, o próprio caráter da guerra começou a se modificar, em função do desenvolvimento da P. O. O que a princípio era um serviço técnico auxiliar, no nível das operações, passou a parte integrante da tática, e finalmente, a fator ponderável na estratégia geral. A P. O. que a princípio se preocupava em estudar os índices de eficiência das operações e do material, passou depois, a formular soluções originais para problemas táticos. Com o seu desenvolvimento superior, chegou a influir, pela segura análise científica de múltiplos fatores, inclusive o humano, na estratégia geral.

1 — Algumas das façanhas da guerra foram o resultado seguro e necessário de cálculos exaustivos. A tomada da Ilha de Pantellária, no Mediterrâneo foi calculada em

todos os seus aspectos, e em seu mínimos detalhes, pelo professor Zuckerman. Essa experiência foi básica para a invasão da Itália.

2 — Até princípios de 44, o grosso dos ataques aéreos aliados se fazia às cidades industriais alemãs, sem a esperada diminuição da produção bélica germânica. A análise comparada dos estragos causados às cidades inglesas e o exame dos resultados obtidos na Sicília, verificados depois da tomada da ilha, demonstraram a maior eficiência da destruição das vias de comunicações. O bombardeio intensivo das rêsdes de comunicação do Continente Europeu, que precedeu a invasão, levou ao rápido colapso da produção alemã, conforme se verificou após a guerra.

Mas foi sôbre o aspecto humano e social, que a aplicação da P. O. modificou substancialmente as concepções da guerra. O professor Crew comenta o exemplo ilustrativo do tanque "antes encarado como uma torre de artilharia móvel" que "subitamente, torna-se a carapaça de uma criatura viva, cujas dimensões anatômicas, necessidade fisiológica e reações emocionais, deveriam ser preocupação predominante, enquanto o tanque propriamente dito, não era, sinão, um projeto na mesa de desenho"

A P. O. aplicada aos serviços médicos das frentes de combate (especialmente no Oriente Médio e na África) permitiu o extraordinário progresso das técnicas de transfusão de sangue e prevenção dos estados de choque e das queimaduras. Suas aplicações à higiene pública e à medicina social, deram resultados imediatos, de grande importância; criaram métodos fundamentais para a pesquisa do estado de saúde das populações, conquistas tôdas, de imensas aplicações. Os estudos sôbre, distribuição e composição de reservas e efetivos militares, em função de condições e meios de transportes, tiveram grande importância no Extremo Oriente. (A campanha da Malásia foi calculada, nessa base). A P. O. dos exércitos aliados chegou a estudar problemas relacionados com a poeira e a lama das estradas, revelando sua significação como fatores nas táticas militares. A amplitude e a eficiência da P. O. durante a guerra, já estavam a indicar, cada vez mais, sua utilidade e sua necessidade na paz, maiores ainda que na guerra; apesar de segrêdo militar (4) já se comentava nos círculos científicos ingleses, ao fim da guerra a importância futura da P. O. De fato, logo depois da guerra os govêrnos americano e inglês criaram serviços permanentes de P. O. Até mesmo as grandes emprêsas comerciais já começaram a organizar suas pesquisas sob a orientação da P. O. Em discurso recente, o ministro Morisson, Lord Presidente do Conselho, referiu-se especialmente à P. O. na indústria de tecidos, revelando resultados de melhorias, entre 10 e 40%, na produção pela sua racionalização através da P. O.

Faltava ainda, no entanto, uma revisão autorizada das experiências de P. O. e uma definição dos termos gerais do problema, com vistas à sua aplicação futura. Disso se encarregou a Associação Britânica para o Progresso da Ciência, ao patrocinar uma discussão sôbre o assunto, em seu congresso anual reunido de 27 de agosto a 3 de setembro de 47, em Dundee, na Escócia, para discutir: "A ciência na guerra e na paz". À discussão compareceram muitos dos maiores responsáveis pela organização e desenvolvimento da P. O. O registro de algumas de suas observações, nos auxiliará a aprofundar o exame do assunto (5).

Foram todos unânimes em acentuar a importância da P. O. na paz, no que rejeitaram a tese do presidente do Congresso Sir Henry Dale que, pronunciando-se pelo cauteloso alheamento da ciência dos problemas de organização e política, exprimia a mesma tradição conservadora que fez com que muitos comandantes militares resistissem, inicialmente, à P. O. Sir Robert Watson-Watt definiu a P. O. como sendo: "A aplicação dos métodos científicos básicos da mensuração, classificação, comparação e correlação, na escolha de meios de atingir, com o menor dispêndio de esforço e tempo, o máximo efeito operacional, que possa ser extraído dos recursos, em pessoal e material, presentes ou potenciais". Define o caráter da P. O. na paz, como sendo um conflito de métodos, ao passo que, na guerra, fôra um conflito de objetivos. Postulou ainda o pesquisador operacional como sendo aquele, dotado de uma dupla gama de conhecimentos: de um lado, amplo conhecimento de possibilidades e limitações técnicas do equipamento, e do outro, conhecimento pessoal íntimo das condições de trabalho em que deve ser usado o equipamento, e do pessoal, que deve usá-lo. Sir Robert não vê perigo em que o cientista seja parte de uma pesquisa dirigida. Isso não prejudicaria de forma alguma os novos Newtons, nem a "tôrre de marfim" da pesquisa pura: o julgamento do valor científico para os cientistas é a

seu vêr um problema de seus pares. O dr. O. H. Wansbrough Jones analisou a P. O. sob vários ângulos interessantíssimos. Demonstrou que a P. O. não era novidade, pois em seu sentido geral já fôra preconizada por Newton para os problemas de navegação da sua época. Sugeriu a designação de pesquisa do método em substituição à P. O. Sugeriu a impossibilidade de a P. O. medir o moral dos grupos em luta, como de fato é o caso. Com relação aos problemas dos pesquisadores, sugeriu que fossem jovens cientistas interessados nas aplicações sociais da ciência, que no início de suas carreiras, fizessem estágios em serviços de P. O. oficiais. O Prof. Zuckerman que concebe a P. O. como a aplicação dos métodos do pensamento científico a análise e planificação de operações tácticas, analisa o seu desenrolar, em dois momentos: 1 — a definição dos fatores variáveis de importância, 2 — cálculo de sua importância relativa. Zuckerman, que é um biólogo, não vê novidade na P. O.; acha-a idêntica ao senso comum, usado em tôdas as cousas. O prof. W. C. Wilson, destaca a importância da P. O. na medicina social, mostrando o alcance do seu emprêgo nas pesquisas que dirigiu no Oriente Médio. O prof. Crew, biólogo, analisou a composição das equipes de P. O. que, a seu vêr, devem ser mistas, com predominância dos especialistas mais próximos do problema específico em análise. O Prof. Crew discute um ponto de extrema importância, que é o da existência de graves problemas que não são reconhecidos, a não ser quando, a análise científica sistemática, os focalisa. Das mais interessantes foi a contribuição do dr. Louis Moss encarregado de P. O. em problemas sociais. Desfez as objeções idealistas usuais, lembrando que o levantamento e análise estatística dos dados sociais, podem ser objetivos, pela existência e possibilidade de desenvolvimento de métodos estatísticos para eliminação das variáveis que prejudicariam a objetividade dos resultados. Por último o prof. Bernal que discutiu os problemas da fórmula mais consequente, postulou a inevitabilidade do emprêgo do método científico na organização social. O Prof. Bernal já era, de longa data, um dos mais altos expoentes do racionalismo científico moderno, e seu livro: "The Social Function of Science", é um clássico da literatura científica. Depois de se pronunciar favoravelmente a permanência da P. O. na paz, Bernal reafirmou o princípio básico de Blackett, que define a utilidade da P. O. e que deve guiá-la em sua aplicação à paz: a escolha das prioridades que devem combinar a maior necessidade com a possibilidade mais rápida de realização. Grosso modo, o professor Bernal vê três fases no processo de aplicação da P. O. à paz, especialmente em seu país: 1.º reconhecer os problemas, 2.º reorganizar os recursos existentes, 3.º resolver, na prática, os problemas. E concluindo, adverte: "com o conhecimento que temos atualmente do que seria possível fazer com a P. O. seria trágico se êste progresso organizativo da guerra não tivesse oportunidade de demonstrar sua capacidade na paz".

Algumas observações de ordem geral merecem ainda serem registradas. Entre elas o fato curioso de serem os físicos e os biólogos, os que melhor provaram como pesquisadores operacionais, em detrimento dos matemáticos, economistas e outros. Os sociólogos ficaram susceptibilizados com o fato, mas segundo observa Goldsmith, os de maior visão, vêm nesse fato um reflexo claro do atraso das ciências sociais. Em geral, os sociólogos não estavam tecnicamente aparelhados para introduzir a mensuração nos problemas sociais. Isto virá a seu tempo, durante a guerra só os cientistas naturalistas para citar uma frase lapidar de Blackett, poderim "encorajar o pensamento numérico em questões de operações e assim contribuir para se evitar conduzir a guerra por transportes de emoção". Segundo Kittel, um dos americanos que em 1942 começou a P. O. nos EE. EE. o pesquisador operacional só pode ser um cientista, pois só êle, por sua própria formação regeitará as proposições não comprovadas; procurará obter uma compreensão quantitativa; e, irá ao fundamental, desprezando o acessório. Esta idéia, por outro lado, define bem, o que seja o espírito científico.

Outro aspecto interessante: a distinção entre os grandes projetos científicos que foram executados na guerra como o radár, a propulsão a jato, os foguetes, as minas magnéticas e a bomba atômica, e, a P. O. da ofensiva anti-submarina, do bombardeio em grande escala, dos combôios, etc. Uns envolviam a obtenção de armas, onde o fator humano era fator externo, de produção apenas, e outros, envolviam operações em que o fator humano era parte integrante, e muitas vezes, fator primordial. Além disso, enquanto aqueles projetos demoravam em média de dois a dez anos para a sua execução integral, nenhuma das grandes P. O. excedeu dois meses, entre a colocação do problema e o início de sua solução prática. Estamos agora em condições de tecer algumas considerações finais sôbre o assun-

to desta crônica. Como se vê a P. O. não é nada de mais. E' um enorme ovo de Colombo, muito conhecido nos países de vida planificada. O entusiasmo arrebatado pela P. O., transformando-a em fórmula mágica de solução final de todos os problemas, seria de um mecanicismo quasi tão tólo como a subestimação leviana de um fato novo, específico de nossa época, qual seja uma nova comprovação, em escala internacional, do poder, da capacidade, da segurança do método científico na solução concreta dos problemas do homem e da sociedade. O fato de a P. O. não conseguir medir o moral das forças sociais que atuam em nossa época, não a invalida como um dos métodos de solução científica dos problemas humanos e sociais, isto é, dos problemas políticos; ao contrário, a coincidência de suas finalidades com os objetivos da política do progresso, é uma das fontes do moral com que lutam os que almejam êsse progresso.

Uma consideração se impõe antes de finalizarmos: a necessidade de se organizar a P. O. em nosso país. Afóra as razões gerais, que fazem da P. O. uma cogitação obrigatória dos governos modernos, existem aqui condições específicas, que sugerem a pronta organização, em escala nacional, de um serviço oficial de P. O. A situação caótica de nossa economia, a extrema incoordenação de nossos serviços técnicos-industriais e agrícolas, a falta clamorosa de espírito científico entre os governantes e as chamadas elites — fruto de uma tradição cultural predominantemente retórica — e, sobretudo, o caráter inadiável dos nossos problemas concretos, sugerem fortemente essa medida racionalizadora. Aliás, a própria organização da pesquisa entre nós, em estudo no Congresso, e no Legislativo Estadual com a regulamentação do artigo 123 da Constituição Estadual, deveriam ser objeto de uma pesquisa prévia do tipo P. O. Um congresso científico nacional de ampla representação, com a finalidade de organizar e racionalizar nossa pesquisa e colocá-la ao serviço do interesse coletivo, não seria exagerado em relação à magnitude e à urgência do problema. Bem sabemos que se trata, em última análise, de um problema de política. Mas é um problema de política em que os cientistas têm de tomar posição sob pena de trairem o espírito da moderna ciência.

(1) Goldsmith, Maurice. "Discovery", Março, 48.

(2) Steinhardt, cit. p. Kittel, vide nota 3.

(3) Segundo a fórmula original, citada por Kittel, Charles, em "Science", vol. 106, n.º 2719, 47.

(4) Lembro-me a propósito do sobressalto que tive, em fevereiro de 44, ao telefonar ao prof. Blackett.

Responderam do Almirantado Britânico. Cuidava ter rompido algum sigilo, mas o próprio Blackett me dá o número! Nunca lhe perguntei, nem êle me falou sobre o caráter de seu trabalho durante a guerra. Em fins de 45, numa recepção em sua casa, a um amigo que me indicara Sir Robert Watson-Watt como um dos responsáveis pela vitória aliada, perguntei: o homem do radár? — "E, da pesquisa operacional", respondeu-me com ênfase. Só mais tarde vim a saber que o próprio Blackett, era a maior figura da P. O., durante a guerra, pelo que recebeu as maiores condecorações, inclusive a medalha do Congresso Americano, distinção das mais altas.

(5) Um relatório abreviado foi publicado em "Nature", vol. 160, p. 660, 47; as discussões por extenso, em "The Advancement of Science", vol. IV, n.º 16, 48.

Artes plásticas

Minha dúvida sobre a pintura

Y. Takaóka

Há tempos contaram-me uma anedota muito interessante.

Duvido que, reproduzida por escrito, mantenha o mesmo sabor auditivo. Contudo farei o possível:

Certo professor de canto foi vítima de uma moléstia nasal, perdendo por êsse motivo a clareza da dicção. Não conhecendo outro ofício, teve de continuar lecionando canto. Um dia, na aula, sentado ao piano, começou a cantar: "nha nóna é omié..." o que quer dizer simplesmente "La donna é mobile..." A gurizada em peso (de má fé, certamente), imitava o méstre "nha nóna é omié..." Êste enraivecido, gritou: Nhô! Nhô! Oheis nhô eben antar ahim, omo eu anto "nha nóna é omié". Eu anto ahim, orque ofro do naiz, mas obeis bé nunba ofrebam do naiz ebem antar ahim: nha nóna é omié".

Naturalmente, o homem queria dizer: Não, não! Vocês não devem cantar assim como eu canto "Nha nóna é omié". Canto assim porque sofro do nariz, mas vocês que nunca sofreram do nariz, devem cantar assim: "La donna é mobile". Não sei se êste pobre homem conseguiu ou não convencer a gurizada.

A linguagem da pintura e das palavras é bem diferente. Porisso receio cair no ridículo papel daquele professor, pois não é tão fácil cogitar, por meio de palavras que proporcionam uma impressão visual, e que as vezes nos levam para a metalinguagem, mormente si houver má fé da parte dos leitores (e espero que não haja). Apesar dos pezares, aventure-me a expôr o que penso da pintura, da sua tendência e da sua função social.

Segundo me parece, uma das maiores dúvidas, entre muitos pintores contemporâneos, consiste em saber si a sociedade necessita realmente do artista ou não. Fiz esta pergunta, inúmeras vezes, a diversos colegas, sem obter uma única resposta satisfatória. O pintor C., por ex., afirmou, jactansiosamente, que "sim", alegando que "Nós artistas oferecemos algo para a necessidade espiritual do povo" (lamento não poder reproduzir palavra por palavra a "tirada" com que o colega me mimoseou; o sentido, porém, era mais ou menos êste).

Para mim, tal argumento, é puro "bluff" que por muito tempo serviu apenas para fortificar a posição dos senhores poderosos: "Não só de pão viverá o homem".

Sim senhor! Bonita frase! Não acham? Se não me engano esta frase foi pronunciada por um Jota de tal. O pior é que ela serviu de pretexto para não dar o pão nosso de cada dia aos necessitados. Pelo menos é esta a impressão que me causa. Na época inquieta em que vivemos há tanta balbúrdia, e opiniões tão diversas em todos os setores, que o setor artístico também não escapou à regra. Mesmo sobre pintura há cada uma!

Senão vejamos: a pintura é uma transposição; é uma manifestação; é uma mensagem; é um reflexo; é fixação do momento emotivo; é expressão; é impressão; tem que ser abstrata; tem que ser deformada; a essência está nas côres e não nas formas; na poesia; nos assuntos; na perspectiva; no movimento; nas linhas; no claro-escuro; nas massas; nas pinceladas; na composição; na harmonia etc. etc. (Deus me acuda).

As opiniões acima enumeradas, contêm, sem dúvida, uma grande parte de verdade, porém insuficientemente dita. Aquelas comparações são, nada mais nada menos,

do que a exposição de adjetivos que alguns colegas exploram sabidamente, e até vergonhosamente. Mistificam-se, ao considerarem o artista uma espécie de sacerdote ou líder da humanidade, o que em última análise é o aproveitamento máximo da confusão em benefício próprio. Não devemos proceder desta maneira. Tenhamos coragem para reconhecer a verdade nua e crua: a sociedade jamais precisou do artista. Pelo contrário, o artista, êste sim sempre precisou da sociedade.

Quando me refiro ao servilismo e dedicação do artista à sociedade em que êle vive, penso naturalmente numa determinada classe de sociedade. Não há dúvida de que o interesse psíquico (ou seja — emotivo) para iniciar um trabalho é um interesse puramente individual e subjetivo. Porém, a condição física do artista de “poder ter” êste ou aquele interesse é fruto do meio.

Portanto, conduzir ou dirigir um trabalho, não deve ser feito só com a emoção primitiva que é sumamente egoísta. Por isso não “topo” a pintura que contém unicamente manifestações ou problemas individuais.

Se bem que as vezes resolvam plasticamente o quadro, não possuem, porém um ponto de contacto com a massa e porisso isolam-se, encerrando-se numa “torre de marfim”. A arte, para mim, é uma espécie de sobra econômica da sociedade, qualquer que seja a situação financeira do artista.

Logo, esta não pode ser uma espécie de “cheque sem fundo”, como a atitude daquele colega que chegou a declarar: “Eu tenho dinheiro para manter-me; felizmente não dependo da pintura. Pinto para mim e para os ricos que podem pagar bem. Não tenho nada com a sociedade, nem esta comigo, ou com a minha pintura. Faço o que quero e o que sinto”.

Francamente, invejei a situação econômica do colega, que lhe permite dizer “faço o que quero e o que sinto”, e ao mesmo tempo senti profundo desprezo pela sua atitude isolacionista. E não discuti mais. Para quê?

Principalmente aqui, em São Paulo, entre os pintores jovens, domina uma tendência interessante e perigosa, que considera a “liberdade” como uma “fuga” do compromisso ou da disciplina. E’ interessante observar, pela interpretação que dão a esta palavra, como é perigosa tal procura da liberdade.

Um colega certa vez citou a seguinte frase, garantindo não ser dele: A liberdade não é um presente do céu; é preciso conquistá-la. Perguntei-lhe então: Com quê? Esta pergunta ainda está de pé; e eis a razão pela qual intitulei êste artigo “Minha dúvida sobre a pintura”.

Resenha de artes plásticas

Ciro Mendes

Uma resenha, por mais impessoal que pretenda ser, acabará sempre por denunciar as inevitáveis preferências de quem as redige. Por isso mesmo declaramos, antes de mais nada, que as omissões serão aqui inteiramente propositais. Registraremos, nessas páginas, aquêles fatos que, dentro do nosso ângulo pessoal, nos parecerem os mais importantes. Com tôda a certeza alguns irão achar o nosso ângulo por demais estreito. Nêsse caso, também, a culpa será exclusivamente nossa. Procuraremos, no entanto, focalizar os acontecimentos plásticos com a compreensão mais ampla possível e, talvez não seja preciso adiantar, dentro de um critério rigorosamente artístico. Banimos, de ante-mão, qualquer manifestação pictórica que mesmo de longe nos cheire a comercialismo. E não teremos a menor parcela de condescendência com a tapeação, venha ela com máscara ou sem máscara, com a improvisação habilmente disfarçada que procura refúgio numa camaradagem desprevenida, e, como êsses, com outros e costumeiros vícios inerentes a qualquer meio artístico. Numa época de traições desavergonhadas, de recuos covardes e de concessões mesquinhas que se preserve, pelo menos, a consciência artística. E' preciso, porém, considerar a visível modéstia do nosso ambiente, provinciano e pobre, a exigir por vários motivos a mais larga simpatia. E' claro que não se pode esperar que de um meio assim limitado brotem sómente obras primas. O encorajamento às vocações honestas e sinceras encontrará, de nossa parte, o mais franco e decidido apôio.

Isto posto, assim um tanto jactansiosamente, vejamos. Das galerias de São Paulo a única que vem mantendo uma orientação artística é, sem sombra de dúvida, a Galeria "Domus". As outras vegetam, às moscas. O que de certa maneira nos autoriza a afirmar que o público paulistano já elevou bastante o seu nível artístico. Pouca gente ainda vai atrás dêsses "acadêmicos" raquiticos que teimam, obstinadamente, em desconhecer a evolução das artes plásticas. Na moderna sala da rua Vieira de Carvalho expuseram, nêsses últimos meses, alguns dos pintores mais representativos de São Paulo. Alfredo Volpi, Mário Zanini, Bassano Vacarini, Valter Levi, Takaoka, Micky, Susuki, Di Prete, Miani, Sergio Milliet, o estreante José Antônio da Silva e a escultora Elizabeth Nobile. De Alfredo Volpi, poderemos dizer que manteve o seu alto nível de pintor. Rebolou esforça-se encarniçadamente por uma renovação difícil. Mario Zanini ganhou, paulatinamente, em segurança e sustentou a sua vocação de paisagista. Vacarini apresentou uma tentativa mais ou menos feliz de pintura abstrata. Valter Levi experimentou uma mudança de "assunto" com certa depuração na côr. Takaoka continúa prêso a uma noção de objetividade inteiramente pessoal. Susuki estreiou como aquarelista firme, mas tateando ainda no óleo. Di Prete apresentou uma pintura de alta nobreza e de insofismável valor plástico. Miani deu uma amostra do seu conhecimento do ofício e de suas possibilidades inegáveis. Micky Carnicelli demonstrou, mais uma vez, o seu admirável entusiasmo e a riqueza transbordante do seu temperamento. Sergio Milliet revelou-se um pintor ainda algo desorientado, sensível em demasia às influências. E, finalmente, José Antônio da Silva, que foi a maior revelação pictórica do semestre.

Em escultura tivemos a exposição de Pola Rezende, na Galeria Prestes Maia. Dona de uma sensibilidade firme, de grande poder de realização de um entusiasmo contagiante, Pola Rezende já atravessou os primeiros obstáculos da escultura. Vamos ver, agora, o que acontecerá daqui por diante. Irene Hamar expôs no Museu de Arte curiosas tentativas de escultura abstrata. E Elizabeth Nobile deu uma prova convincente de que já domina a forma e está apta, portanto, a exprimir a sua personalidade.

Foi, como se vê, o tempo das escultoras.



Disque a vida aí na Vila
 Tá ficando de duê
 Vi dizê que ocêis também
 Já não pode nem cumê...

Disque tudo tá subindo
 Leite, carne, arros, feijão...
 (E que só não sóbe os ganho
 Dos que tem mais percizão)

Ocêis pensum, cum certeza,
 Que é pra nóis que vem os cobre?
 Quar o quê! Nóis só se mata
 Mais ficamo sempre pobre.

Si nois tamo na miséria.
 E ocêis tão também ficando
 Deve ter arguem no meio
 Que a nós dois está robando.

Zé Veridiano

Alguns erros do snr. Thalheimer

J. G.

Concluiu o "O Estado de São Paulo", recentemente, a publicação de um longo artigo do snr. August Thalheimer, intitulado "Marxismo e Existencialismo". Uma nota redacional, abrindo a primeira das dez partes em que foi dividida a publicação do artigo, apresenta o snr. Thalheimer como doutor em filosofia e eminente marxista. E, de fato, o objetivo que se propôs o autor foi o de defender o marxismo contra a tentativa de acomodação desta teoria à fenomenologia, tentativa empreendida por certo articulista da "Revue Internationale", de Paris. Parece-nos, todavia, que, em alguns pontos importantes, é necessário defender o marxismo da "defesa" do snr. Thalheimer. Não se torna, relativamente penosa essa tarefa, porque o materialismo dialético é todo o contrário de uma teoria amorfa e porque os seus pensadores clássicos primam pelo esforço de serem claros, pela repugnância à obscuridade deliberada. Porisso, não é de admirar que, frequentemente, em matéria de marxismo, errem os doutores em filosofia e acertem pessoas que sempre estiveram muito longe dos títulos acadêmicos...

Anotaremos, a seguir, embora sem aprofundar nos detalhes, alguns erros, que nos parecem mais sérios, na exposição de certas teses marxistas contidas no artigo daquele conhecido escritor alemão. Não será objeto de nossa preocupação o citado trabalho da "Revue Internationale", que desconhecemos, e ao existencialismo aludiremos apenas de início e de maneira geral.

O snr. Thalheimer caracteriza a fenomenologia e o existencialismo como "uma nova variante do idealismo subjetivo". Refere-se à pretensão dessa variante idealista de se colocar acima da contradição materialismo-idealismo e denuncia a "aparência" materialista e, já agora, até mesmo marxista, de que a revestem alguns dos seus doutrinadores. A análise do autor, considerada no plano "puramente filosófico", como, regra geral, o entende a pedagogia universitária, tem, inegavelmente, muita coisa de interessante. Isso, porém, bastaria quando muito a um escolástico, a um acadêmico, que é o que se revela o snr. Thalheimer quando analisa problemas que, do ponto de vista formal, escapam ao "puramente filosófico".

Embora de passagem, observemos que é inexato afirmar que o existencialismo seja uma filosofia característica da pequena burguesia... "vemos refletir-se na fenomenologia e no existencialismo a nova situação da pequena burguesia". Essa afirmação, com maior ou menor exagêro, é várias vezes repetida pelo autor. Na verdade, entretanto, o existencialismo é a filosofia que corresponde exatamente à atual situação objetiva de classe da grande burguesia, principalmente daqueles países em que mais seriamente seu prestígio político foi abalado. Não constituiu mera coincidência o conúbio de Heidegger com o nazismo, nem o é tampouco a coqueluche de Sartre hoje grassando na França. Embora continue sendo o pragmatismo a mais típica filosofia ianque, podemos prevêr, pelos sintomas atuais, que uma floração existencialista desabrochará nos Estados Unidos ao fragôr da próxima crise econômica (inútil acrescentar que isso aumentará enormemente a excitação dos alto-falantes existencialistas, que já funcionam no Brasil). E' a grande burguesia imperialista que necessita, hoje, de difundir uma concepção nihilista e pessimista da vida humana, ela é quem procura anular a consciência social pelo irracionalismo feroz,

ela é quem carece da justificação amoral e cínica de toda a espécie de aventuras e crueldades. Os grão-senhores do capital financeiro não desprezam, sem dúvida, os recursos ideológicos, que lhes advêm de outras doutrinas, mas é o existencialismo (Husserl, Heidegger, Sartre) que se ajusta, como uma luva, à sua atual situação objetiva de classe e ao seu atual estado de espírito. Tem, porisso, importância circunstancial e secundária o fato de ser êsse ou aquele teórico existencialista um intelectual de origem pequeno-burguesa, porque sua função se reduz, num caso dessa natureza, ao papel de veículo, de agente comercial da excrescência ideológica da classe dominante nos países imperialistas.

A questão não encerra um interesse meramente especulativo. Se o existencialismo, mais do que uma intoxicação de origem estranha ou um equívoco ideológico parcial ou total, reflete precisamente a situação objetiva de classe da pequena burguesia, então podemos considerá-la irremediavelmente perdida para uma aliança revolucionária com o proletariado. O snr. Thalheimer chega a vêr na pequena burguesia, ansiosa de conservar a sua propriedade privada, a principal força motriz do fascismo, embora assinalando no capital monopolista o seu único beneficiário. Se é a pequena burguesia, como classe, quem tem a iniciativa de agir, conciente ou inconcientemente, em direção do fascismo, a formação dêste regime político poderia prescindir perfeitamente do capital monopolista, como sua "nota", para empregar um termo filosófico, isto é, como sua marca definidora. Tal a contradição do autor.

Na verdade, porém, o foco do existencialismo e do fascismo reside na burguesia imperialista e é necessário identificá-lo para não errar na ação prática. Quanto à pequena burguesia, a sua atual situação objetiva de classe a tem conduzido e a conduzirá cada vez mais para uma aliança revolucionária com o proletariado. A pequena burguesia dos nossos dias também possui, sem dúvida, uma ideologia característica, que é o ecletismo, o reformismo nas suas múltiplas variações. Mas, nem essa ideologia, cuja influência não é para desprezar, nem a sua extrema heterogeneidade e as suas inevitáveis vacilações como classe, têm podido impedir que grandes massas pequeno-burguesas, premidas pela experiência concreta, se coloquem cada vez mais firmemente contra o fascismo e o capital monopolista. O próprio snr. Thalheimer, na conclusão do seu artigo, afirma que a ação revolucionária, mais do que o rompimento ideológico (é evidente), pode abrir novos horizontes à pequena burguesia. Na realidade, essa ação revolucionária, que seria impossível sem uma base objetiva, já se encontra mesmo, neste após-guerra, num grau avançado de maturidade e já reforçou para largos e importantes setores da pequena burguesia urbana e camponesa uma situação objetiva de classe, que não admite no existencialismo o seu correspondente ideológico.

Não devemos idealizar a pequena burguesia, a cujas inevitáveis vacilações já nos referimos, inclusive acreditando que a situação objetiva seja suficiente, em si mesma, para levá-la a uma aliança mais ou menos firme com o proletariado, contra a opressão da classe dominante. Não devemos, tampouco, vêr no apêgo da pequena burguesia à propriedade privada uma condição reacionária em tôdas as etapas do processo revolucionário, porque, na verdade, até uma certa altura do processo, tal condição influe precisamente para colocar a classe média contra o grande capital, que diariamente está esmagando e aniquilando a pequena propriedade ou tornando piores ou intoleráveis as condições de vida das massas de funcionários, profissionais liberais etc. O fator que influe decisivamente na atitude da pequena burguesia é a unidade e a força do proletariado dirigido na sua atuação política pela sua ideologia de classe — o marxismo-leninismo. Foi a falta de unidade do proletariado, cindido pela traição social-democrata, que não pode impedir, na Itália e na Alemanha, fossem diversos setores da pequena burguesia arrastados pelo engano demagógico do capital financeiro, que os conduziu à aventura fascista. A segunda guerra mundial constituiu, entretanto, uma experiência concreta, muitíssimo séria. O proletariado, como classe, é inconciliável com a ideologia pequeno-burguesa e é seu dever dar combate, fundamentalmente, aos reformistas que obedecem à batuta do imperialismo. Mas, seria uma tolice se o proletariado perdesse a perspectiva, dentro das condições específicas de cada país, de conquistar o apêio de massas, cada vez mais vastas, da pequena burguesia, sobretudo rural, não só para a revolução democrático-burguesa, como até mesmo, em medida impossível de prevêr com absoluta precisão, para a transição ao socialismo.

E' essa importantíssima perspectiva que falta completamente ao snr. Thalheimer, o que é grave sobretudo se considerarmos que o seu artigo foi escrito nas condições do ano de 1947. O autor se preocupa com os intelectuais. Se, todavia, por um lado,

certos grupos de intelectuais, mais ou menos numerosos, se têm deixado fascinar pelos propagandistas da nova moda, levados algumas vezes pelo engôdo pseudo-materialista do existencialismo, como desconhecer, por outro lado, as grandes camadas de intelectuais, incluindo altos valores da ciência e da arte, que proclamam sua adesão ao marxismo?

— II —

Na parte VI do seu artigo, responde o autor aos fenomenologistas no terreno da “teoria da revolução” e aborda a questão das relações entre a infra-estrutura e a supra-estrutura. Analizemos a absurda confusão que o snr. Thalheimer articula em torno do problema.

Pergunta êle aos fenomenologistas: — “... a que esfera pertencem essas classes, porta-bandeiras da luta de classe, em relação à infra-estrutura e à supra-estrutura?” E responde: — “Como agentes econômicos são, sem dúvida do domínio da infra-estrutura; como forças políticas, da supra-estrutura. Como porta-bandeira de uma ideologia de classe, elas pertencem à cúpula da supra-estrutura. Como a infra-estrutura e a supra-estrutura podem ser autônomas, já que representam sómente aspectos diversos da atuação de um só sujeito coletivo?” E, mais adiante, volta a se referir aos “diferentes lados da atuação de um só sujeito”.

Onde aprendeu o snr. Thalheimer, dentro do marxismo, que as classes são sujeitos de cuja atuação a infra-estrutura e a supra-estrutura não passam de lados, de aspectos? A atuação de uma classe possui, sem dúvida, um aspecto econômico e um aspecto ideológico (político, jurídico, etc.). Mas, a infra-estrutura e a supra-estrutura são fatores que determinam e condicionam as classes, a sua atuação e os aspectos de sua atuação. De acôrdo com a formulação do autor, deveríamos admitir a eternidade das classes tais como inicialmente apareceram, já que são “sujeitos” e já que os fatores que poderiam transformá-las são, muito modestamente, apenas “aspectos” de sua atuação. Essa atuação, que, sem dúvida, se desenvolve em variados terrenos, em virtude da complexidade da vida social, seria, então, onipotente. Isso seria negar, claramente, a tese marxista de que as classes surgem, se formam, se transformam e finalmente desaparecem, primordialmente, em consequência de algo que é muito mais que um mero aspecto, de algo que é um fator (anotemos — um fator) decisivo e concreto, cientificamente mensurável: — o estado de coisas dentro da infra-estrutura econômica, o gráu de desenvolvimento das fôrças produtivas e das relações de produção. A formação das classes obedece rigorosamente ao nível das fôrças produtivas e ao dispositivo das relações de produção, sem que isso exclua as diversas intervenções e influências da supra-estrutura ideológica derivada da infra-estrutura material. Situação de classe significa a posição que determinado agrupamento social ocupa dentro do processo da produção e distribuição econômica, numa sociedade em que êsse processo implica em relações de subordinação de uns homens por outros. “O modo de produção da vida material determina, de uma maneira geral, o processo social, político e intelectual da vida” — afirmou Marx no seu célebre prefácio à “Crítica da Economia Política”. O modo de produção da vida material (a infra-estrutura) determina, por conseguinte, também as classes, que, obviamente, fazem parte do processo social. O snr. Thalheimer, porém, denunciando o estilo escolástico do seu raciocínio, a marca do alemão doutor em filosofia, desprezou a rica e científica terminologia do marxismo, enredando-se com o problema do “sujeito”, cuja presença constata em dois “domínios”, os quais são, por fim, transformados em “aspectos” da atuação do “sujeito”.

O autor teria podido evitar êsse êrro se tivesse procurado definir as classes dentro de um progresso dialético e não as elevando, como fêz, à categoria de entidades metafísicas. Perguntar se as classes pertencem a esta ou aquela esfera, tem o mesmo sentido que perguntar a que esfera pertence o próprio homem ou a própria sociedade, como conjunto. Em outros têrmos, trata-se de uma pergunta sem sentido (lembramos que as “esferas” do autor não são outra coisa senão fatores, com relações entre si).

E’ a vida material dos homens (não esqueçamos que os próprios homens, pela sua fôrça física e pela sua experiência técnica, constituem, juntamente com os meios de produção, aquilo a que se denomina de fôrças produtivas), é a sua atividade para produzir os objetos necessários ao seu consumo direto ou indireto, que reúne os homens em sociedade, inicialmente não dividida em classes, porque o seu processo de produção e dis-

tribuição não implica em relações de subordinação. Chegados a êste ponto, podemos constatar facilmente todo o vazio da formulação do sr. Thalheimer. Na primitiva sociedade sem classes, no regime do comunismo primitivo, não existia ainda o famoso “sujeito” e logo não existiam “os diferentes lados de sua atuação”, isto é, as “esferas” da infra-estrutura e da supra-estrutura, ou então existiam as “esferas”, os “lados” ou “aspectos” da atuação de um “sujeito” ainda inexistente. O sr. Thalheimer poderá resolver êsse “imbroglio”, nunca porém com o seu estilo de raciocínio e a terminologia metafísica. Poderá resolvê-lo unicamente se utilizar o verdadeiro método marxista e a rigorosa terminologia científica, que lhe corresponde.

Passemos adiante, porém. E’ a vida material, outrossim, que, mais tarde, irá dividir os homens em classes, como inevitavelmente, a certa altura do seu desenvolvimento, do choque e da superação de suas contradições, determinará a formação de uma sociedade sem classes (trata-se aí de uma sociedade sem classes de tipo muitíssimo mais elevado do que o comunismo primitivo). A vida material, simultaneamente ao seu desenvolvimento, se reflete na consciência social dos homens (que, está claro, não é a simples soma aritmética das consciências individuais) e condiciona a criação de uma supra-estrutura ideológica, naturalmente complexa e cuja influência de retorno sôbre a vida material, sôbre a infra-estrutura, é ressaltada, nos seus devidos têrmos, pelos clássicos do marxismo.

“Segundo a concepção materialista da história, o fator determinante na história é, em ultima instância, a produção e reprodução da vida real”. — escreveu Engels na sua carta a Joseph Bloch, datada de 21 de setembro de 1890. Mas, insiste Engels, em última instância não significa o único determinante. Também os fatores ideológicos, acelerando ou retardando, influem sôbre os acontecimentos, “... determinam-lhes, em muitos casos, de maneira preponderante, a forma” (Engels). E escreve ainda o companheiro de Marx: — “Há ação e reação de todos êsses fatores, no seio dos quais o movimento econômico termina necessariamente por abrir caminho...” Pois bem, sr. Thalheimer, é essa ação e reação que cria e transforma a sociedade, as classes, a consciência social.

O homem surge sôbre a terra como o resultado de uma longa evolução biológica. A partir do momento, porém, em que surge como homem, é êle submetido a um conjunto de causas, que não mais são biológicas (está claro que estas permanecem), mas que são igualmente materiais. Êste conjunto de causas, originais, primárias, é o que constitui precisamente a produção e a reprodução da vida material dos homens, sôbre cuja base se eleva, como efeito e como conjunto de causas derivadas, secundárias, uma complexa consciência social.

— III —

Vejamos, agora, como o sr. Thalheimer pisa o terreno da “teoria da revolução”. Assinala êle uma diferença específica entre os processos da revolução burguesa e da revolução socialista: — “As reações são diferentes na revolução burguesa e na revolução socialista”. Ficamos ansiosos por tomar conhecimento dessa diferença. Eis como a explica o autor: — “A forma socialista de produção não pode desenvolver-se em maior escala no seio da sociedade capitalista com a qual não pode coexistir, nem crescer e manter-se por muito tempo. A razão é simples. O estabelecimento industrial capitalista surgiu como estabelecimento isolado. Em virtude de sua natureza econômica, pode aparecer e conservar-se como excrescência que destrói outras formas econômicas, como, por exemplo, a feudal. O setor econômico capitalista, que se constitui no campo da economia feudal, representa então simplesmente uma soma de estabelecimentos individuais e independentes. A economia socialista, pela sua própria essência, por suas condições de existência, é, de antemão e imediatamente, social. Os seus componentes individuais são determinados pelo conjunto. Tal circunstância implica em que só uma economia socialista mundial lhe dê a forma inerente e apenas assim tenha definitivamente assegurada a sua existência”.

Aí está o que poderemos chamar de marxismo do sr. Thalheimer, nunca, porém, o de Marx (afinal, o primeiro marxista), o de Engels, de Lenin e de Stalin. Assinalemos, esquemáticamente, as teses fundamentais do marxismo-leninismo, que o sr. Thalheimer põe de lado sem certas nem explicações.

1) — O autor admite que da economia feudal à capitalista foi possível haver uma fase de transição. Entre a economia capitalista e a socialista, todavia, essa fase de transição é impossível. A economia socialista deverá surgir mundial, acabada e definitivamente, e deverá surgir automaticamente.

E' evidente que uma economia socialista mundial só poderá existir sob a condição de que a produção, em todos os setores econômicos, tenha atingido um elevado conteúdo social, o que implica na eliminação completa dos restos, ainda muito vivos em numerosos países, de regimes econômicos anteriores ou de formas atrasadas do próprio capitalismo. Essa premissa impõe obrigatoriamente certas deduções. Enquanto a economia socialista está impossibilitada de existir, só poderá caber à economia capitalista a missão de dar um elevado conteúdo social a toda a produção mundial, o que implica em absoluta confiança na capacidade organizativa do capitalismo. Devemos concluir, em seguida, que o proletariado não deve pensar no poder político enquanto não houver possibilidade para uma economia socialista mundial, uma vez que, antes disso, a única coisa que estaria ao seu alcance não seria mais do que continuar desenvolvendo a economia sob a sua forma capitalista existente. Ao governo proletário, apesar de toda a sua boa vontade, não restaria senão se acomodar mais ou menos e esperar.

Quem não tinha razão eram, pois, Marx e Engels que, repetidas vezes, falaram na fase de transição, advertindo o proletariado sobre as árduas tarefas que, então lhe caberiam. Não tinham razão porque, já no seu tempo, quando o grau de extensão e concentração da indústria era muito inferior ao de hoje, conclamavam a classe operária dos países adiantados a lutar pela revolução socialista. Também Lenin não estava com a razão, ao escrever tão categoricamente: — “A transição do capitalismo para o socialismo enche toda uma época histórica. Entretanto, essa época ainda não passou...” (“A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”). O verdadeiro e ainda eminente marxista não é outro senão o sr. Thalheimer...

Na verdade, Marx nem Engels jamais consideraram necessário esperar por uma economia mundial de conteúdo inteiramente social para que, então, se realizasse a passagem a uma economia socialista. Falavam da revolução nos países mais adiantados e, assim, não consideravam um estorvo essencial o simultâneo atraso econômico da maioria dos países. Os fundadores do marxismo tinham a opinião de que, com um certo grau de condições objetivas, que já existiam na sua época, poderia o proletariado utilizar o poder político para reorganizar toda a sociedade, inclusive a sua economia, sobre bases socialistas. Sabiam que, mesmo nos países adiantados, subsistiam restos de formas econômicas anteriores ou de formas atrasadas do próprio capitalismo e não achavam que isso era motivo para esperar. Referindo-se ao processo de transformação socialista dos camponeses, escreveu Engels: — “Não é necessário esperar que a produção capitalista se desenvolva até as suas últimas consequências, que o último camponês e o último artesão sejam esmagados pela grande produção capitalista para lutar por essa transformação”. (“A Questão Agrária”). O próprio sr. Thalheimer, ao caracterizar a economia socialista, se refere, contraditoriamente, na parte V do seu artigo, aos “restos da velha economia individualista que se conservam no seio da nova, como, por exemplo, os produtos dum pedaço de terra cultivada individualmente dum camponês de kolkoz da URSS ou duma horta que um operário faça”.

O capitalismo, em virtude da sua contradição fundamental (o caráter social da produção e a forma privada da apropriação), é incapaz de dar um elevado conteúdo social absolutamente a toda a economia nacional, quanto mais à economia mundial. Ele é capaz de fazê-lo nos limites de certos setores, precisamente aqueles que, com mais frequência, são submetidos à forma monopolista. Mas, o faz de maneira tremendamente desigual. Entre os monopólios não se elimina, antes se agrava a concorrência, enquanto um setor ponderável da economia permanece naquilo que se pode denominar de “área da livre concorrência”. Acontece ainda o seguinte fenômeno, que Lenin assinala no seu artigo “Marxismo e Revisionismo”: — “O capitalismo cria de novo, infalivelmente, toda uma série de “camadas intermediárias” (apêndices das fábricas, trabalho a domicílio, pequenas oficinas disseminadas por todo o país, em virtude das exigências da grande indústria, por exemplo, da indústria de bicicletas e automóveis, etc.”). Além disso, o capital, submetendo aos seus interesses toda a vida da sociedade, tem interesse, em determinadas condições, de conservar formas semi-feudais ou certas formas capitalistas atrasadas de produção. E' o que se vê, particularmente, entre as metrópoles imperialistas e as colônias e semi-colônias. De qualquer maneira, mesmo no país capitalista mais adiantado, caberá ao proletariado a ingente tarefa de preencher as imensas lacunas deixadas pelo capitalismo no arcabouço econômico. Nem todos os setores da produção poderão ser socializados ao mesmo tempo e isso determinará, por um período que pode ser curto ou

longo, de acôrdo com as condições específicas de cada país, a coexistência de formas socialistas com formas capitalistas de produção, até atingir, de modo completo, aquela economia da qual o snr. Thalheimer diz que "os seus componentes individuais são determinados pelo conjunto". É um processo penoso, mas tem que ser e só pode ser assim mesmo. Lenin é que estava com a razão, ao escrever:— "Não se pode construir o comunismo senão com os materiais criados pelo capitalismo... Esta é a dificuldade para a construção da sociedade comunista, porém é também uma garantia de que pode ser construída e que será construída".

Em conclusão: se não precisamos esperar que o capitalismo dê um absoluto e elevado conteúdo social à tóda a economia nacional ou mundial — o que importaria em adiar indefinidamente a revolução socialista — se não causa danos insustentáveis à economia socialista a sobrevivência, no seu seio, durante algum tempo, de "restos da velha economia individualista" — então não há motivo para recusar a possibilidade, num determinado país ou na arena internacional, da coexistência, por um certo período, de formas socialistas com formas capitalistas de produção. O que é indispensável, isto sim, é que os setores decisivos da produção se encontrem firmemente sob o contrôle do proletariado como classe politicamente dirigente. De posse desses setores, poderá o proletário transformar gradativamente o resto da economia, que permaneceu mais ou menos capitalista. Aliás, é impossível suprimir de golpe certos instrumentos da economia capitalista, como, principalmente, o comércio e o dinheiro, que durante longo tempo deverão ser racionalmente utilizados pelo estado socialista. A lei do valor, que êste estado também domina cientificamente, permanece atuando durante tóda a fase de transição.

Para ilustrar o que ficou dito acima, basta o exemplo da URSS na época da NEP. É decisivo, também, o exemplo dos regimes econômicos, tipicamente de transição, hoje vigentes nos países da Europa centro-oriental. E ainda recentemente, o snr. Hilary Minc, ministro da Indústria e do Comércio da Polônia, respondendo à pergunta se se podia considerar socialista a indústria nacionalizada de seu país, escrevia o seguinte: — "É fóra de dúvida que se pode e que se deve considerá-la como uma indústria possuindo um grande número de elementos socialistas". ("Democratie Nouvelle", n.º 8, 1947, Paris). Portanto, como se vê, a própria indústria nacionalista da Polônia ainda não é de todo socialista, mas possui elementos socialistas, sem dúvida os elementos preponderantes.

b) — O snr. Thalheimer, considerando que a economia socialista só pode adquirir a sua forma inerente em escala mundial, nega formalmente a possibilidade de construção completa do socialismo num só país (sem que, entretanto, se atreva a negar a existência do socialismo na URSS). Essa possibilidade existe e decorre de tudo o que foi escrito no item — a — e de que, na etapa imperialista, o desenvolvimento desigual do capitalismo se torna uma lei decisiva. Eis uma tese fundamental do lenismo que o snr. Thalheimer não poderia ignorar e, se com ela não concorda, deveria refutá-la com argumentos explícitos. O fato é que o desenvolvimento agudamente desigual do capitalismo possibilita o rompimento da cadeia imperialista num determinado ponto e daí a possibilidade de construir o socialismo para um só país, que necessariamente não precisa ser o mais adiantado do ponto de vista econômico-capitalista.

c) — O snr. Thalheimer confunde a construção integral da economia socialista num só país, a coexistência dessa economia socialista, por um período mais ou menos prolongado, com a economia capitalista dos demais países e a sua garantia definitiva contra qualquer possibilidade de restauração capitalista. São problemas muito diferentes. O país que tiver rompido a cadeia imperialista poderá construir integralmente, no âmbito nacional, a economia socialista, que coexistirá durante certo tempo com a economia capitalista dos demais países. Mas a garantia definitiva contra qualquer possibilidade de restauração capitalista só existirá quando o socialismo fôr o regime imperante na maior parte dos principais países da terra. É esta uma tese de Lenin e Stalin que caberia ao snr. Thalheimer refutar também com argumentos explícitos.

Aliás, tódas as teses acima enumeradas não se referem a um futuro longínquo. A realidade dêstes últimos decênios já as confirmou magnificamente.

O snr. Thalheimer, que andou à cata da diferença específica entre a revolução burguesa e a revolução socialista, tê-la-ia encontrado se lesse com mais atenção o prefácio já citado de Marx à sua "Crítica da Economia Política". Escreve aí o fundador do socialismo científico: — "Em tese geral, podem ser considerados os modos de produ-

ção asiática, antiga, feudal e burguesa, como as épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesa constituem a última forma antagônica do processo de produção da sociedade". E pouco adiante, acrescenta: — "Porém, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, criam, ao mesmo tempo, as condições materiais indispensáveis para resolver este antagonismo. Com este estado social se encerra a pré-história da sociedade humana". Aí está, portanto, em poucas palavras, o "x" da equação: tôdas as revoluções precedentes substituíram, no poder, a antiga classe exploradora pela nova classe exploradora; a revolução socialista — pelo menos segundo o marxismo que não é o do snr. Thalheimer — deverá liquidar definitivamente, com tôdas as classes exploradoras e, em seguida, com as classes em geral.

— IV —

Na parte IX do seu artigo, o snr. Thalheimer, de volta ao terreno da "teoria da revolução", aborda alguns problemas da atualidade. Sôbre isso faremos apenas ligeiras observações.

Escreve o autor: — "Mesmo onde a revolução democrático-burguesa ainda está na ordem do dia (por exemplo, em muitos países do oriente), êsse movimento é subordinado à contradição predominante entre a revolução socialista e a contra-revolução capitalista. Ao mesmo tempo, todos os movimentos pequeno-burgueses locais, subordinaram-se à luta entre a expansão dos Estados Unidos e a expansão da União Soviética. Todos os movimentos revolucionários e contra-revolucionários se polarizam devido a êsse contraste geral e predominante".

O autor, como se vê, coloca os Estados Unidos e a União Soviética nos dois polos dos acontecimentos políticos do mundo atual e considera que, em ambos os polos, há expansão, o que de certo modo os igualaria. Será que se pode classificar de expansão o prestígio internacional da URSS, o pêso das suas opiniões nos debates diplomáticos? Se isso não é "expansão" que é que em tal caso, poderia significar a "expansão" da URSS? Infelizmente, o snr. Thalheimer julga dispensável esclarecimentos a respeito.

Além do mais, segundo se depreende do trecho acima reproduzido, o autor concebe os acontecimentos políticos atuais como excessivamente determinados por fatores externos, que são os dois polos já conhecidos. Tal concepção naturalmente, não pode ser marxista. Fator interno, o desenvolvimento nacional, peculiar de cada país, continúa influenciando decisivamente, conjugado, está claro, ao que sucede em escala internacional. E, finalmente, a revolução democrático-burguesa não está subordinada à revolução socialista. Apenas, como dizia Lenin, na época do imperialismo não existe uma "muralha chinesa" entre uma e outra. A transição de uma a outra com maior ou menor rapidês depende de uma série de fatores, dentre os quais não é o menos importante a capacidade efetiva de liderança da classe operária. Na época em que o capitalismo atingiu a etapa imperialista, não é possível pensar em revolução democrático-burguesa sem que o proletariado exerça a hegemonia do movimento. Tôda a revolução democrático-burguesa constitui, também, simultânea e inevitavelmente, um movimento contra o imperialismo, contra a sua exploração e as suas guerras de agressão. Tais circunstâncias permitem que a revolução democrático-burguesa, uma vez atingida (sem qualquer subordinação à revolução socialista), venha a ser rapidamente ultrapassada, de acôrdo com o desenvolvimento de um processo, que varia especificamente de país para país.

O snr. August Thalheimer, doutor em filosofia e, sem que se saiba porque, também "firmemente marxista", deu a entender, no início do seu artigo, que se propunha combater os perigos existencialistas que ameaçam "desnortear ainda mais as mentes no campo do movimento operário, já desorientadas pela própria confusão reinante neste após-guerra".

Tudo indica que o snr. Thalheimer não constatou a confusão reinante no seu próprio cérebro.

“Nossa máxima culpa”

L. C. D.

É um livro diferente, este com que estréia o Sr. Miécio Tati, escrito num estilo seu, numa maneira bem sua, procurando os seus próprios caminhos, sem querer seguir tendências, escolas ou modas.

“Nossa máxima culpa”, como o próprio autor o confessa, nem sempre chega a ser um romance, fugindo-lhe às formas convencionais de construção, abeirando-se por vezes perigosamente da crônica. Parece mais uma história falada do que uma história escrita; é uma conversa mansa que o autor vai tendo ora com o personagem, ora com os leitores, uma conversa em tom macio, às vezes meio desencantado, às vezes um pouquinho irônico, mas sempre repassado de ternura, porque o autor ama seus personagens, ama o seu “Herói”. Amor, porém, desprovido de fé; amor um tanto protetor, um tanto imbuido de superioridade, como o do dono por seu cachorrinho. Essa conversa tôda vai girando em volta de Jorge, o “Herói”, de Esmeralda, a “companheira”, e dos filhos, os “curumins”, um dos quais, o Bastião, com forte vocação para anjo, ganha um par de asas logo nos primeiros capítulos, coisa que se repete, mais tarde, com Juvenal, o mais velho e mais promissor de tôda a prole.

O “Herói”, pelo livro afóra, vai perdendo muitas coisas, muitos bens, e dos mais preciosos. que o próprio autor enumera: perde dois filhos, que morrem, perde um filho, que foge, perde a perna num desastre, perde os vários e sucessivos emprêgos, e, antes disso, já perdera, primeiro a fé, depois a esperança... E o estranho é que o Herói, que tanto perde, não ganha, em troca, êsse sentimento justificável — oh, tão justificável, se o adquirisse, após tantas perdas e nenhum lucro:— o sentimento da revolta.

Nesse tom gostoso de conversa, o autor conta-nos de Jorge e sua gente, e dos outros personagens, secundários no romance, mas de grande importância para a vida do “Herói”, pois são, na realidade, aqueles que a regem e determinam: Dr. Amâncio, o Homem Cínico, os componentes do PUCO, aqueles que puxam os cordéis dos desengonçados bonecos que são os Jorges inumeráveis. É pena que, de quando em quando, o autor interrompa sua conversinha direta com os leitores ou com os personagens, para outras conversas laterais, que cortam bastante a unidade do livro, como, por exemplo, a franciscana conversa com os peixes de Paquetá, e as divagações, num estilo em que transparece uma saudosa reminiscência de Mário de Andrade, sôbre as barcas da Cantareira e os seres e objetos que elas carregam.

Mas, de qualquer maneira, apesar dessas escapadas meio líricas, meio desabusadas, o autor possui bastante espírito de concisão, e, embora “conversando fiado”, não cede a essa nova esparramada maneira brasileira de fazer romance — da qual constituem exceções, sem dúvida, o velho Machado e Graciliano Ramos, sécos, disciplinados e contidos.

Bem brasileiras, no entanto, são sua linguagem, curada, simples e saborosa, o seu mulato Jorge e a sua mulata Esmeralda, os seus políticos do PUCO, o Dr. Amâncio, em quem se concentram tôdas as qualidades negativas e os defeitos ativos de um “bom vivante” da classe média; bem brasileiro e, principalmente, bem carioca, o ambiente de seu livro, suas paisagens, suas ilhas, suas ruas, seu carnaval, seu Natal de “distribuição aos pobres”, seu S. João de balão subindo.

Declarei, acima, que o autor procura seus próprios caminhos... Procura-os, sim, mas evidentemente, não encontrou ainda os seus caminhos definitivos: não os encontrou o autor, nem os encontrou o personagem, e ambos tateiam através das páginas do livro, buscando uma solução para o caso do “Herói”; uma solução que não é, não pode ser, nem a que o “Herói” parece encontrar para si mesmo — aquela resignação passiva de vencido, aquele conformismo, aquela aceitação suave e muda de tôdas as coisas más dolorosas e imerecidas de sua sorte — nem a que o próprio autor nos aponta no final: a solução do amor, a que consiste em gritarmos, nós, os “frequentadores da calçada cheia de luz, do lado bonito da vida, principalmente porque somos responsáveis pela viabilidade da justiça”, batendo no peito, em sinal de “contrição e arrependimento”, o “Nossa

Culpa... Nossa Máxima Culpa! — como se essa confissão bastasse para endireitar a mocidade, como se a justiça social fosse coisa de cima para baixo, qual uma benção, qual uma dádiva, qual um favor, e não arrancada de baixo para cima, qual um direito por fim conquistado.

A primeira “solução” na realidade não é solução: é deixar o problema como está, com os Jorges e as Esmeraldas sofrendo fome e privações, expulsos de suas casas, de seus morros e de seus emprêgos, perdendo filhos, pernas, fé e esperança, e os curumins definhando, ganhando asas antes do tempo, fugindo de casa para fugir à miséria e caindo, de fato, em miséria maior, as Jovinas cheias de dons artísticos, a quem, em vez da possibilidade de seguir sua vocação entregam filhos alheios para pagar, todos os Jorges, tôdas as Esmeraldas, todos os curumins do mundo afundados em seu destino de rebanhos eternamente tosquiados para que os PUCOS, os “Homens Cínicos” e os Drs. Amâncios lhes usem e lhes vendam a lã. A segunda solução, a reformista, é, por sua vez, utópica, inaplicável, insatisfatória. O autor parece esperar que os partidos eleitoreiros — simbolizados no PUCO —, os exploradores da classe dominante — simbolizados no “Homem Cínico” — os indiferentes e gozadores — simbolizados no Dr. Amâncio — possam concertar, com um pouco de amor, a vida dos Jorges, das Esmeraldas e dos curumins...

De qualquer forma, o livro aponta o problema — e já é bastante, e já é muito, e já é louvável que o autor o tenha sentido e o mostre ao leitor.

Autor e personagem procuram seu caminho, seu verdadeiro caminho. E resta ao leitor a esperança de que ambos o encontrem afinal — o único, o verdadeiro, o definitivo caminho: Miécio Táti, como autor, e Jorge como personagem.

«Nouvel avant guerre?»

M. S.

A segunda guerra mundial determinou transformações fundamentais na estrutura do capitalismo. Alguns aspectos dessas transformações, tais como a derrocada dos imperialismos alemão e japonês, o declínio acentuado dos imperialismos inglês e francês e o fortalecimento formidável do imperialismo yankee, são geralmente conhecidos; falta porém uma análise científica detalhada do capitalismo na sua nova fase do após guerra. Em “Nouvel avant guerre?” (Editions OCIA, Paris, 1947), Henri Claude estuda sistematicamente a nova fase do capitalismo, sua estrutura econômica, suas formas políticas e seus instrumentos ideológicos.

No primeiro fascículo Claude examina a natureza e as condições da expansão econômica americana durante os últimos trinta anos. Claude mostra que, apesar do seu enorme desenvolvimento nos últimos trinta anos, a economia capitalista americana padece, em forma superlativa, de todos os males do capitalismo decadente. Em 1913 o capitalismo americano inicia uma de suas crises cíclicas que se prolongará até 1915. As encomendas de guerra dos Aliados e, posteriormente, as do próprio governo americano fazem cessar a depressão e determinam uma expansão gigantesca da produção que se prolongará até 1920. Em 1920-1921 há outra crise, seguida de uma recuperação que continua até ao “crack” de 1929. Em 1933 a atividade econômica desce ao seu nível mais baixo. Durante os anos seguintes a atividade econômica aumenta, até o novo colapso de 1938. Em nove meses a produção industrial cai de 33%, mais do que durante os 18 primeiros meses da depressão posterior ao “crak” de 1929. A crise de 1938 teria sido ainda mais catastrófica que a de 1929, sem os enormes programas de obras públicas e de armamentos. Só em 1941 foi possível à economia americana voltar ao nível de atividade de 1929. Em trinta anos, houve três períodos de “prosperidade”, dos quais dois foram períodos de guerra.

Claude mostra que a influência das guerras sobre a “prosperidade” econômica não se limitou ao período de hostilidades. As economias individuais acumuladas e as reservas constituídas pelas empresas durante o tempo de guerra asseguram a demanda de

produtos industriais e tornam possíveis novas inversões de capital, mantendo a atividade econômica durante o anos que seguem imediatamente às guerras. Por outro lado os capitais excedentes encontram campos de aplicação na reconstrução de países devastados pela guerra. No período de 1914 a 1920 os cidadãos americanos economizaram 56 bilhões de dólares; no período de 1940 a 1945 as suas economias foram de cerca de 160 bilhões de dólares. As disponibilidades das emprêsas aumentaram de 26,3 bilhões de dólares no período de 1939 a setembro de 1945. Essas reservas servem às emprêsas para enfrentar as vicissitudes dos períodos de após guerra e permitem o renovamento e o aperfeiçoamento das suas instalações, assegurando assim a atividade econômica.

Claude mostra que as guerras desempenharam o papel de fases ascendentes dos ciclos econômicos do capitalismo norte-americano. Os aumentos de produção e da renda nacional dos Estados Unidos nos últimos trinta anos foram essencialmente devidos às duas guerras mundiais. Durante o século XIX as crises econômicas terminavam com novas inversões de capitais, sobretudo na construção de novas vias férreas. O crescimento da rede ferroviária norte-americana cessou na primeira guerra mundial; desde então desapareceu o principal fator de recuperação das crises. Assim a recuperação depois da crise de 1921 só foi possível com as inversões de capital na reconstrução dos países europeus, no desenvolvimento de duas indústrias novas: as indústrias de automóveis e de rádio. Após a crise de 1929 o capitalismo norte-americano já não encontrou mais novas possibilidades de inversão em indústrias de paz e só chegou a uma nova "prosperidade" durante a segunda guerra mundial.

A debilidade básica da economia norte-americana é o desequilíbrio entre a sua capacidade de produção e a extensão do mercado em tempo de paz. Esse desequilíbrio surgiu após a primeira guerra mundial e não foi eliminado até agora. O capitalismo norte-americano tornou-se fundamentalmente um capitalismo de aproveitadores de guerra.

Claude conclue o primeiro fascículo de seu livro mostrando que a primeira guerra mundial iniciou o período de domínio do capital financeiro norte-americano sobre os capitais financeiros das demais potências imperialistas e que a segunda guerra mundial deu aos Estados Unidos o monopólio da exportação de capitais. Os Estados Unidos tornaram-se assim a única potência financeira do mundo. **A fase atual do capitalismo é pois a da concentração total do poder financeiro nos Estados Unidos.**

* * *

No segundo fascículo de seu livro Claude estuda o equilíbrio econômico mundial na época da concentração do poder financeiro nos Estados Unidos. Neste após guerra o desequilíbrio fundamental da economia americana continua a ser o mesmo do período entre as duas guerras, mas imensamente agravado pela enorme expansão da sua capacidade de produção. A produção não pode ser reduzida facilmente porque o preço de custo por unidade aumenta rapidamente com a diminuição do volume da produção, de modo que uma redução apreciável da produção torna a fabricação deficitária. Por outro lado, a diminuição da produção levaria ao desemprego massivo, reduziria o volume dos salários e, portanto, a capacidade de consumo da classe operária, determinando uma crise agrícola que acarretaria inevitavelmente a crise industrial. A única saída é a manutenção de uma indústria de guerra considerável. **O capitalismo norte-americano não pode mais voltar a uma economia de paz integral. Daí a histeria guerreira da imprensa, do rádio e dos homens públicos norte-americanos.**

Além de manter uma produção enorme de armamentos, a economia norte-americana necessita de grandes mercados externos. Os países altamente industrializados constituem os melhores mercados. Daí o interesse dos Estados Unidos na reconstrução dos países da Europa Ocidental e sobretudo da Alemanha. Essa reconstrução oferece também oportunidades para excelentes inversões de capital dos trusts yankees que vão se apoderando rapidamente do controle de toda a indústria da Europa Ocidental. A necessidade premente de incrementar as suas exportações explica também os esforços incessantes do imperialismo americano no sentido de abolir as barreiras alfandegárias e o sistema de preferências do Império Britânico.

O programa de aumento das exportações só pode ser realizado com a concessão de empréstimos aos países da Europa Ocidental. Isso explica os grandes empréstimos feitos à Inglaterra, França e Itália e o plano Marshall, que também vem servir a uma série de objetivos políticos e militares.

A política de incremento das exportações só pode ter um êxito temporário pois, esgotados os empréstimos, os países da Europa Ocidental não mais poderão importar os produtos americanos, já que os Estados Unidos não necessitam dos produtos desses países nem há possibilidade de trocas triangulares como as que tiveram lugar entre a Inglaterra, os países produtores de matérias primas e os países industriais do continente europeu durante o fim do século XIX e o começo deste século. A análise do mercado mundial e das trocas multi-laterais é uma das partes mais interessantes do livro de Claude. Ele observa que as várias formas de "empréstimos" na realidade são a continuação dos Empréstimos e Arrendamentos fornecidos durante a guerra e que nunca poderão ser reembolsados. Citemos as suas palavras:

"Poder-se-ia encontrar um indício mais característico da degenerescência de uma Economia de trocas do que o sistema de Empréstimos e Arrendamentos? Como falar em comércio ou troca quando, em vez de câmbio de mercadorias ou de serviços por mercadorias ou serviços equivalentes, há na realidade distribuição gratuita de produtos como se faria com uma produção de guerra que os beligerantes enviassem "gratuitamente" a seus adversários?"

Na realidade os Empréstimos e Arrendamentos são pagos pelo povo norte-americano e constituem um auxílio do capitalismo yankee aos governos burgueses cambaleantes da Europa, contribuindo indiretamente para que os capitalistas norte-americanos embolsem lucros polpidos. Os trabalhadores norte-americanos, além de sustentar o parasitismo de sua própria burguesia, são obrigados a um trabalho excedente para manter o capitalismo europeu. Essa exploração exagerada dos trabalhadores americanos tende a agravar cada vez mais as suas lutas contra a oligarquia financeira que domina o país e poderá ter consequências imprevisíveis.

Concluindo o segundo fascículo, Claude mostra que, para a manutenção das exportações norte-americanas, seria preciso que a corrente de capitais yankees fluísse indefinidamente e que a Europa os pudesse ir absorvendo. Ambas as condições são irrealizáveis. Para que o afluxo de capitais pudesse prosseguir seria necessário que o sistema de produção capitalista não apresentasse mais crises e que o ciclo das fases de prosperidade e depressão fosse abolido. Isso significaria a própria abolição do capitalismo. Por outro lado a Europa não poderia mais absorver as máquinas e os produtos industriais norte-americanos, depois de concluída a reconstrução, porque então seria necessário paralisar as suas próprias indústrias. Só restará ao capital americano a saída da corrida armamentista e da preparação da guerra contra a União Soviética.

* * *

O terceiro fascículo da obra de Claude trata da luta pela paz na época da concentração do poder financeiro nos Estados Unidos. Não poderemos acompanhar Claude em sua análise detalhada da política interna e externa do capital financeiro norte-americano e das suas várias campanhas ideológicas. Indicaremos apenas alguns dos pontos que desenvolve.

O capital financeiro procura absorver inteiramente o setor não trustificado da economia norte-americana, liquidando ou absorvendo as emprêsas menores. Por outro lado a oligarquia do capital financeiro absorveu completamente a máquina do Estado norte-americano, afastando de todos os postos importantes os homens mais democráticos e substituindo-os por figuras proeminentes do mundo da grande finança ou por militares imperialistas como Marshall. A oligarquia financeira procura liquidar o movimento sindical com a lei Taft-Hartley e as leis de defesa do Estado em preparação. A máquina do Estado norte-americano está passando por um processo semelhante ao que ocorreu na Alemanha antes e durante o nazismo.

Os trustes americanos procuram absorver tôda a economia dos países capitalistas pela formação de sociedades mistas com capitais americanos e indigenas. São particularmente estreitas as relações dos trustes americanos com os ingleses. O trustes americanos se apoderaram da indústria das zonas ocidentais da Alemanha e do Japão.

Ao mesmo tempo que procura abocanhar a economia capitalista mundial, o imperialismo yankee desenvolve um vasto plano militar, político e diplomático para a preparação da guerra contra a U.R.S.S. e as democracias populares. Sob o ponto de vista militar as medidas essenciais são: o estabelecimento de uma rêde de bases militares envolvendo a U.R.S.S. por todos os lados e a criação de um Bloco Ocidental dos países capitalistas da

Europa. O imperialismo yankee atribue uma importância decisiva às regiões polares, pois o continente americano tem fronteiras comuns com a U.R.S.S. no Ártico, desde o mar de Behring até Murmansk. Os yankees instalaram bases na Groenlândia, no Canadá, no Alaska, na Islândia, nas ilhas do Pacífico antes ocupadas pelos japoneses, no Japão transformado em semi-colônia, nas Filipinas, na China, na Malásia, no Oriente Próximo, no norte da África, na Europa Ocidental e dominaram a Grécia. Depois da zona Ártica, a mais importante para um ataque à U.R.S.S. é a do Oriente Próximo e Médio. Partindo das bases do Oriente, a aviação yankee poderá atacar a região petrolífera de Bakú e as indústrias dos Urais. O pacto de defesa do Hemisfério representa uma parte importante dos planos militares yankees.

A constituição do Bloco Ocidental baseia-se na mesma concepção que levou ao fortalecimento da Alemanha depois da primeira guerra mundial e culminou com o advento do nazismo. Naquela época, os imperialismos inglês, francês e americano armaram a Alemanha para lançá-la contra a U.R.S.S.; agora o imperialismo yankee procura criar um Bloco Ocidental com o mesmo objetivo. O plano Marshall é o alicerce do Bloco Ocidental.

No plano político a tática do imperialismo yankee se resume em dois objetivos centrais: neutralizar a classe operária e conquistar o apóio das classes médias. A neutralização da classe operária seria feita pela sua corrupção e desmoralização por meio de uma intensa propaganda de doutrinas "socialistas", "reformistas" e "humanistas" e apresentando a U. R. S. S. como uma potência imperialista inteiramente semelhante aos Estados Unidos; pela luta contra a organização sindical do proletariado e pela campanha de extermínio contra os partidos comunistas. O capital financeiro norte-americano procura destruir ou desvirtuar o movimento sindical, tanto nos Estados Unidos como no exterior, usando como instrumentos a "American Federation of Labour" e os chamados sindicatos cristãos. Um dos principais objetivos no terreno sindical é o esfacelamento da Federação Sindical Mundial. Em alguns países da América Latina e da Ásia o imperialismo americano já conseguiu acabar com a liberdade sindical. A luta contra os partidos comunistas começou com a pressão exercida sobre os governos da França, Itália, Bélgica e Chile para a exclusão dos ministros comunistas e posteriormente na exigência da ilegalidade dos partidos comunistas em vários países da órbita do imperialismo yankee.

O imperialismo americano procura arrastar as classes médias (pequena burguesia, intelectuais, camponeses abastados, etc.) para lançá-las contra o proletariado organizado e consciente. Isso vem sendo feito dentro dos Estados Unidos, na França, na Itália etc. Para atrair as classes médias, o imperialismo se apresenta como o esteio da democracia, da liberdade, do cristianismo e da independência dos povos. Mostrando ao mundo uma imagem falsa da vida nos Estados Unidos, que seriam o país da fartura e da liberdade, o imperialismo americano procura fazer crer às classes médias que o domínio do capital financeiro é a forma ideal de organização da sociedade. Claude atribue importância considerável aos movimentos em favor dos Estados Unidos da Europa e do Estado Mundial.

O Estado Mundial seria uma forma política extremamente satisfatória para a hegemonia universal do capital financeiro yankee, que já domina toda a economia do mundo capitalista. Por outro lado a propaganda do Estado Mundial serve para apresentar a U. R. S. S. como o obstáculo fundamental à liquidação da guerra. A Bíblia desse movimento foi a "Anatomia da Paz", de Emery Reeves, amplamente difundida pelo imperialismo yankee. Depois de advogar a necessidade do Estado Mundial para acabar com a guerra, Reeves conclue que se algum Estado se opuser a essa unificação deverá ser incluído à força. Assim a campanha pelo Estado Mundial se transforma na propaganda da "guerra santa" contra o país do socialismo e as democracias populares.

Claude conclue o terceiro fascículo — o último do livro — com o estudo, da natureza e das formas da luta pela paz. Ele acentua a importância de não super-estimar as forças do capital financeiro, que embora possuindo um poderio enorme também se defronta com dificuldades imensas. Em primeiro lugar, o imperialismo yankee não pode desencadear imediatamente a guerra. A chantagem de uma guerra fulminante com o monopólio da bomba atômica já arrefeceu consideravelmente, na realidade servia apenas para arrancar concessões absurdas das classes dominantes dos países capitalistas satélites. O imperialismo americano precisaria do apóio decidido de muitos exércitos estrangeiros poderosos que no momento não existem. Por outro lado a maioria do povo norte-americano se opõe à guerra, assim como os povos dos demais países capitalistas.

O imperialismo americano tem sofrido derrotas sérias em setores fundamentais como a China e a Europa Oriental. Mesmo na Europa Ocidental os sucessos são mais aparentes do que reais. A classe operária da França e da Itália têm resistido admiravelmente às manobras dos agentes imperialistas como de Gasperi, Schumann, de Gaulle e os socialistas de direita; na Inglaterra a política de Bevin tem encontrado resistências consideráveis dentro do próprio Partido Trabalhista e a influência dos líderes sindicais a serviço do imperialismo vem declinando. A luta crescente do povo alemão pela sua unidade e independência constitui outro obstáculo importante para o capital financeiro. Os operários do Japão vêm demonstrando um espírito de classe e uma capacidade de organização notáveis. Na América Latina e no Oriente Próximo — onde o imperialismo tem conseguido maiores vitórias — a luta anti-imperialista das massas cresce diariamente. O capital financeiro americano já não consegue atender, com os seus dolares, a todos os setores fundamentais.

Enquanto os Estados Unidos lutam com reduzido sucesso para consolidar a estrutura cambaleante do mundo burguês, a U.R.S.S. e as democracias populares progridem com um ritmo inegalável, já tendo superado o nível de poderio econômico e militar de 1940. Nos Estados Unidos, onde amadurecem rapidamente as condições para uma nova crise econômica, são muitos os que admitem que a crise já começou com a grande estagnação de Wall Street. O desencadeamento da crise econômica trará o desencanto a grandes setores das classes médias, iludidos pela propaganda yankee e criará condições propícias para sua aliança com o proletariado. O capital financeiro yankee procurará então instituir governos ditatoriais de tipo fascista ou bonapartista em todos os países capitalistas, alijando do poder os demagogos "socialistas" e críticos-sociais. Diz Claude: "A hora do maior perigo é pois ao mesmo tempo a hora das maiores esperanças".

Do caráter da época de concentração do poder financeiro nos Estados Unidos resulta que "a luta pela paz, no período que segue a segunda guerra mundial se confunde com a luta contra a dominação do mundo pelo capital financeiro". Ajunta Claude: "Toda ação em favor da paz que não visar este objetivo será inútil e até prejudicial, porque redundará inevitavelmente num desperdício de forças ou fará inconscientemente o jogo do inimigo." Os objetivos da luta pela paz são os seguintes:

- a) Luta contra a narcotização e a desmoralização das massas.
- b) Luta pela unificação política do proletariado.
- c) Luta contra o parasitismo econômico sob forma de rearmamento.
- d) Luta pela democracia.
- e) Luta pela independência nacional.

A debilidade fundamental do capital financeiro provém do seu caráter de exploração de toda a humanidade em proveito de um punhado de banqueiros e de homens de negócios que porfiam em arrastar os povos para uma guerra catastrófica em que só eles têm algo a ganhar.

Bibliografia e notas

Revistas

"REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA" — MARÇO 1948

O N. 1, ano 2, desta revista trimestral editada pela Fundação Getúlio Vargas, trás artigos assinados por Gottfried Haberler, Eugênio Gudín e Antônio Dias Leite Jr., além de notícias sobre livros publicados.

O artigo "Escassez de Dólares?", de autoria do Sr. Haberler, trata das várias teorias e escolas que procuram explicar a falta de moeda internacional e afirma — "A nossa conclusão geral é que a teoria clássica inflacionista, da escassez de dólares é, fundamentalmente, certa".

Referido-se à análise econômica do Dr. Thomas Balogh, que "apavora-se com a idéia de uma possível e séria depressão nos Estados Unidos", acha que as suas previsões são pessimistas. Entretanto, afirma que "como profeta da ruína, o seu "record" é impressionante e pode ser que ele esteja certo mais uma vez, mas devemos lembrar-nos de que é possível acertar mesmo quando as razões invocadas são erradas".

O trabalho sobre "Renda Nacional", do Sr. Antônio Dias Leite Jr., publicado em continuação, trata da avaliação dos serviços prestados pelo governo. dos métodos de cálculo da renda nacional, etc. É um trabalho de caráter metodológico.

"CONJUNTURA ECONÔMICA" — MAIO 1948

Esta revista, como se lê na sua contracapa, é um "boletim mensal organizado pelo Centro de Análise da Conjuntura Econômica do Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas".

O n.º 5, correspondente ao mês de maio último, além dos índices (de negócios e econômicos) que normalmente publica, inclui trabalhos sobre — crédito agrícola, indústria têxtil, comércio do Brasil com as Américas, transportes marítimos e movimento portuário, balanços das sociedades anônimas em 1947, emissões de capital, a conjuntura no estrangeiro; além de estudos especiais compreendendo "os ciclos na economia brasileira" e "o sêlo como índice da conjuntura".

"PROBLEMAS" — ABRIL 1948

As bancas da cidade estão vendendo o último número (9), da revista mensal de cultura política, dirigida pelo Sr. Carlos Marighela.

Dentre os vários artigos, referentes à situação política nacional e internacional

destaca-se um do Sr. Luiz Carlos Prestes, intitulado "Como enfrentar os problemas da Revolução Agrária e Anti-imperialista".

Em "Nossa Política", artigo de autoria do próprio diretor da revista, são estudados vários aspectos da Conferência de Bogotá e a sua análise poderia ser sintetizada na seguinte frase: — "O fundamental, porém, é desmascarar o conteúdo reacionário, imperialista e anti-democrático da Conferência de Bogotá".

Entre outros, constam desse número de "Problemas", trabalhos de Carlos Duarte, V. Tchervenkov, I. Reval, Gomulka Wiesláv, Shi Pin, Palmiro Togliatti, E. Zhukov, M. Tarassov, A. Leontyev e Elizabeth G. Flynn, todos marxistas.

O artigo de maior destaque em "Problemas" n. 9, aquêlo do Sr. Luiz Carlos Prestes, faz o histórico dos acontecimentos políticos a partir de 1945, mostrando que — "O que é certo é que se acentuam as tendências reacionárias do atual governo que, incapaz de encontrar qualquer solução para os graves problemas econômicos e sociais da hora que atravessamos, compromete-se cada vez mais com os restos do fascismo e perde rapidamente o limitado apoio popular com que poderia contar". Tratando do imperialismo norte-americano, o autor escreve: — "... são cada vez mais diretos, mais claros e descarados os intentos de intervenção em nossa vida política, bastando lembrar o discurso do embaixador Berle nas vésperas do golpe reacionário de 29-10-45 e as sucessivas e impudentes declarações de seu sucessor, Pawley, no sentido de estimular o governo Dutra em sua campanha anti-comunista".

O autor afirma que "o nosso povo, a classe operária e o nosso Partido encontram-se hoje em situação profundamente diferente daquela em que nos encontrávamos em 1945, que foi sem dúvida um ano de ascenso democrático". "As grandes conquistas democráticas de 1945 vêm sendo sucessivamente golpeadas de maneira cada vez mais séria e profunda, apesar da promulgação da Carta Constitucional de 18 de setembro de 1946..." — é uma das constatações do artigo em apreço.

Nas últimas linhas de seu trabalho, o Sr. Luiz Carlos Prestes acentua que "o essencial no momento é que a intervenção das massas trabalhadoras consiga restituir a iniciativa às forças democráticas, intimidar e bater a reação, criar as premissas e condições de uma nova situação política que assegure a evolução no sentido democrático e progressista através da solução dos problemas da revolução agrária e anti-imperialista". R. B. C.

LITERATURA

A excelente revista literária dirigida pelo sr. Astrojildo Pereira, apresenta matéria de grande interesse em seu último número (n. 8, março). Uma colaboração de primeira ordem caracteriza sempre Literatura. Mas, este número é particularmente feliz, pois atinge a um nível excepcionalmente alto na qualidade do que apresenta, uma variedade e originalidade de temas que tornam sua leitura extremamente agradável e proveitosa. O ponto culminante deste número é, sem dúvida, a publicação em primeira mão de uma elegia do grande Nicolás Guillén em memória de seu amigo Jacques Roumain. Mais uma vez dá mostra da sua estatura poética. A intensidade da inspiração, o apuro técnico da feitura, o lavor da frase, a escolha da palavra, dão a este poema aquela unidade singular que tem na poesia americana o grande poeta cubano, agora em plena maturidade. Apresentado pelo editorial da revista como tema de debate, publica "Literatura" um ensaio oportuno de Lúcia Machado de Almeida, sobre literatura infantil. Trabalho importante, original, metódico. Segue-se um curto ensaio do Sr. Manoelito de Ornellas sobre o gaúcho, em que o conhecido homem de letras faz uma análise sociológica do caráter do homem dos pampas, assunto em que o autor está sempre a vontade. Wilson Figueiredo publica observações muito oportunas e penetrantes sobre a trindade Koestler, Malraux, Silone, demonstrando o interesse restrito de seus personagens, pela funda contradição entre o que pretendem ser e o que são seus autores. O que torna o número 8 realmente importante é a publicação de vários documentos de importância: uma denúncia irresponsável de Juan Marinelo da conspiração da cultura na Espanha pelo regime de Franco; uma página de Dalcídio Jurandir sobre o escritor e a resistência; a carta aberta dos intelectuais soviéticos aos intelectuais norte-americanos; a autocrítica de Sergei Eisenstein sobre o seu "Ivan o Terrível". Poemas de Nair Batista, Claudio Tavares; crítica literária de Floriano Gonçalves; registro de revistas e livros, completam o número. A matéria de Literatura denuncia a magistral orientação de Astrojildo Pereira, sem dúvida, um dos expoentes de nosso mundo intelectual.

REVISTA BRASILEIRA DE POESIA —

MARÇO 1948

Encontra-se já no seu segundo número a "Revista Brasileira de Poesia" dirigida pelos srs. Péricles E. da Silva Ramos, Carlos Burlamaqui Kopke, Domingos Carvalho da Silva, Geraldo Vidigal e João Accioli. Trata-se de uma publicação de feitio gráfi-

co sóbrio, quase conservador, destinada a manter o nosso meio intelectual ao par da evolução da poesia, tanto no país como no exterior. Além de colectâneas selecionadas de poetas nacionais e estrangeiros, publica a R. B. de P. ensaios críticos, notas, transcrições, ilustrações, e noticiário, que fazem de seus números leitura proveitosa para os que, entre nós, se interessam pela arte poética.

THE MODERN QUARTERLY

A conhecida editôra britânica Laurence & Wishart, retomou logo após a guerra a publicação desta revista, uma das melhores do gênero, em língua inglesa. M. Q. é dirigida pelo dr. John Lewis que teve a gentileza de enviar-me o n.º 3 do vol. 1 para uma apreciação crítica que ora faço, com atraso sensível, mas involuntário. No número em apreço encontram-se contribuições valiosas no terreno da política, da estética e da crítica literária. Abre o volume uma conferência de Palme Dutt sobre o "Poder do Marxismo", no qual o ilustre publicista revê, com a clareza e a concisão habituais, o panorama geral do após-guerra, situa os novos alinhamentos das forças políticas e mostra, em síntese admirável, o papel necessariamente preponderante do método marxista no reajustamento mundial, de onde, o seu poder crescente. Frida Stewart, publica um ensaio sobre Aragon, analisando sua evolução, e demonstrando com o exemplo de um grande artista, a tese, de que a pesquisa de um intelectual honesto, não importando o seu ponto de partida, leva-o a uma posição final humana, consequente e participante na luta pelo progresso em sua época. Estudo modelar como método e documentação.

Georges Teissier, eminente biólogo francês, publica neste número a primeira parte de um estudo, cuja íntegra já conhecia de outra fonte, no qual examina a evolução biológica sob o ponto de vista marxista. Teissier faz uma meticolosa análise dos principais fundamentos da teoria darwiniana, e, à luz do pensamento marxista, fórmula, com segurança, um corpo de doutrina para o evolucionismo biológico. É uma contribuição que, na sua concisão, método e profundidade, complementa admiravelmente os estudos clássicos de Marcel Prennant sobre o assunto.

Sob o título "Peregrinação no Abstrato, uma Discussão das Tendências Recentes do Ballet", o sr. Fernau Hall escreve uma inteligente apreciação crítica das tendências modernas da coreografia inglesa, e passa em revista, comparativamente, os desenvolvimentos verificados na U. R. S. S.

No terreno da estética, o sr. Kurt Blaukopf publica um ensaio sobre Engels e a estética,

materialista, que apesar de sua brevidade, estabelece com clareza as bases da estética materialista, ressaltando, em particular, a contribuição de Frederick Engels.

O prof. Roy Pascal publica a sùmula comentada de um trabalho de D. M. Van Abbé, baseado em críticas de Lukacs, no qual é examinado o problema do prussianismo e do nazismo, à base de um estudo comparativo de três dos maiores escritores alemães, Kleist, Fontane e Thomas Mann, representantes, respectivamente, da aristocracia, da burguesia e da pequena burguesia alemães.

Trás também o n.º 3 de "Modern Quarterly", várias notas editoriais sôbre o racionalismo de Julien Benda; uma crítica do prof. Michael Abercromby sôbre a notável coleção de ensaios sôbre "Crescimento e Forma", publicados por Le Gros Clark e Medawar, em homenagem a D'arcy Thompson. Existe ainda, para aumentar o interesse dêste número, a transcrição de variada correspondência assinada por nomes de grande projeção na Inglaterra.

No momento em que a situação política em nosso país faculta, a um número relativamente grande de intelectuais de renome, tomar atitudes, as mais discutíveis, em relação aos problemas do racionalismo moderno nas ciências e nas artes, e em particular, ao materialismo dialético, é de todo oportuno indicar, a êsses intelectuais, a leitura meditada de uma revista do prestígio e da autoridade de "Modern Quarterly".

Espero que estes breves comentários tenham dado a medida justa da importância de "Modern Quarterly", revista obrigatória nas coleções de toda pessoa de cultura, bem como, e sobretudo, em nossas coleções oficiais. J. E. F.

MASSES & MAINSTREAM — ABRIL 1948

Da fusão do semanário "New Masses" com o bimensário "Mainstream" surgiu esta nova revista que alia o interesse da primeira pelos temas de atualidade com a seriedade da segunda, do que resulta uma publicação nova, na forma e no conteúdo. A revista publicada em Nova York, sob a direção de Samuel Siler, trás, em seu 2.º número, correspondente a abril, variada matéria em que se destaca: a colaboração de Norman Cazden sôbre as discussões estéticas em torno de compositores soviéticos, desfazendo os equívocos correntes a respeito; o artigo de Aragon sôbre o "Reader's Digest", em que o poeta francês descreve com fina ironia os esforços dessa publicação para captá-lo como colaborador; um estudo de F. Hewitt sôbre o famoso "Kinsey Report", dando a opinião de um psiquiatra sôbre o discutido livro; e, artigos de crítica de livros, de artes, etc. Ainda neste excelente número: contos,

poemas e várias gravuras em madeira do uruguáio Frascóni. O interesse de M & M é muito mais que americano, é universal.

ESPRIT — MARÇO 1948

A revista de Emmanuel Mounier está, lamentavelmente, perdendo o equilíbrio que, durante muitos anos, foi uma de suas melhores qualidades. No número de março, afora um artigo tendencioso sôbre a juventude alemã de hoje, um conto bastante fraco de Morávia (autor decadente que de apreciável só escreveu "Os Indiferentes", livro de juventude inspirado em Proust), é digno de nota o fato de, num mesmo número, serem publicados dois artigos laudatórios sôbre Koestler, assinados por M. Dufresne e pelo próprio E. Mounier. E se tratassem de apreciações críticas sôbre o escritor, nada teríamos a objetar, quaisquer que fossem as conclusões de seus autores. Mas, o que êstes visavam, acima de tudo, foi apresentar Koestler como um dos maiores pensadores políticos da atualidade e assim servir aos mesmos interesses pelos quais trabalha o autor do "Logue e o Comissário". E isso sob a capa de uma falsa independência, muito do gosto de certos homens de letras que vivem encastelados numa torre de marfim,

LA PENSÉE — MARÇO-ABRIL, 1948

O n.º 17 correspondente aos meses de março e abril dêste ano, trás como sempre, em suas 160 paginas, matérias do maior interesse para todos que se ocupam com a cultura francesa. La "Pensée", consitue leitura obrigatória, não só para os marxistas e os racionalistas em geral — revista do racionalismo moderno que é — como, para todos que desejam acompanhar a renovação cultural que se opera na França atualmente. Sob êste aspecto, "La Pensée", é, certamente, a publicação periódica francesa de maior importância e mais alto nível. Fundada em 1939, pelo inesquecível Langevin, a revista é dirigida, em sua nova fase, pelos professores Joliot-Curie, Prêmio Nobel de Física, Henri Wallon, do Collège de France, Marcel Prenant e Georges Thissier, da Sorbonne, por Frans Jourdain, arquiteto, e Georges Cogniot, da Universidade, deputado de Paris; contando com a colaboração das maiores autoridades nos diversos ramos do saber humano. É uma revista bimestral que mantém secções fixas sôbre ciências, literatura, filosofia, economia, política, polêmica, documentos, crítica de livros, revistas e anotações bibliográficas. A colaboração compreende em geral de 5 a 6 ensaios de valor permanente sôbre os mais variados temas culturais. O número presente publica um estudo primoroso de Henri Lefebvre sôbre o capitalismo francês; um ensaio do compositor Charles Koechlin sôbre a música atonal

um penetrante estudo do historiador suíço Muhlestein sobre a morte do humanismo burguês; uma introdução de Georges Cogniot aos estudos sobre 1848, que comporão o próximo número; uma anotação crítica de A. Cornu, sobre a idéia da alienação em Hegel, Feurbach e Marx; afora, um artigo do ministro Kaftanov sobre a cultura socialista na U. R. S. S. As secções permanentes, como sempre, variadas e informativas. Oportunamente publicaremos uma apreciação mais extensa da importância de "Pensée", ocasião em que a cotejaremos com outras publicações do mesmo nível, como "Modern Quarterly", inglesa, e "Science and Society", americana, revista de alta cultura cuja importância não é suficientemente conhecida entre nós.

EUROPE — ABRIL 1948

Nêste número, que como os demais se caracteriza pela sua independência, merece uma citação especial a carta aberta que E. N. Dzelepy escreve ao presidente Truman por ocasião do 1.º aniversário da famosa mensagem que o presidente dos Estados Unidos enviou ao Congresso e na qual definiu a nova política externa de seu país. Depois de desmascarar a verdadeira significação do auxílio econômico e financeiro ao governo grego, o sr. Dzelepy conclue: "Portanto, se uma nova desgraça se desencadear sobre o mundo, se uma guerra for deflagrada na Grécia, não será, certamente porque êste país se acha ameaçado de uma imaginária "invasão eslava", e a intervenção dos Estados Unidos não se dará para defender a integridade da Grécia ou porque a "segurança" americana exija tal medida. Mas ela se verificará, como o senhor mesmo confessa, para restabelecer a autoridade governamental sobre todo o território, porque o senhor associou sua "doutrina" e o prestígio dos Estados Unidos à sorte de um governo fascista, incapaz de subsistir sem o apóio estrangeiro". (G. N.).

ATOMES — MAIO 1948

A magnífica revista de divulgação científica dirigida por Pierre Sue publica, nêste último número, vários artigos e notas de grande interesse, entre os quais destacamos um estudo do matemático Jacques Hadamard sobre o papel do inconsciente na pesquisa; uma reportagem ilustrada sobre a metalurgia do zinco, um artigo de Pierre Bernard sobre os tremores de terra e seu controle experimental, um editorial sobre a esterilidade masculina, além do farto noticiário que faz de "Atomes" uma leitura interessante e instrutiva tanto para o leigo como para o cientista.

Teatro

O HAMLET DO TEATRO DO ESTUDANTE

A vinda a São Paulo do Teatro do Estudante do sr. Paschoal Carlos Magno foi a nota teatral, e mesmo social, do mês. A grande expectativa que reinava em torno do Hamlet do Teatro do Estudante, foi plenamente correspondida pela excelente apresentação de bom teatro dada pelo conjunto dirigido pelo sr. Harnisch.

O desempenho do sr. Sérgio Cardoso, conferindo ao príncipe Hamlet uma personalidade extremamente exteriorizada nas suas angústias e indecisões, foi, sem dúvida, da mais alta qualidade. Aliás, seu desempenho se subordina à mesma concepção do sr. Harnisch, que emprestou a Ofélia, na excelente interpretação de Maria Fernanda, uma participação muito mais explícita, no drama geral, do que pensam ser justos, muitos produtores e críticos. Mas, isto, não importa em que o "Hamlet", dêse grupo, não seja, o que realmente é: um ótimo espetáculo de teatro. Na crítica de São Paulo ao "Hamlet" do T. E., destaca-se pela justeza de sua análise e pela fundamentada informação que trouxe aos interessados, a do sr. Décio de Almeida Prado, em uma série de artigos no "Estado de São Paulo".

Cinema

HISTORIA DO CINEMA

Segundo Raymond Barkan, o livro de Georges Sadoul, editado recentemente por Denoel, sob o título "Os Pioneiros" (Les Pionniers du Cinéma), constitue um precioso repositório de informações, sobre as fases iniciais de desenvolvimento do cinema como arte e como organização industrial. O livro constitue o 2.º volume de uma história geral do cinema.

O FILME DE 16 MILIMETROS

Os regulamentos comerciais e as restrições da censura à exibição pública de filmes experimentais, levou os cineastas de Nova Iorque, que há muito tempo se ocupavam do desenvolvimento dos filmes de 16 milímetros, a fundar recentemente a "Cinema 16 Film Society", onde aquelas restrições não se farão sentir. Entre os filmes dessa categoria já programados para exibição, contam-se: "Land of Promise" de Paul Rotha, "Un chien andalou" de Dali, os documentários científicos de Julian Huxley, "A mecânica do Cérebro" de Pavlov-Pudovkin, "Nanook" de Flaherty e outros. A sociedade produzirá seus próprios filmes também. Um de seus fundadores mais destacados é Maya Deren, autora de um clássico em 16 milímetros: "Um estudo

de coreografia para Câmera". Maya Deren orienta-se pelo cinema de vanguarda francês e concebe a câmera, não "como méro instrumento de registro, mas como um mecanismo dotado de inteligência e criatividade próprias". — Já existia nos Estados Unidos a Horizon Films, interessada na produção de documentários sociais, em 16 milímetros. O movimento pelo cinema experimental e documentário cresce, cada dia mais, em todo mundo. A "Sociedade 16", acima referida, tem sua sede no seguinte endereço: 59 Park Ave., New York, 16 N. Y.

HENRIQUE V

Quando chegará por aqui a grandiosa produção de Laurence Olivier, de que tanto se fala? Afinal o filme foi estreado em 45 e será certamente um sucesso de bilheteria. Ou será por isso mesmo?

NOTA DE CRÍTICA — CONTRASTE

As últimas duas semanas de exposições em São Paulo, trouxeram um contraste interessante entre o cinema americano e o italiano. Dois bons filmes se encarregaram de mostrá-lo: "Um Yankee em Roma" e "Rancor". Para os que se haviam acostumado ao realismo do cinema europeu em contraposição ao convencionalismo de Hollywood, êsses filmes apresentam, em seu conteúdo, uma curiosa inversão de valores. O filme de Zampa, bem feito em linhas gerais, leve, gracioso, estrelado pela Cortése artista de extraordinário encanto cinematográfico, apresenta, paradoxalmente, a reconstrução italiana como uma função da munificência americana e do fervor religioso do sr. Myron Taylor, sempre acessível aos rogos de monsenhores, que do Vaticano promovem a distribuição de meios materiais para a reconstrução de vilarejos arrasados pela guerra. Enquanto isso, o filme de Dore Schary, com entredo de John Paxton, baseado na novela de Richard Brook, produzido e dirigido pela dupla Adrian Scott-Edward Dmytryk é um corajoso documentário sobre a brutalidade, a ignorância e o primarismo do anti-semitismo; filme que rompeu com a cortina de ferro sobre o assunto nos EE. UU., abrindo caminho para o famoso "Gentleman's Agreement" de Elia Kazan, que esperamos, virá logo. Dmytryk dirigiu recentemente "Aquele dia inesquecível" que vimos há pouco. "Rancor", em que aparecem os três Robertos: Young, Mitchum, e num grande desempenho, Ryan, é de um realismo extraordinário, e sob o ponto de vista de direção e fotografia um dos melhores filmes dos últimos tempos. O contraste entre os dois filmes citados nota-se ainda na filmagem, um excelentemente fotografado ao ar livre e em exteriores, e outro quase integralmente fotografado em interiores, com um ajuste perfeito dos ângulos

às expressões emocionais dos personagens. Se se considerar que "Rancor" ("Crossfire") foi feita em vinte e três dias, como filme da chamada classe B, pode-se dizer que Dmytryk lavrou um tento, fazendo um grande filme com recursos limitados. Este contraste chama a atenção para o conteúdo de dois bons filmes, mostrando que os aspectos estéticos, formais do cinema não bastam, como querem muitos críticos. Mostra também que a separação entre cinema americano e europeu não pode ser mecanicista. O sr. Parnell Thomas ainda não tomou conta de Hollywood e na Itália ainda existem diretores influenciáveis. A dupla Dmytryk-Scott formou recentemente uma companhia para produzir um filme baseado na novela de Millen Brand, "Albert Sears", sobre o problema da minoria negra nos EE. UU.

FILME SOBRE FÍSICA ATÔMICA

A "Gaumont British" há cerca de 2 anos, produziu sob a direção de Derek Mayne, assistido por S. G. Ferguson, o filme em 5 partes "Atomic Physics", explicando o desenvolvimento da física moderna. Um dos pontos altos dêsse documentário, que a crítica especializada considera modelar, é a presença no filme de Einstein e Cockcroft, discutindo aspectos fundamentais da física nuclear.

Ciência

— A Universidade de Oxford publicou recentemente o livro: "Física nuclear em fotografia", de autoria dos profs. Cecil P. Powell e G. P. S. Orchialini. O livro profusamente ilustrado com microfotografias, analisa as técnicas e métodos empregados pelos físicos do grupo de Bristol, no estudo de partículas atômicas, através de emulsões fotográficas. Êsses estudos foram básicos para os trabalhos recentes de Lattes, na Califórnia.

— Encontra-se na Europa, onde toma parte em diversos congressos de genética, o prof. André Dreyfus, da Universidade de S. Paulo.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

E' com prazer que registramos o crescente interesse de nossa imprensa pela divulgação científica séria. Até pouco tempo contávamos apenas com crônicas científicas acadêmicas, em geral, sobre assuntos exclusivamente médicos, de concepção e propósitos unilaterais; ou então, com vulgarizações deturpadas, dos aspectos sensacionais do progresso das ciências. Hoje, vários jornais, publicam com frequência artigos autorizados de difusão do conhecimento científico, que constituem um índice salutar de progresso cultural. Merecem especial registro aqui, a in-

ciativa da "Folha da Manhã" onde, sob a direção de J. Reis, se publica, aos domingos, uma excelente página sobre a ciência; e, a publicação, pela "Manhã" do Rio, de um suplemento, no último domingo de cada mês, inteiramente dedicado às ciências, sob a direção competente de Fernando de Souza Reis. E' de se esperar que outros jornais sigam êsses exemplos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

Por iniciativa de um grupo de cientistas, tendo a frente o Prof. Sawaya, os srs. J. Reis e Rocha e Silva, em S. Paulo, e, Valter Osvaldo Cruz, Carlos Chagas Filho e outros, no Rio, foi fundada, em assembléia de cientistas e interessados nos problemas gerais da ciência, realizada no dia 8 do corrente, na A. P. M., a Associação Brasileira para o Progresso da Ciência. A nova entidade inspirada em associações congêneres de outros países, se propõe a divulgar de maneira responsável o progresso das ciências; defender os interesses da ciência e os dos cientistas; promover o intercâmbio científico nacional e internacional; e, representar, de maneira geral, o pensamento científico na cultura nacional. A ABPC é uma iniciativa de grande alcance, à qual damos todo o nosso apôio. Para a elaboração dos estatutos foi encarregada uma comissão composta dos professores Jorge Americano, Paulo Sawaya, José Ribeiro do Vale e dos drs. Rocha e Silva e J. Reis.

Trabalho

Acentua-se o desemprego no Brasil

A revista "Brazilian Business", publicação da Associação das Câmaras Americanas de Comércio do Brasil, cuja riqueza de informações faz inveja mesmo às melhores publicações nacionais do gênero, apresenta, no seu número de fevereiro de 1948, um trabalho sobre a questão do emprego em nosso país. Iniciando embora o referido artigo com a afirmação de que "a situação geral do trabalho no Brasil não parece ter sido afetada por nenhuma repercussão procedente do período de transição...", apresenta, a revista, dados estatísticos que comprovam a acentuação do fenômeno do desemprego.

Os dados são extraídos de um estudo do S. E. S. I., realizado durante três anos seguidos, tomando como ponto de referência o dia 30 de junho de cada ano e abrangendo 810 estabelecimentos industriais da cidade de São Paulo, que representam cerca de 70.000 operários, ou seja, 23% de todos os empregados da cidade. O inquérito demonstra que a indústria em geral estava

empregando, em 1947, 2% menos de operários com relação a 1945 e 4% menos do que em 1946. O declínio mais evidente, que anulou certos aumentos havidos em outros setores, se verificou nas indústrias de cerâmica e de tecidos, a primeira caindo de 6% em 1946 e 13% em 1947, e a segunda de 3,7% em 1946 e 13% em 1947. As fábricas de "rayon" e seda caíram ainda mais, na proporção de 12,4% em 1946 e 27,7% em 1947, em comparação com os índices de 1946. A fiação e tecelagem de algodão também passou a empregar menos braços, registrando uma diminuição de 9,3% em 1946 e 13,7% em 1947.

A situação do trabalho rural

Referindo-se ao problema da falta de braços na lavoura, escreve "Brazilian Business": — "Este não é um problema apenas dos últimos meses, uma vez que se vem desenvolvendo por um período de vários anos. Nem a sua solução é impossível. Haveria muita gente que gostaria de trabalhar nas fazendas se lhe fossem oferecidas condições de vida decentes e um salário vital. Como as coisas estão, muitos imigrantes, que deixam uma Europa devastada pela guerra para vir ao Brasil como trabalhadores agrícolas, acham difícil viver sob as presentes condições".

Na mesma ordem de idéias e confirmando a opinião de "Brazilian Business", recordamos que, ainda recentemente, a Igreja Evangélica da parte oriental da Alemanha advertia os alemães contra a sua imigração para países como o Brasil e a Argentina, onde predominam péssimas condições de vida. Os nossos latifundiários têm pressionado o governo para que incentive a imigração, mas, pelo que se tem visto, por esse lado as coisas vão mal.

CAMPANHA DO PETRÓLEO

A defesa de nosso petróleo que constitui a principal preocupação deste número inaugural de FUNDAMENTOS, continua a ser feita com grande brilhantismo e admirável ardor cívico pelo CENTRO PAULISTA DE ESTUDO E DEFESA DO PETRÓLEO, seção paulista da Comissão Nacional que orienta a grande campanha pela defesa do petróleo, em todo o país. A diretoria do CENTRO PAULISTA DE ESTUDO E DEFESA DO PETRÓLEO, que reúne nomes de grande representação em S. Paulo, é presidida pelo Prof. Omar Catunda, da Universidade de S. Paulo. O CENTRO funciona à Rua da Consolação, 637 — Tel. 4-4309, nesta capital.

FUNDAMENTOS — Diretor-responsável — Ruy Barbosa Cardoso — Rua Barão de Itapetininga, 275, 9.º andar, sala 93 — São Paulo.



Um presente a cultura brasileira...

OBRAS COMPLETAS

DE

Monteiro Lobato

agora, num bloco unificado, a extraordinária obra do mais lido e querido escritor de nossa terra.

OS 13 VOLUMES QUE COMPÕEM A 1.ª SÉRIE LITERATURA GERAL DAS OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO

Ricilmente encadernados em percalina americana com gravações a ouro - Formato 14,5 x 22 cms

1.º Urupês • 2.º Cidades Mortas • 3.º Ne Grinha • 4.º Idéias de Jeca Tatú • 5.º A Onda Verde e O Presidente Negro • 6.º Na Antevéspera • 7.º O Escândalo do Petróleo e Ferro • 8.º Mr Slang e o Brasil e Problema Vital • 9.º América • 10.º Mundo da Lua e Miscelânea • 11.º e 12.º A Barca de Gleyre (em dois tomos) • 13.º Prefácios e Entrevistas

Mais de 4 mil páginas de leitura

A EDITORA BRASILIENSE tem orgulho em apresentar ao povo brasileiro, em edição uniforme, as OBRAS COMPLETAS do genial criador de Jeca Tatú. O nome de Monteiro Lobato assinala o ponto mais alto da nossa literatura, pois ninguém como êle soube interpretar e exprimir os sentimentos e aspirações dagente brasileira. Sua obra, em conjunto, vale como o mais expressivo e fiel retrato do Brasil.

Nos 13 volumes que compõem a 1.ª Série - LITERATURA GERAL - das OBRAS COMPLETAS DE MONTEIRO LOBATO, os leitores encontrarão tudo o que o famoso escritor produziu desde a sua mocidade: contos, romances, artigos, prefácios, entrevistas, correspondência e muita matéria inédita, só agora reunida em volume, neste grandioso empreendimento editorial.



13 VOLUMES RICAMENTE ENCADERNADOS

PLANO DE VENDA EM MÓDIÇAS PRESTAÇÕES MENSAIS ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO DE CRÉDITO

DA

Editora **BRASILIENSE** Ltda.

ANEXO À LIVRARIA MONTEIRO LOBATO

• Telefone: 6-7423 • Caixa Postal 163-B • São Paulo



U. B.